

Missão: Constituir-se em centro de excelência no campo do ensino superior, construindo uma educação comprometida com a ética, a cidadania e o conhecimento, resultando na formação de profissionais aptos a contribuírem no desenvolvimento da sociedade.



ANAIS

JORNADA ACADÊMICA E CIENTÍFICA DO CURSO DE PSICOLOGIA - 2025

25 a 29 de agosto de 2025

**Umuarama
2025**



www.alfaumuarama.edu.br

JORNADA ACADÊMICA E CIENTÍFICA DO CURSO DE PSICOLOGIA - 2025

Direção Geral

Esp. Juan Marco Hachicho Rodrigues

Direção Acadêmica

Me. Roberto Bianchi Catarin

Coordenação da Jornada Acadêmica e Científica de Psicologia 2025

Ma. Débora Mendes Baggio

Coordenação dos ANAIS da Jornada Acadêmica e Científica de Psicologia 2025

Dr. Thiago Silva Prado

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) (UNIALFA Faculdade, Umuarama – PR, Brasil)

II Jornada Acadêmica e Científica do Curso de
Psicologia (2.: 2025: Umuarama, PR).

Anais [do] 2ª Jornada Acadêmica e científica
do Curso de Psicologia, Umuarama, 25 de maio a 29
de agosto de 2025, [recurso eletrônico]/ UNIALFA
Faculdade, Umuarama, -PR, 2025.

Tema: Jornada acadêmica e científica do curso
de psicologia.

Vários colaboradores.

ISSN: 3086-1047

Disponível em:

<https://www.alfaumuarama.edu.br//alphalab/anais>

1. Psicologia. 2. Formação em psicologia. 3.
Jornada de psicologia. I. UNIALFA Faculdade
Umuarama. II. Título.

CDD 23.ed.370

Aparecida Malagolini – CRB-9/1135

EXPEDIENTE, Vol.2, n.º1, 2025

COMISSÃO EDITORIAL

Débora Mendes Baggio
Carolina Rocha de Assumpção
Priscila Freire Martins Rosa
Thiago Silva Prado
Roberto Bianchi Catarin

CURSO

Psicologia

COORDENADORA GERAL

Débora Mendes Baggio

COORDENADOR DOS ANAIS

Thiago Silva Prado

PROFESSORES DA INSTITUIÇÃO ENVOLVIDOS NO PROJETO

Ana Paula Oliveira Becker Alvarenga. Caio Cezar Pontim Scholz. Danielle Jardim Barreto. Eduardo Augusto Pavani. Ivanete Aparecida da Silva Santos. Juliana Marques Meirinho. Karina Soares Ambrozio. Sirlene de França de Souza. Viviane Krominski Graça de Souza.

ACADÊMICOS DA IES ENVOLVIDOS NO PROJETO E COMUNIDADE EXTERNA

Ana Beatriz S. Pacek; Ana Maria da S. Fagundes; Bárbara Maria C. dos Santos; Belyhuska Nazareth P. Pérez; Camila G. Soares; Camila Soares; Camilly Barbosa; Carolina Fernanda E. Izaías; Caroline dos S. Barreiro; Daniel N. da Silva; Danielle J. Barreto; Débora P. Lopes; Derenice Fontoura; Eder F. Acunha; Edna da S. Porto; Eloise Carolina da C. Scheer; Emanuelle do Vale B. Lima; Emilly M. da Silva Oliveira; Erick de S. do Amaral; Estela M. Bittencourt; Fabiana M. da Silva; Flávia E. de Azevedo Minhoni; Flávia Minhoni; Francieli P. Monteiro; Francielli S. Gimenez; Gabriel G. de Lima; Geovana Almeida; Giovana Dias; Giovanna C. de Salles; Heloísa N. Berta; Isabela Dahmer S. de Oliveira; Isabela Z. da Silva; Jackeline da R. Pereira; Josieli da S. Neto; Júlia R. de Azevedo; Kaike da S. Castro; Karina F. Ramos; Kethony R. Pires de Oliveira; Larissa D. Felix; Leonardo V. dos Santos; Lucineia de Oliveira; Maria Ana V. Verri; Maria Eloisa B. da Silva; Maria G. Orlando; Maria J. Silva; Maria L. Campos Braga; Mariana do N. Coelho; Mikael Brazão; Natália Brischiliari; Rafaella C. Floriano; Raissa K. dos Santos; Regiane C. Bonadio; Renata S. de Mendonça; Richardson Rodrigues; Rodrigo de O. Sandri; Sara da S. Mota; Sofia Laura S. Prado; Stefani N. Lima; Stéfani S. Almeida; Tania F. Ramos; Thalita Cristina C. de Siqueira; Vanessa F. Novak; Vinicius Marquesim.

Bibliotecária

Aparecida Malagolini

Umuarama
2025

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	6
2 PROGRAMAÇÃO DO EVENTO.....	7
A ANGÚSTIA EM SARTRE: SUA DEFINIÇÃO CONCEITUAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PSICOLOGIA.....	10
EXPERIÊNCIA DE MONITORIA EM ÉTICA NAS PSICOLOGIAS: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DISCENTE.....	11
A VULNERABILIDADE EXPOSTA NA HISTÓRIA DE BALTAZAR: UMA ANÁLISE SOBRE A SÉRIE JUSTIÇA	12
LUTA ANTIMANICOMIAL: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA ATÉ A ATUALIDADE.....	14
PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA E SOCIAL.....	16
PSICOLOGIA PRETA E A MANCHA BRANCA: EFEITOS DO RACISMO NA SUBJETIVIDADE DA PESSOA NEGRA.....	18
VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHA: CRIANDO REDES DE APOIO ENTRE MULHERES QUE SOFREM COM A ANSIEDADE.....	20
VULNERABILIDADE E SOFRIMENTO PSÍQUICO: A VIVÊNCIA DE BALTAZAR NA SÉRIE JUSTIÇA	22
UMA ANÁLISE DO FEMINICÍDIO NO BRASIL.....	24
A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DADOS DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA.....	25
O USO DO CINEMA COMO POTÊNCIA DE ARTE TRANSCENDENTAL NA PSICOLOGIA..	27
RELATO DE EXPERIÊNCIA - RODA DE CONVERSA NA APAE.....	28
RODA DE CONVERSA - UMA TROCA DE EXPERIÊNCIA NO IAITEA.....	29
RODA DE CONVERSA COMO DISPOSITIVO DE ESCUTA ATIVA	30
RODAS DE CONVERSA COMO ESPAÇO DE CUIDADO.....	31

RELATO DE EXPERIÊNCIA: INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA EM SAÚDE MENTAL DE GESTANTE E PUÉRPERAS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.....	32
RELATO DE EXPERIÊNCIA: RODA DE CONVERSA NO IAITEA.....	34
RELATO DE EXPERIÊNCIA COM MÃES ATÍPICAS – APAE.....	35
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	36
TRANSTORNOS ALIMENTARES EM ADOLESCENTES DO GÊNERO FEMININO: UM OLHAR ATUAL.....	39
A IMPORTÂNCIA DA NEUROPSICOLOGIA NO DIAGNÓSTICO DO ALZHEIMER	45
INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA PRÁTICA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL: DESAFIOS E LIMITAÇÕES.....	48
A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA NA INTERVENÇÃO COM INDIVÍDUOS NEURODIVERGENTES.....	53
CUIDADOS DE SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO ACADÊMICO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTAS.....	58
O IMPACTO DO USO DAS TIDCS NA PRÁTICA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NOS DIAS ATUAIS.....	64
O REFLEXO DO USO DA TECNOLOGIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS ATUAIS: A TECNOLOGIA TEM IMPULSIONADO O ISOLAMENTO EMOCIONAL NAS RELAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS?.....	70
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL E SEUS PAPÉIS DE IMPORTÂNCIA PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE.....	74
PSICOLOGIA ESCOLAR E VULNERABILIDADE SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	80
RELATO DE EXPERIÊNCIA – MONITORIA EM “ÉTICA, MÍDIAS E ATUAÇÃO PSICOLÓGICA”.....	85
CINEMA COMO PONTE ENTRE ACADEMIA E COMUNIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICA EXTENSIONISTA.....	89
A INVISIBILIDADE DOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS NO CONTEXTO FAMILIAR..	95

O SETTING NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA ONLINE: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES DA EXPERIÊNCIA DIGITAL EM CONTEXTOS REMOTOS.....	100
TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO E SEUS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS.....	107
VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E O MACHISMO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE	113

1 APRESENTAÇÃO

A II Jornada Acadêmica e Científica do Curso de Psicologia da UniALFA materializou-se como um espaço singular na apresentação de reflexões e experiências de profissionais renomados e atuantes na Psicologia paranaense, permitindo que estudantes em formação possam visualizar as múltiplas e diversas facetas da profissão. Por meio de uma variedade de temas, a Jornada integrou discussões e conteúdos, especialmente aqueles que envolvem grandes debates contemporâneos, ampliando o rol de conhecimentos de nossos estudantes.

Através dos resumos apresentados na Jornada e organizados neste documento, vê-se um envolvimento ativo do corpo discente, que juntamente aos docentes do curso trabalharam com compromisso e responsabilidade na produção e disseminação do conhecimento científico. Reforçando a concepção de que uma base teórica e conceitual é fundamental para a atuação em Psicologia, e acompanha os profissionais para além da vida acadêmica.

Além do estreitamento das relações entre estudantes e profissionais de Psicologia, estudantes e conhecimento científico, espera-se que os trabalhos aqui publicados possam contribuir para o enriquecimento e crescimento da Psicologia como ciência e profissão, instrumentalizando profissionais para o cumprimento de seu dever ético frente às demandas sociais na atualidade.

2 PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

25/08/2025:

19h00 - Abertura do Evento.

19h30 - Palestra: (Des)invisibilização do Luto na Infância: reflexões, especificidades e cuidados necessários - Mediadora: Psicóloga Raquel Antoniassi - CRP 08/10815.

26/08/2025:

Memória e Resistência Xetá: Ontem, Hoje e Amanhã - A memória de um povo quase apagado da história oficial ganha vida por meio de imagens, sons e narrativas potentes na exposição "Memória e Resistência Xetá: Ontem, Hoje e Amanhã". A exposição reúne uma seleção de fotografias históricas e contemporâneas, além da exibição de um documentário inédito que narra a trajetória do povo indígena xetá, originário do Noroeste do Paraná. O curta-metragem reconstrói sua história a partir de arquivos e testemunhos de membros da etnia. A obra audiovisual, assim como parte das fotografias expostas, é resultado de uma oficina de audiovisual realizada com a etnia xetá, promovendo o acesso e o uso de novas tecnologias de registro e criação no território. Após a exibição do documentário, haverá um debate com o cacique da etnia xetá e membros da comunidade residentes na Terra Indígena de São Jerônimo, aprofundando os temas abordados na obra e promovendo um diálogo direto com o público e com o Psicólogo Fábio Arevalo.

19h00 Exposição de fotos: Exposição Fotográfica "Memória e Resistência Xetá: Ontem, Hoje e Amanhã" resgata a história, a luta e a presença contemporânea dos Xetá, povo originário do noroeste paranaense. A exposição é resultado de pesquisa audiovisual realizada pelo cineasta Umuaramense, Erik Gasparetto, com a comunidade na Terra Indígena de São Jerônimo.

19h30 Exibição do documentário: "Somos Xetá": Realizado por jovens cineastas da etnia. As obras revelam memórias silenciadas e reafirmam a presença atual dos Xetá, que por décadas foram considerados extintos. Ao entrelaçar arte, memória e tecnologia, a exposição convida o público a refletir sobre os impactos do apagamento cultural e a força da resistência indígena no presente

20h Diálogo com o Psicólogo Fabio Arevalo e o Jornalista Erick Gasparetto.

27/08/2025 - Oficinas práticas e interativas

Oficina 01: "**Construindo experimentações com afetos: Esquizodrama como ferramenta terapêutica**". Mediação: Professora Dra. Danielle Jardim Barreto (CRP 08/28879).

Oficina 02: "**Transtornos ansiosos: identificação e manejo na perspectiva da terapia cognitiva comportamental**". Mediação: Professora Dra. Leila Gracieli da Silva (CRP 08/34801).

Oficina 03: "**Círculo de diálogo: devir psicólogo@**". Mediadoras: Professora Me.: Karina Soares Ambrozio (CRP 08/14248) e Professora Esp.: Débora dos Anjos (CRP 08/26422).

Oficina 04: "**Comportamento em Foco: Oficina Prática de ABA**". Professora Me. Renata Ortiz (CRP 08/14248).

Oficina 05: **“Possibilidades de atendimento psicológico em perinatalidade e parentalidade”**. Psicóloga, Doula e Educadora Perinatal Cíntia Daiane Richert (CRP 08/18503)

Oficina 06: **“Vozes Afirmativas: Diálogos em Psicologia e Diversidade”**. Mediadora: Professora Me. *Sirlene de França de Souza* (CRP 08/23837).

Oficina 07: **“Arteterapia e saúde mental: diálogos criativos”**. Mediadora: Professora *Carolina Rocha de Assumpção* (CRP 08/31322).

28/08/2025 - Apresentações Orais de Trabalhos: Para as apresentações orais na **II Jornada Acadêmica e Científica do Curso de Psicologia** e publicação nos ANAIS do evento, estudantes graduandos em Psicologia da Faculdade ALFA Umuarama - UniALFA ou de outras instituições, profissionais da psicologia e de áreas afins com trabalhos de temáticas pertinentes à psicologia.

29/08/2025 - Apresentações Culturais: Num respiro criativo e inspirador em meio às palestras e debates acadêmicos, teremos uma oportunidade única para estudantes e profissionais explorarem a subjetividade e as emoções através da arte. Faremos um ambiente acolhedor e vibrante, com apresentações musicais; poesia e Slam; Teatro ou Performance; Dança; Exposição de Artes Visuais; Leitura Dramatizada: Trechos de textos filosóficos, literários e demais atividades como encerramento da nossa jornada.

RESUMOS SIMPLES

A ANGÚSTIA EM SARTRE: SUA DEFINIÇÃO CONCEITUAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PSICOLOGIA

Emilly Mariany da Silva Oliveira*
Kethony Raysa Pires de Oliveira**
Caio Cezar Pontim Scholz***¹

RESUMO

No texto *O existencialismo é um humanismo*, Sartre contrapõe-se às críticas e preconceitos que existiam na época, a fim de esclarecer conceitos frequentemente mal compreendidos, como a própria definição do que é o existencialismo. Nesse cenário, observa-se que a angústia, ao exercer papel estruturante no pensar sobre a existência, também necessita de uma precisa compreensão conceitual. No argumento, o filósofo investiga criticamente o tema a partir da questão acerca do entendimento do conceito de angústia e da afirmação de uma tese enigmática em que o homem é definido pela própria experiência da angústia. Tal definição suscita questões fundamentais acerca da condição humana, como: em que consiste o conceito de angústia? O que significa afirmar que o homem é a angústia? Como o conceito de angústia se relaciona com outros conceitos correlatos como a liberdade e a responsabilidade? A partir delas, este resumo demarca o início de uma pesquisa que objetiva compreender o conceito de angústia e a sua relevância para a constituição da condição humana, além de investigar como a definição da angústia sartreana se desdobra em temas correlatos à Psicologia. Tal pesquisa, de natureza bibliográfica, torna-se necessária diante da hipótese de que a angústia é central para entender a existência humana, a liberdade e a responsabilidade individual, mas sua ausência aparente pode ter diferentes explicações, o que mostra a importância de refletir sobre essas diversas formas de vivência, que, muitas vezes, buscam negar ou ocultar a presença da angústia em suas experiências existenciais.

Palavras-chave: Angústia. Existencialismo. Liberdade.

REFERÊNCIAS

HOSTE, Vinicius X. **A constituição da angústia em Sartre:** do patológico ao ontológico. *Sofia*, v. 5, n. 2, Ago. - Dez. 2016, p. 445-462.

PEREIRA, Everli Fernanda; MELLO, Tamyris Villela; BERVIQUE, Janete de Aguirre. **O homem e a angústia existencial em Jean-Paul Sartre.** *Revistas Científicas Eletrônicas*, São Paulo, ano, v. 9, 2014, p. 1-8.

SARTRE, Jean-Paul. **L'Existencialisme est un Humanisme.** Trad. Rita Correia Guedes. Les Éditions Nagel, Paris, 1970.

¹ *Acadêmica de Psicologia, UniALFA. Contato: emillymaariany21032007@gmail.com.

**Acadêmica de Psicologia, UniALFA. Contato: piresraissa95@gmail.com.

***Professor Doutor em Filosofia, no curso de Psicologia, da UniALFA. Contato: cezar.cs@hotmail.com

EXPERIÊNCIA DE MONITORIA EM ÉTICA NAS PSICOLOGIAS: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DISCENTE

Estela Marins Bittencourt*

Débora Mendes Baggio**2

RESUMO

A monitoria acadêmica desenvolvida na disciplina Introdução à Ética nas Psicologia, Extensão I teve como objetivo estimular a participação discente, promover habilidades docentes iniciais e fortalecer a mediação entre professora e alunos, com foco na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes e na reflexão crítica sobre o Código de Ética Profissional. As atividades abrangeram atendimentos individuais, em grupo e online, além de apoio pedagógico à docente orientadora, envolvendo escuta ativa, mediação de propostas, auxílio na escrita acadêmica e adequação de trabalhos às normas institucionais. Houve momentos de discussão em pequenos grupos, que favoreceram o protagonismo estudantil e possibilitaram maior acolhimento às dificuldades de aprendizagem. Os resultados evidenciaram avanços no desempenho discente, especialmente na organização de projetos e na escrita, bem como a contribuição da monitoria para o gerenciamento do tempo em sala de aula e para o suporte à professora. Entre os desafios, destacam-se a diversidade de ritmos de aprendizagem e a resistência de alguns alunos em participar das atividades propostas. No aspecto formativo, a experiência favoreceu o desenvolvimento da escuta ativa, empatia, didática e mediação de conflitos, consolidando competências importantes para a atuação profissional em Psicologia. Sugere-se, para monitorias futuras, a realização de encontros semanais fixos e a disponibilização de materiais de apoio com conceitos-chave da disciplina. Assim, a monitoria se configurou como espaço singular de crescimento acadêmico e pessoal, contribuindo para a formação integral e ética dos estudantes de Psicologia.

Palavras-chave: Monitoria acadêmica. Ética em psicologia. Formação discente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de outubro de 2023**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 out. 2023.

^{2*}Estudante do 7º período do curso de Psicologia da faculdade UniALFA de Umuarama. Email: estelamb.ipi@gmail.com.

^{**}Doutoranda (UEM), coordenadora e docente do curso de Psicologia da faculdade UniALFA de Umuarama. Email: psicologadeborabaggio@gmail.com

A VULNERABILIDADE EXPOSTA NA HISTÓRIA DE BALTAZAR: UMA ANÁLISE SOBRE A SÉRIE JUSTIÇA

Renata Soares de Mendonça*

Débora Mendes Baggio**3

RESUMO

O presente documento é um resumo, que propõe uma análise e leitura da vulnerabilidade social e subjetiva, exposta na trajetória da vida de Baltazar, personagem da série de televisão Justiça, articulando-a à Teoria Histórico-Cultural. A análise utiliza-se da metodologia de estudo de caso que acontece na série, e traz como objetivo a reflexão crítica e concisa sobre o conceito da vulnerabilidade e todos os seus desdobramentos, articulados com a soma dos prejuízos e danos psicológicos na vida do personagem. Baltazar, um homem negro, pobre e trabalhador informal, é preso injustamente sendo condenado pelo sistema penal a cumprir 7 anos de prisão. Todas as suas características, contexto histórico, social e econômico são fatores cruciais para colocar em evidência o conceito de vulnerabilidade. Sua história traz à tona como a vulnerabilidade é um fenômeno historicamente construído, e amplamente atravessado por fatores sociais, raciais e econômicos, que influenciam diretamente no modo como o sujeito é visto, julgado e tratado pela sociedade, mas que não se limita somente a esses fatores. Le Blanc (2011) contribui ao afirmar que a vulnerabilidade não é apenas uma condição dos socialmente excluídos, mas uma realidade generalizada que atravessa todos os sujeitos. Para Teoria Histórico Cultural, a constituição do sujeito ocorre em interação constante com o meio social, por meio da mediação de instrumentos simbólicos e culturais (Vygotsky, 1998). Segundo Bock (1999), o sujeito é produto de sua história e de suas relações sociais concretas, sendo que a exclusão e a negação de direitos interferem diretamente na construção de sua identidade e de sua autonomia, o que provoca vários sofrimentos psíquicos e de desordens sociais na vida desse sujeito. A narrativa de Baltazar escancara as desigualdades estruturais que operam no cotidiano de muitos brasileiros, onde a cor da pele, a classe social e o território de origem são elementos que determinam a forma como o sujeito será tratado pelo Estado e pela sociedade. Com isso, a série Justiça revela como a Psicologia, ao adotar o olhar da Teoria Histórico-Cultural, deve compreender a vulnerabilidade não como uma fragilidade individual, mas como uma condição social que requer leitura crítica, ações coletivas e políticas públicas que rompam com os ciclos de exclusão e injustiça.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Psicologia histórico-cultural. Exclusão social.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana M. B. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

³*Estudante de Psicologia, UniALFA, psimendonca.renata@gmail.com.

^{**}Doutoranda e Mestra em Psicologia pela UEM, Coordenadora e docente do curso de Psicologia da faculdade UniALFA de Umuarama, debora.baggio@alfaumuarama.edu.br.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE BLANC, Michel. **Inclusão “versus” exclusão social**: breve ensaio sobre o conceito de vulnerabilidade social. 2011.

LUTA ANTIMANICOMIAL: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA ATÉ A ATUALIDADE

Ana Beatriz Santos Pacek*

Isabela Dahmer Sampaio de Oliveira**

Vanessa Fernanda Novak***

Viviane Krominski Graça de Souza****

RESUMO

Este trabalho busca retratar a importância do dia 18 de maio - Dia Nacional da Luta Antimanicomial no Brasil -, bem como informar sobre os horrores ocorridos nos hospitais psiquiátricos entre as décadas de 1980 e 1990. Este trabalho foi realizado através da revisão bibliográfica de artigos científicos publicados entre 2012 e 2017 - acessados pelo site Google Acadêmico - e do livro *Holocausto Brasileiro*, publicado em 2013. Constatou-se que a luta antimanicomial perdura na atualidade, visto que a falta de discussão acerca deste tema entre profissionais da saúde - como psicólogos, médicos, enfermeiros -, professores, assistentes sociais e a população em geral, suscita a desinformação a respeito das atrocidades que os pacientes sofriam nos manicômios. Isso impede que a luta receba a atenção e relevância necessária. Calcula-se que cerca de 60 mil pessoas tenham morrido no Hospital de Barbacena devido às condições desumanas e insalubres a que eram submetidas. Espancamentos frequentes por funcionários do hospital, alimentação precária - em que as vítimas chegavam a comer ratos e beber esgoto para sobreviver. Ademais, foram identificados esquemas ilegais envolvendo os corpos dos pacientes. Entre 1969 e 1980, cerca de 1.853 corpos foram vendidos para diversas faculdades de medicina do país para fins de estudo anatômico. O fechamento da última cela ocorreu somente na década de 1990. A luta antimanicomial representa um marco importante na defesa dos direitos humanos. Através dessa revisão, foi possível compreender como o sistema manicomial brasileiro foi um cenário para violações dos direitos humanos, constantemente legitimadas pelas práticas médicas vigentes e, principalmente, pelo Estado. Ainda que melhorias tenham sido feitas com avanços no saber científico, estigmas a respeito da saúde mental ainda são desafios a serem superados enquanto sociedade. Portanto, a luta antimanicomial permanece atual e necessária. Nesse prisma, é urgente desenvolver políticas públicas, debates e pesquisas que priorizem o tratamento psicossocial humanizado, digno, respeitoso e que repudia a exclusão que, infelizmente, marcou nossa história.

Palavras-chave: Luta Antimanicomial. Psicologia. Holocausto brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, Valdene Rodrigues; ELIA, Luciano. **Panorama histórico - político da luta antimanicomial no Brasil:** as instabilidades do momento atual. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, [S. l.], v. 9, n. 24, p. 22-49, 2017.

*Estudante de Psicologia da Faculdade UniALFA. anabeatrizpacek689@gmail.com.

** Estudante de Psicologia da Faculdade UniALFA isabela.sampoliveira@gmail.com.

*** Estudante de Psicologia da Faculdade UniALFA vanessanovak08@gmail.com.

****Docente do curso de Psicologia da Faculdade UniALFA. krominskiviviane@gmail.com.

BARBOSA, Guilherme Correa; COSTA, Tatiana Garcia da; MORENO, Vânia.
Movimento da luta antimanicomial: trajetória, avanços e desafios/ The anti-asylum
fight movement: trajectory, progress and challenges. **Cadernos Brasileiros de Saúde
Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 45–50, 2012.

HOLOCAUSTO BRASILEIRO. São Paulo: Geração Editorial; 2013. Mbembe A.
Necropolítica.

PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA E SOCIAL

Camila Gonçalves Soares*
Débora Dos Anjos Volpini**5

RESUMO

Partindo do conceito de Psicologia Jurídica, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução desta, destacando a incorporação de uma perspectiva social e humanizada, voltada à compreensão do sujeito em sua totalidade e à promoção de soluções que considerem não apenas os fatos jurídicos, utilizando-se assim de revisão bibliográfica e análise crítica das literaturas de referências. A Psicologia nesse contexto, por muito tempo, seguiu a tradicionalidade da investigação, para obtenção de provas, pautando-se na busca pela verdade e veracidade do testemunho, onde esperava-se do Psicólogo apontamentos como: é louco ou criminoso? Esse enfoque reduzia o profissional à função diagnóstica, sem considerar os aspectos sociais e psicológicos do indivíduo. A partir da leitura de Michel Foucault, a Psicologia enquanto campo científico trás um pensamento voltado ao poder sobre o sujeito e a busca pela verdade (SOARES, ET AL, 2022) e o desempenho de um papel de culpar e acusar, desse modo, foi necessário uma desmistificação desse conceito, ou seja, com as demandas que passaram a perpetuar o judiciário, a partir do fenômeno conhecido como judicialização da vida, começa-se a ser necessária a atuação da Psicologia para além da investigação e do diagnóstico. Passa-se assim, ser necessário compreender que existem diversos contextos e inúmeras verdades, e entender que o psicológico se faz presente para entender o meio e buscar mediações de soluções, contribuindo, juntamente com questões sociais, fortalecimento de vínculos e a preocupação com a garantia dos direitos da vida. Desse modo, atualmente podemos olhar para esse contexto, como uma Psicologia Social Jurídica, sendo assim, a união de dois campos de conhecimentos e possibilidades de diálogos na composição de um sistema que integra efetivamente um olhar ampliado (SOARES e MOREIRA, 2020), diante às necessidades e a totalidade das vidas ali judicializadas. Portanto, é necessário continuar buscando a inserção desse olhar ampliado dentro do judiciário, tendo a Psicologia como uma ciência que vai além da busca da veracidade dos fatos, mas que consegue olhar as demandas sociais de forma crítica, ética e política e a valorização da vida, reconhecendo seu desenvolvimento e os aspectos psíquicos que compõem o sujeito e o quanto isso pode afetar as ações que o mesmo tem na sociedade.

Palavras-chave: Jurídica. Psicologia. Diagnóstico.

REFERÊNCIAS

SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho, et al. (Orgs.) **Psicologia Social Jurídica:** articulações de práticas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil. Florianópolis: Abrapso, 2022.

^{5*}Estudante de Psicologia da faculdade UniALFA. camilinhasoares711@gmail.com.

^{**}Docente do curso de Psicologia da Faculdade UniALFA, Especialista em Psicologia e Serviço Social no Sistema de Justiça - UNIFAAT, deboraanjospsico@gmail.com.

BRUNINI, Bárbara Cossettin Costa Beber. **A intersecção da Psicologia com a Lei:** problematizando a Psicologia Jurídica na prática profissional dos psicólogos. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, 2016.

PSICOLOGIA PRETA E A MANCHA BRANCA: EFEITOS DO RACISMO NA SUBJETIVIDADE DA PESSOA NEGRA

Bárbara Maria Castellini dos Santos*

Maria Laura Campos Braga**

Sirlene Souza***6

RESUMO

O presente resumo tem como objetivo refletir como o racismo estrutural atravessa relações e como isso impacta na subjetividade da pessoa negra ao buscar ajuda psicológica. A metodologia aconteceu por meio de pesquisas bibliográficas em sites como Scielo e PepsiCo. O Brasil é um país marcado pela diversidade cultural, resultado do processo de colonização que promoveu a miscigenação entre povos indígenas, africanos e europeus (Albuquerque, 2007). Contudo, a escravidão impôs à população negra um apagamento identitário, com a perda de territórios, línguas, culturas e laços comunitários, obrigando-a a reproduzir as crenças dos colonizadores (Veiga, 2019). Nesse contexto, a ideologia do embranquecimento, apontada por Souza (1983) e Nobles (2009), é fator central para a disseminação do auto-ódio, afetando autoimagem, autoestima e a própria noção de humanidade. Esse processo atravessa também a infância, visto que histórias e desenhos, em grande parte elaborados por autores brancos, retratam pessoas negras como vilãs ou serventes, moldando o psiquismo infantil sob uma lógica de inferiorização (Fanon, 2008). Em contraponto, destaca-se a relevância de Neusa Santos Souza que, em *Tornar-se Negro* (1980), promove uma releitura psicanalítica a partir da experiência negra, questionando o eurocentrismo freudiano e evidenciando os impactos subjetivos do racismo. Em uma sociedade que idealiza corpos brancos e cabelos lisos, pessoas negras são levadas a comparações que resultam em tentativas de apagamento étnico. Nesse cenário, o CRP/RJ (2017) reforça a importância da inclusão do quesito raça/cor em cadastros e práticas da Psicologia. Assim, reconhecer privilégios e incluir autores negros é condição para um atendimento humanizado que legitime experiências e enfrente vulnerabilidades impostas pelo racismo estrutural.

Palavras-chave: Psicologia. Embranquecimento. Racismo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Teorias e políticas da cultura: visões**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13–23.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em relação às relações raciais**. Rio de Janeiro: CFP/CRP-RJ, 2017. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

*Graduanda em psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; barbarasantos4401@gmail.com;

**Graduanda em psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; marialaura13campos@gmail.com;

***Mestre em psicologia, UniALFA; Umuarama-PR; sirlenesouzapsi@gmail.com.

NOBLES, Wade. Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 289–310.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. 3, p. 244–248, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/29079>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHA: CRIANDO REDES DE APOIO ENTRE MULHERES QUE SOFREM COM A ANSIEDADE

Derenice Fontoura*

Ana Paula Oliveira Becker Alvarenga**7

RESUMO

Este estudo aborda a experiência de mulheres que sofrem de transtornos de ansiedade e participaram de um projeto de intervenção em saúde mental. Segundo Allgulander (2006) a ansiedade generalizada pode resultar em dificuldade de relacionamento, diminuição da performance no trabalho e tendência ao isolamento social. A iniciativa consistiu em uma roda de conversa com seis encontros semanais, com duração de uma hora e meia cada, voltados à promoção de reflexões sobre a ansiedade, suas causas, impactos e formas de enfrentamento. Proporcionando assim, um espaço de troca de experiência, de confraternização e desabafo (Moura; Lima, 2014). Objetivo: Promover um espaço acolhedor de escuta e troca através da roda de conversa, abordando o tema *Ansiedade* como experiência humana compartilhada. Relato de caso/experiência: Através dos encontros buscou-se experienciar as histórias, olhares e afetos, buscando ressignificar vivências do passado e do presente, fortalecendo vínculos profundamente humanizados. A ansiedade deixou de ser um tabu e passou a ser compreendida como parte da experiência humana que pode ser acolhida e tratada. Todos temos um balde invisível, quando ele está cheio nos sentimos bem; quando ele está vazio, nos sentimos mal (Clifton, 2025). Conclusão: Este ciclo termina, mas não se encerra, ele se transforma, as mulheres que por ele passaram estão conscientes e mais dispostas a cuidar de si mesmas e uma das outras. Cada mulher levou consigo a certeza de que sua história importa, sua dor é acolhida, e sua presença é essencial. Os sentimentos vivenciados, ao longo dos seis encontros, foi a escuta acolhedora, o apoio mútuo, a empatia e a conscientização que a metodologia roda de conversa nos proporcionou.

Palavras-chave: Ansiedade. Roda de conversa. Mulheres.

REFERÊNCIAS

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **Roda de Conversa:** Um instrumento metodológico possível. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan./jun. 2014.

CLIFTON, Don; RATH, Tom. **Seu balde está cheio? O poder das emoções positivas para ser bem-sucedido no trabalho e na vida.** Tradução de Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro-RJ: Editora Sextante, 2025.

⁷*Pedagoga, Psicopedagoga, Acadêmica de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR, Recreação Sonho de Criança.

^{**}Mestre em Sociedade e Desenvolvimento, Especialista em Psicologia Organizacional e Professora Orientadora do curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

ALLGULANDER, Christer. **O que nossos pacientes querem e necessitam saber sobre transtorno de ansiedade generalizada?** Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 28, supl. 2, p. S47–S53, 2006.

VULNERABILIDADE E SOFRIMENTO PSÍQUICO: A VIVÊNCIA DE BALTAZAR NA SÉRIE JUSTIÇA

Camila Gonçalves Soares*

Richardson Rodrigues**

Débora Mendes Baggio***⁸

RESUMO

A partir do conceito de vulnerabilidade social, este trabalho olha a vivência de Baltazar, história fictícia contada na série Justiça (*Justiça 2*) que retrata a vivência de um indivíduo que passa por diversas situações de extrema fragilidade. Baltazar é entregador de um restaurante, que passa por um processo de terceirização, os trabalhadores ficam sem saber como arcar com as questões financeiras, além disso, Baltazar mora com sua avó que tem diversos adoecimentos pelo envelhecimento, a preocupação com a saúde da avó se transforma prioridade para o rapaz, que se desdobra para conseguir honrar com seu tratamento. Baltazar segue como entregador, mas por aplicativo, sem nenhuma segurança. Baltazar, por sua condição de pobreza e raça, acaba sendo acusado de um roubo que ele nunca cometeu, que o leva há 7 anos à prisão. As condições vulneráveis de sua vida, não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 09) o colocam sua situação extrema fragilidade e sofrimento psíquico. Prendemos Baltazar, e há muito o prendemos, isolamos ele e conseqüentemente o privamos da tão famosa liberdade, que utópico relatar dessa forma. Baltazar nunca foi livre. Na sociedade, apreendemos as vicissitudes da subjetividade do ser humano que vive. Ou sobrevive? O julgamos. E esperamos dele o seu melhor, não lhe damos escola, moradia digna, saúde e segurança. Não lhe demos escolhas. Ali está o sujeito honesto, trabalhador e marginalizado. Mas ele é negro! Pobre! Percebe onde ele mora? Nem escolaridade tem, nem sabe lutar pelos seus direitos. O!! Sociedade!! Você também nunca foi livre, quando em expansão de consciência consegue enxergar que o pobre Baltazar é vítima. E suas subjetividades compostas desde a mais tenra infância não foram projetadas para enxergar as vicissitudes do marginalizado, oprimido, Baltazar.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Vicissitudes. Cultura.

REFERÊNCIAS

COSTA, Luis Alberto Oliveira de; JESUS, Thiago Allisson Cardoso de. Rito previsto no Código de Processo Penal. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, v. 1, pág. 1 a 20, janeiro a abril. 2025.

⁸*Estudante de Psicologia da UniALFA, camilinhasoares@gmail.com

**Estudante de Psicologia da UniALFA, richardfireman@gmail.com

***Doutoranda e Mestra em Psicologia pela UEM, Coordenadora docente do curso de Psicologia da faculdade UniALFA de Umuarama, debora.baggio@alfaumuarama.edu.br

DURÁN, Maria Teresa Machado. Enfoque sócio-histórico-cultural. In: OLIVEIRA, DA; DUARTE, AMC; VIEIRA, LMF **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

CARMO, MÉ; GUIZARDI, FL O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 3, pág. 2, 2018.

UMA ANÁLISE DO FEMINICÍDIO NO BRASIL

Josieli da Silva Neto*

Ana Paula Oliveira Becker Alvarenga**9

RESUMO

O conceito de feminicídio é o assassinato de uma mulher por seu gênero, condição feminina ou identificação com o sexo feminino. Este crime é resultado de uma crescente manifestação de violência, tal situação está enraizada historicamente nas relações de desigualdade de poder entre homens e mulheres, com foco na discriminação do gênero feminino, no qual pode estar relacionado à valores sociais, religiosos e econômicos. Este crime geralmente é praticado pelo companheiro ou pessoas próximas (Rao; Bandeira, 2022). A partir de 2015 a Lei nº 13.104 passou a reconhecer o feminicídio como crime hediondo, tornando-o uma qualificadora do homicídio, no inciso 2º ressalta que é considerado o crime quando envolver violência doméstica e familiar e discriminação à condição de mulher (Brasil, 2015). Esse crime reflete o machismo estrutural e a desigualdade de gênero ainda presentes na sociedade. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT, 2020) relata que o Brasil é um dos países com maiores taxas de feminicídio no mundo, afetando principalmente mulheres negras, pobres e periféricas. Objetivando refletir as políticas públicas de combate ao crime de feminicídio e buscando referências em revisão bibliográfica, pode-se observar, através dos estudos, que o ministério das mulheres atua de maneira aguerrida contra o feminicídio exigindo ações integradas, como políticas públicas de proteção, educação em igualdade de gênero, bem como o fortalecimento da rede de apoio às vítimas e mudanças culturais que promovam o respeito e a valorização da mulher, sendo assim, compete aos Estados e instituições garantir a equidade de gênero, proporcionando mais segurança para as mulheres em todas as etapas de sua vida.

Palavras-chave: Feminicídio. Violência de gênero. Políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ROA, Mônica Caicedo. BANDEIRA, Lourdes Maria. CORDEIRO, Ricardo Carlos. Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 30(3): e83829 DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n383829. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/8GzxSjJtLX7P3ryZRbtsvmH/?format=pdf&lang=pt>

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios -TJDFT (2020-2022). Disponível em:
https://www.tjdft.jus.br/institucional/gestao-estrategica/planejamento-estrategico/relbi-2018-2020/relbi-20-22_final.pdf

⁹*Acadêmica de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

^{**}Mestre em Sociedade e Desenvolvimento e Professora do curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DADOS DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA

Débora Mendes Baggio*
Eloise Carolina da Costa Scheer**¹⁰

RESUMO

A presença de pessoas em situação de rua, como afirmam Rocha e Oliveira (2020), é um fenômeno social relacionado com a organização das cidades e foi historicamente construído. Com o intuito de coletar dados sobre a diversidade das pessoas em situação de rua no município de Umuarama - Paraná, foi realizada em outubro de 2025, uma Pesquisa Municipal, solicitada pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua - CIAMP - Rua de Umuarama (Porto Filho *et al.*, 2025). Os dados coletados, por meio de pesquisa quantitativa, foram analisados qualitativamente para elaboração do presente resumo. Das 92 pessoas em situação de rua entrevistadas durante a pesquisa, 14 relataram possuir problemas ligados à saúde mental e 31 problemas ligados ao uso abusivo de substâncias, que configura um problema de saúde mental (Brasil, 2003). Gama, Campos, Ferrer (2014), destacam que existem relações complexas entre a saúde e o adoecimento mental em situações de vulnerabilidade social, como das pessoas em situação de rua, sendo necessário sair da lógica normal e patológica, assim como dos estigmas ligados a ela. Outro dado obtido pela pesquisa refere-se ao atendimento relacionado à saúde mental, 27,3% disseram não ter procurado atendimento, 15,2% relataram atendimento em clínicas particulares, 15,2% buscaram atendimento no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS II, 12,1% no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD, 21,2% buscaram atendimento em outros locais e 9,1% buscaram atendimento, mas não obtiveram. Segundo Carreteiro (2014), as pessoas em situação de rua estão à margem das grandes instituições, incluindo as instituições de saúde, mesmo quando conseguem o acesso ao cuidado e ao tratamento, mantêm uma posição social frágil com a instituição, facilmente rompem o vínculo e deixam o atendimento. Sicari e Zanella (2018) afirmam que o uso de substâncias psicoativas por pessoas em situação de rua é uma forma de resistir às condições adversas, uma forma de minimizar o sofrimento físico e psíquico. A Psicologia nesse contexto tem se mostrado um campo de saber-fazer conectado com os desafios dessa população (Rocha; Oliveira, 2020), diante disso é importante a construção de uma psicologia com a visão do cuidado integral, crítica e ética.

Palavras-chave: Saúde mental. Situação de rua. Umuarama.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

¹⁰*Doutoranda e mestre em Psicologia pela UEM. Coordenadora e Docente do curso de Psicologia, UniALFA, debora@alfaumuarama.edu.br

^{**}Graduada em Medicina Veterinária, graduanda em Psicologia, UniALFA, elo.scheer@gmail.com

CARRETEIRO, Tereza Cristina. A doença como projeto: uma contribuição à análise de formas de afiliações e desafiliações sociais. *In*: SAWAIA, Bader. **Artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.89-98.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo da; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko; FERRER, Ana Luiza. Saúde Mental e Vulnerabilidade Social: a direção do tratamento. **Rev. Latinoamericana de Psicopatologia**, São Paulo, v. 17, 2014. p.69-84. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/Lz5jfWb83DWPs7prFwC4XXL/?lang=pt>. Acesso em 10 ago. 2025.

PORTO FILHO, Clodoaldo; BAGGIO, Débora Mendes; SCHEER, Eloise Carolina da Costa; MEYER, Rosane Stédile Pombo. **Pesquisa Municipal sobre pessoas em situação de rua**. Umuarama, 2025.

ROCHA, Felipe Coura; OLIVEIRA, Pedro Renan Santos de. Psicologia na rua: delineando novas identidades a partir do trabalho com a população em situação de rua. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.15, São João del-Rei, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100006. Acesso em 10 ago. 2025.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Amaral. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v.38., 2018.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zZmF64b5QMX9sQ>. Acesso em 10 ago. 2025.

O USO DO CINEMA COMO POTÊNCIA DE ARTE TRANSCENDENTAL NA PSICOLOGIA

Francieli Pereira Monteiro*
Ana Maria Da Silva Fagundes**
Eduardo Augusto Pavani***¹¹

RESUMO

A arte, em suas múltiplas formas, constitui uma experiência humana que transcende a realidade. Na Psicologia, a arte do cinema se revela como uma ferramenta que vai além do aspecto estético. O objetivo deste trabalho é analisar como a arte transcendental atua na transformação dos sujeitos, considerando a sua função psicológica, mobilizadora de afetos e sentidos, contribuindo na subjetividade e na construção da identidade de um indivíduo. Na metodologia foi considerada a perspectiva de Vygotsky (1999) sobre a arte como um mediador entre o indivíduo e a sociedade, de Souza (2018) sobre a capacidade da arte provocar estranhamento e contemplação e da reflexão de Bernardet (2000) sobre a linguagem cinematográfica e o seu papel na expressão de experiências humanas e como o espectador se identifica com personagens, histórias e situações através de projeções de si mesmo. Os resultados apontam que a arte do cinema pode transcender e promover uma catarse emocional. Assim, entende-se que a arte do cinema configura uma ferramenta de grande relevância para a psicologia contemporânea, tendo em conta o modo como potencializa o desenvolvimento humano integral.

Palavras-chave: Arte. Cinema. Transformação.

REFERÊNCIAS

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 2000. Coleção Primeiros Passos.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Psicologia da arte**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de; DUGNANI, Lilian Aparecida Cruz; REIS, Elaine de Cássia Gonçalves dos. Psicologia da Arte: fundamentos e práticas para uma ação transformadora. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 35, n. 4, p. 375–388, out./dez. 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1982-02752018000400005>. Acesso em: 20 ago. 2025

¹¹*Estudante de Psicologia, UniALFA, franzinha9876@gmail.com

**Estudante de Psicologia, UniALFA, anamariadasilvafagundes1999@gmail.com

***Docente do Curso de Psicologia, UniALFA, Doutorando e Mestre em Educação pela UEM, eduardo.o.pavani@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA - RODA DE CONVERSA NA APAE

Richardson Rodrigues*

Natália Brischiliari**

Eder Faria Acunha***

Carolina Fernanda Eberts Izaias****

Ana Paula Oliveira Becker Alvarenga*****¹²

RESUMO

O texto descreve uma roda de conversa com o tema "Cuidar de Quem Cuida" na instituição APAE, focando em mães e cuidadores de pessoas com deficiência. O encontro foi mediado por estudantes do sexto período de Psicologia com o objetivo de destacar que as rodas de conversa podem ser usadas como uma ferramenta metodológica que favorece o diálogo, a reflexão compartilhada e a participação ativa dos envolvidos. Esta metodologia fornece um espaço de troca de experiências, confraternização e desabafo, que tem o potencial de mudar opiniões (Moura; Lima, 2014). O encontro foi iniciado com uma reflexão sobre os desafios diários enfrentados pelos familiares de crianças atípicas. Os participantes compartilharam suas experiências individuais, detalhando os desafios, no cuidado de seus filhos ou familiares e a importância do suporte da APAE e dos profissionais que atuam na entidade. Os relatos evidenciaram a exaustão, o amor, a resiliência e a necessidade de autocuidado para poder dar suporte ao outro, promovendo um espaço de troca e acolhimento mútuo. O aprendizado gerado em rodas de conversa se amplifica em dimensões vastas de trocas, no qual se percebem afetos nas falas e nas vivências que envolvem esses cuidadores. Por meio desse projeto pode-se concluir que as rodas de conversa constituem uma metodologia potente, adaptável a diversos contextos como a saúde mental. Elas promovem a reflexão compartilhada e a autonomia dos participantes.

Palavras-chave: Acolhimento. Rede de apoio. Rodas de conversas.

REFERÊNCIAS

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan./jun. 2014.

^{12*} Acadêmico do curso Bacharel em Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

^{**} Acadêmico do curso Bacharel em Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

^{***} Acadêmico do curso Bacharel em Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

^{****} Acadêmico do curso Bacharel em Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

^{*****} Mestre em Sociedade e Desenvolvimento e Professora Orientadora do curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

RODA DE CONVERSA - UMA TROCA DE EXPERIÊNCIA NO IAITEA

Heloísa Nunes Berta*

Karina Fonseca Ramos**

Larissa Dias Felix***

Maria José Silva****

Sara da Silva Mota*****

Ana Paula Oliveira Becker Alvarenga*****¹³

RESUMO

As rodas de conversas são locais onde os participantes podem expressar suas opiniões e experiências. Segundo Moura e Lima (2014), é um momento de troca de experiências, desabafos, afetos e criação de vínculos. Neste contexto, tais rodas proporcionam um espaço seguro e singular para compartilhar ideias e vivências, visto que dispõem de um ambiente de fala e escuta. Com o objetivo de proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para que os familiares de crianças atípicas pudessem compartilhar suas vivências e trajetórias. A roda de conversa foi realizada no Instituto de Atendimento ao Indivíduo do Espectro Autista (IAITEA), com 22 participantes, sendo eles, 12 pais, 2 coordenadores ABA, 1 assistente social, 1 assistente administrativo, 5 estagiárias de psicologia e 1 professora orientadora. O encontro foi iniciado com a exposição do contrato de sigilo, a apresentação de cada estagiária e a explicação do objetivo da atividade. Observou-se que a maioria das pessoas presentes compartilharam suas vivências e os desafios da maternidade atípica, e que todos os participantes se mostraram impactados com os relatos. Os mesmos se identificaram com os relatos uns dos outros, destacando que se reconhecem como rede de apoio mútua. Os pais expressaram gratidão pelo espaço de escuta e acolhimento que a roda de conversa lhes proporcionou. Esta atividade contribuiu de sobremaneira para nossa formação, ampliando nossa compreensão dessa forma de maternidade e seus efeitos na organização da rede de apoio.

Palavras-chave: Acolhimento. Pais atípicos. Rede de apoio.

REFERÊNCIAS

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan./jun. 2014.

¹³ *Acadêmica do Curso Bacharel em Psicologia/UniALFA, heloisa.nunes.bertha@gmail.com.

**Acadêmica do Curso Bacharel em Psicologia/UniALFA, karinafonsecaramos@gmail.com.

***Acadêmica do Curso Bacharel em Psicologia/UniALFA, larissa.felix@edu.umuarama.pr.gov.br.

****Acadêmica do Curso Bacharel em Psicologia/UniALFA, amariapsico1@gmail.com.

*****Acadêmica do Curso Bacharel em Psicologia/UniALFA, Sara10mota1@gmail.com.

*****Mestre em Sociedade e Desenvolvimento e Professora Orientadora do curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR. profanabecker@gmail.com.

RODA DE CONVERSA COMO DISPOSITIVO DE ESCUTA ATIVA

Caroline dos Santos Barreiro*

Estela Marins Bittencourt**

Fabiana Marcos da Silva***

Giovanna Cristina de Salles****

Regiane Castro Bonadio*****

Tania Fonseca Ramos*****

Ana Paula Oliveira Becker Alvarenga*****14

RESUMO

O relato de experiência tem como foco a roda de conversa enquanto dispositivo de escuta qualificada e cuidado em saúde mental. Fundamentada em práticas dialógicas. Conforme Costa et al. (2015), trata-se de um espaço terapêutico e reflexivo, que favorece o acolhimento emocional. Figueirêdo e Queiroz (2012, p.2) ressaltam que a roda de conversa “possibilita o exercício de pensar compartilhado”. O objetivo é refletir sobre os desafios e possibilidades de atuação psicológica com familiares no cuidado com crianças atípicas. Na intervenção, foi formalizado um contrato de sigilo e respeito e utilizou-se a dinâmica para mobilizar os participantes. Em seguida a roda de conversa explorou os desafios cotidianos do cuidado. Durante o compartilhamento, os participantes dividiram suas angústias, preocupações e desafios nos cuidados, refletindo sobre a inclusão de crianças com desenvolvimento atípico em escolas regulares e o risco de violência, como o bullying. Com esta intervenção evidenciou-se a importância das rodas de conversa como dispositivos de cuidado a quem cuida, por promoverem escuta ativa, acolhimento das vivências e compartilhamento de saberes.

Palavras-chave: Acolhimento. Empatia. Rede de apoio.

REFERÊNCIAS

COSTA, Raphael Raniere de Oliveira et al. As rodas de conversa como espaço de cuidado e promoção da saúde mental. **Revista de Atenção à Saúde**, São Caetano do Sul, v. 13, n. 43, p. 30–36, jan./mar.

FIGUEIRÊDO, Alessandra Aniceto Ferreira; QUEIROZ, Tacinara Nogueira de. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Anais eletrônicos**, Florianópolis, 2012.

¹⁴ *Acadêmica de Psicologia/UniALFA, barreirocaroline08@gmail.com

**Acadêmica de Psicologia/UniALFA, estelamb.ipi@gmail.com

***Acadêmica de Psicologia/UniALFA, fabianamarcosdasilva@gmail.com

****Acadêmica de Psicologia/UniALFA, sallesg150@gmail.com

*****Acadêmica de Psicologia/UniALFA, rezmariasbonadio@gmail.com

*****Acadêmica de Psicologia/UniALFA, taniafonsecaramos@outlook.com

*****Mestre em Sociedade e Desenvolvimento, profanabecker@gmail.com

RODAS DE CONVERSA COMO ESPAÇO DE CUIDADO

Emanuelle do Vale Batista Lima*

Flávia Eduarda de Azevedo Minhoni**

Francieli Saito Gimenez***

Isabela Zubioli da Silva****

Renata Soares de Mendonça*****

Ana Paula Oliveira Becker Alvarenga*****15

RESUMO

As rodas de conversa compreendem uma metodologia de participação coletiva voltada para o debate de um tema específico, que possibilita aos participantes dialogar entre pares, promover uma escuta ativa e também refletir sobre si mesmos. Conforme Moura e Lima (2014), nas rodas de conversa, o diálogo caracteriza-se como um espaço de compartilhamento, pois envolve os processos de escuta e de fala. Trata-se de uma dinâmica em que o exercício da escuta prevalece em relação à fala. As experiências de cada sujeito são formuladas a partir da interação com os demais, seja para apoiar ou complementar, promovendo um espaço de escuta, acolhimento e troca de experiências, visando fortalecer a saúde mental e o bem-estar dos cuidadores. Os acadêmicos se reuniram na Associação de Assistência aos Surdos (ASSUMU), para a realização de uma roda de conversa, referente ao Projeto de Extensão “Cuidando de quem cuida”. Na ocasião participaram mães e professoras das crianças neurodivergentes, que relataram seus desafios e vivências, proporcionando um espaço de escuta, acolhimento e aprendizado a partir da experiência do outro. Por meio deste projeto, conclui-se que as rodas de conversa são fundamentais para promover um espaço de acolhimento entre os participantes, fortalecendo vínculos, proporcionando reflexões importantes e contribuindo para a promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Acolhimento. Maternidade atípica. Rede de apoio.

REFERÊNCIAS

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98–106, jan./jun. 2014.

¹⁵ *Estudante de Psicologia, UniALFA, emanuellelovalebatista@gmail.com

** Estudante de Psicologia, UniALFA, flaviaminhoni7@gmail.com

*** Estudante de Psicologia, UniALFA, frangimenezsaito15@gmail.com

****Estudante de Psicologia, UniALFA, Graduada em Estética e Cosmética e Especialista em Dermoestética pela, isa.zubioli@hotmail.com

*****Estudante de Psicologia, UniALFA, soaresmendonca@outlook.com

*****Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pela Unespar. profanabecker@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA: INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA EM SAÚDE MENTAL DE GESTANTE E PUÉRPERAS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Estela Marins Bittencourt*

Heloisa Nunes Berta**

Larissa Dias Felix***

Mikael Brazão****

Debora Mendes Baggio*****¹⁶

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência do projeto “Fortalecendo Laços”, desenvolvido durante estágio em Psicologia e fundamentado nos princípios éticos e técnicos da Psicologia Histórico-Cultural, a qual orienta a compreensão crítica do sujeito em suas condições sociais, históricas e culturais, bem como em práticas grupais de promoção da saúde. Durante o estágio, identificou-se uma demanda significativa relacionada à saúde mental de gestantes e puérperas atendidas na instituição. As atividades foram realizadas entre agosto de 2024 e junho de 2025, incluindo 33 observações semanais, 6 visitas domiciliares, entrevistas com usuários e profissionais de saúde, além de 6 encontros grupais quinzenais no Restaurante Popular Comida Boa, espaço comunitário escolhido para ampliar o acesso e o acolhimento. O grupo contou com gestantes de diferentes UBSs, profissionais da saúde (enfermeira e nutricionista), familiares e funcionários do restaurante, configurando uma abordagem interdisciplinar e integrada. A dinâmica grupal mostrou-se eficaz por favorecer o compartilhamento de vivências, a formação de redes de apoio e o fortalecimento de vínculos. O grupo constituiu-se como um dispositivo ético de cuidado e resistência, no qual o sofrimento pôde ser simbolizado, validado e compreendido à luz das condições concretas de existência. A experiência evidenciou que o grupo funcionou como espaço vivo de produção de saúde mental, possibilitando o compartilhamento de vivências permeadas por medos, ansiedades, solidão e violência, bem como a valorização da força e da resiliência presentes nas trajetórias das participantes. O ambiente grupal também favoreceu a desconstrução de expectativas sociais naturalizadas sobre a maternidade, evidenciando seu caráter histórico, social e culturalmente construído. Conclui-se que o projeto “Fortalecendo Laços” cumpriu seu propósito de criar um dispositivo clínico-político eficaz para a promoção da saúde mental das gestantes, fortalecendo a rede de apoio e valorizando a escuta qualificada.

Palavras-chave: Saúde mental. Psicologia histórico-cultural. Gestantes. Unidade básica de saúde.

¹⁶ *Estudante de Psicologia da UniALFA, estelamb.ipi@gmail.com.

** Estudante de Psicologia da UniALFA, heloisa.nunes.bera@gmail.com.

*** Estudante de Psicologia da UniALFA, larissa.felix@edu.umuarama.pr.gov.br.

**** Estudante de Psicologia da UniALFA, mike.mickaelbrazao@gmail.com.

*****Doutoranda (UEM), coordenadora e docente do curso de Psicologia da faculdade UniALFA de Umuarama. Email: psicologadeborabaggio@gmail.com.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, E. R.; SAWAIA, B.B. Práticas grupais: espaços de diálogo e potência. São Carlos: Pedro & João, 2020.

FERREIRA, Clarice Regina Catelan; PARISOTO, Dyeniffer Jessica Bezerra (Org.). **Psicologia histórico-cultural: reflexões sobre as possibilidades de atuação das(os) psicólogas(os)**. Umuarama: Universidade Paranaense – UNIPAR, 2024.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: RODA DE CONVERSA NO IAITEA

Camila Soares*

Camilly Barbosa**

Giovana Dias***

Mariana do N. Coelho****

Mike Brazão*****

Ana Paula Oliveira Becker Alvarenga*****¹⁷

RESUMO

A roda de conversa é uma ferramenta que possibilita a escuta ativa, o diálogo e a troca de experiências entre os participantes, promovendo um espaço de acolhimento e construção coletiva (Moura. Lima, 2014). Inspiradas nessa proposta e com base nas leituras realizadas durante o primeiro bimestre, idealizamos o projeto “Cuidar de Quem Cuida”, voltado para cuidadores de crianças atípicas, com o intuito de oferecer um espaço de acolhimento, escuta e troca para cuidadores de crianças atípicas, visando fortalecer sua saúde emocional e ampliar estratégias de enfrentamento. A roda de conversa aconteceu no IAITEA e contou com a participação de 16 pessoas. A atividade foi iniciada com uma dinâmica envolvendo sentimentos. Após a dinâmica, foram debatidos os principais desafios encontrados. Os relatos destacaram a falta de apoio, questões financeiras, ausência de informação e sobrecarga emocional. Também foi abordado o impacto positivo das terapias para as crianças, e a necessidade de continuidade dos estímulos em casa. Por meio deste projeto, conclui-se que os cuidadores de crianças atípicas enfrentam inúmeros desafios emocionais e estruturais, frequentemente negligenciando o próprio cuidado. A roda de conversa mostrou-se eficaz como estratégia de acolhimento, promovendo trocas significativas e reflexões sobre a importância do autocuidado. A escuta empática e o fortalecimento de vínculos foram essenciais para o êxito da intervenção.

Palavras-chave: Roda de conversa. Acolhimento. Autocuidado.

REFERÊNCIAS

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **Roda de Conversa: Um instrumento metodológico possível.** Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan./jun. 2014.

¹⁷ *Acadêmica do Curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

**Acadêmica do Curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

***Acadêmica do Curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

****Acadêmica do Curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

*****Acadêmica do Curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

*****Mestre em Sociedade e Desenvolvimento e Professora do curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

RELATO DE EXPERIÊNCIA COM MÃES ATÍPICAS – APAE

Derenice Fontoura*

Edna da Silva Porto**

Leonardo Vieira dos Santos***

Lucineia de Oliveira****

Ana Paula Oliveira Becker Alvarenga*****¹⁸

RESUMO

A roda de conversa é um espaço de troca de experiência, escuta ativa, de desabafo e de confraternização, onde as memórias são despertadas e vínculos são fortalecidos (Moura; Lima, 2014). Viana e Benicasa (2023) relatam que o termo maternidade atípica se refere às mães de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento, marcada por desafios singulares. A roda de conversa teve o objetivo de promover um espaço acolhedor e seguro através do diálogo e do apoio mútuo contribuindo para o fortalecimento emocional. Os acadêmicos do curso de Psicologia junto com a professora, promoveram um encontro com mães atípicas na APAE de Umuarama-PR, para uma roda de conversa em que participaram doze mães. Cada participante compartilhou suas vivências, seus desafios e fragilidades desde o recebimento do diagnóstico até o momento atual, contextualizando suas incertezas e aflições em um ambiente acolhedor. A experiência evidenciou a importância de criar espaços seguros e afetivos para o acolhimento a mães atípicas e a metodologia roda de conversa apresentou-se de maneira potente para a construção de redes de apoio livre de julgamentos.

Palavras-chave: Roda de conversa. Acolhimento. Vivências.

REFERÊNCIAS

ASTORELLI, S. de O. S., VIANA, C. T. de S., & BENICASA, M. G. Maternidade Atípica: caracterização do sofrimento e seus enfrentamentos. **Revista Acadêmica Online**, 10(50), 1–21, 2024.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. Roda de Conversa: Um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan./jun. 2014.

¹⁸ *Pedagoga, Psicopedagoga, Estudante de Psicologia, UniALFA.

**Pedagoga, Educação Especial, Estudante de Psicologia, UniALFA.

***Tecnólogo em Processos Gerenciais, Estudante de Psicologia, UniALFA.

****Bacharel em Administração, Estudante de Psicologia, UniALFA.

***** Mestre em Sociedade e Desenvolvimento e Professora Orientadora do curso de Psicologia pela Faculdade UniALFA, Umuarama-PR.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Renata Soares de Mendonça da Cruz*
Débora Mendes Baggio**¹⁹

RESUMO

O presente documento trata-se de um resumo, que se utiliza da metodologia de relato de experiência do estágio supervisionado, que foi desenvolvido com grupo de mulheres potencialmente em situação de violência doméstica e vulnerabilidades emocionais dentre outras. As atividades foram desenvolvidas na UBS Sonho Meu, com duração de aproximadamente 2:00 horas por encontro, a cada 15 dias, com uma média de 28 a 30 mulheres participantes e as estagiárias de psicologia. O objetivo foi criar um espaço de acolhimento, fortalecimento emocional e construção de redes de apoio. A partir da perspectiva da teoria histórico-cultural de Vygotsky, compreende-se que o desenvolvimento humano se dá nas interações sociais e na mediação simbólica, especialmente pela linguagem (Vygotsky, 2008). A experiência de estágio evidenciou que a violência doméstica não se trata apenas de um fenômeno individual, mas de uma realidade histórico-cultural, sustentada por práticas sociais e relações de poder que reforçam a desigualdade de gênero. A teoria histórico-cultural de Vygotsky contribui para compreender como a subjetividade das mulheres é constituída nas interações sociais, uma vez que, como afirma o autor, “*o homem é produto das relações sociais*” (Vygotsky, 1998, p. 117). Nesse sentido, as práticas buscaram favorecer a expressão das vivências e sentimentos, possibilitando que as participantes ressignificassem suas histórias de violência e identificassem novas formas de enfrentamento. O acolhimento em saúde é uma postura ética e uma forma de organizar o trabalho, que visa humanizar o atendimento e a recepção dos usuários, sendo um dos pilares da Política Nacional de Humanização, justamente para trazer a sensação de bem-estar e confiança aos pacientes (Brasil, 2004, p. 11). A realização do Estágio Supervisionado Obrigatório Básico III (ESOB) é parte essencial da formação acadêmica do estudante de Psicologia, pois permite a articulação entre os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula e as práticas desenvolvidas nos contextos reais de atuação profissional. Dessa forma, a experiência de estágio reafirma a relevância do compromisso social da Psicologia, evidenciando que a prática profissional, quando pautada na interação com diálogo e no acolhimento, contribui para a construção da autonomia, da autoestima e do fortalecimento das redes de apoio, reforçando o papel ético e transformador do psicólogo frente às demandas sociais contemporâneas, sobretudo no enfrentamento das diversas violências de direitos de cidadania e humanidade.

Palavras-chave: Estágio obrigatório. Violência doméstica. Gênero.

¹⁹ *Estudante de Psicologia, UniALFA, psimendonca.renata@gmail.com.

^{**}Doutoranda e Mestra em Psicologia pela UEM. Coordenadora e docente do curso de Psicologia da UniALFA, debora.baggio@alfaumuarama.edu.br.

REFERÊNCIAS

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS: política nacional de humanização – documento base**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

RESUMOS EXPANDIDOS

TRANSTORNOS ALIMENTARES EM ADOLESCENTES DO GÊNERO FEMININO: UM OLHAR ATUAL

Francieli Pereira Monteiro*
Júlia Ruiz de Azevedo**
Maria Gabrieli Orlando***
Débora Mendes Baggio****²⁰

RESUMO

Em análise do cenário atual, observa-se que os transtornos mentais estão cada vez mais presentes na sociedade, configurando um grave problema de saúde pública, frequentemente marginalizado em face dos estigmas associados. Um grupo particularmente exposto ao sofrimento psíquico são os indivíduos no período geracional da adolescência, conforme identificado na literatura científica. Em destaque neste estudo os transtornos alimentares, cuja prevalência é maior entre adolescentes que se identificam com o sexo feminino. Frente a tal complexidade, este estudo tem como objetivo analisar os fatores de risco que levam adolescentes do gênero feminino ao desenvolvimento de transtornos alimentares. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados Scielo e Psyc, abrangendo estudos publicados entre 2015 e 2025. Entre os resultados encontrados foram incluídos apenas artigos com acesso ao texto completo e com amostras de adolescentes até 19 anos de idade. Os resultados encontrados indicam que fatores biológicos, comportamentais e sociais estão fortemente associados ao desenvolvimento desses transtornos, com destaque para a influência dos padrões estéticos impostos pelas mídias. Conclui-se que fatores psicossociais e a pressão midiática contribuem para a distorção da autoimagem nas adolescentes, ressaltando a necessidade de um olhar mais atento sobre essa realidade. Por fim, conclui-se que, diante da complexidade do tema, as ações de cuidado voltadas a esse público ainda são limitadas, embora existam algumas iniciativas regulatórias no Brasil, não existem ações consistentes e específicas voltadas à proteção da saúde mental de adolescentes diante dos padrões estéticos irreais propagados pelas mídias.

Palavras-chave: Transtornos Alimentares. Adolescência. Mídias sociais.

INTRODUÇÃO

A vida contemporânea é marcada pela informação em alta velocidade, valorização da performance e imposição de padrões sociais estéticos irreais e rígidos. Essa modernidade torna o público feminino alvo de constantes exigências que são reforçadas pelas redes sociais, pela indústria da moda, pela imposição midiática e

²⁰ *Estudante de Psicologia, UniALFA, franzinha9876@gmail.com

** Estudante de Psicologia, UniALFA, julia22ruiz@gmail.com

*** Estudante de Psicologia, UniALFA, gabyorlando17@gmail.com

**** Doutoranda e Mestra em psicologia pela UEM. Coordenadora e docente do curso de Psicologia da Faculdade UniALFA: debora.baggio@alfaumuarama.edu.br.

cultural que associa beleza à magreza. A agência pública de notícias do governo federal brasileiro, Agência Brasil (2024), publicou um estudo que apontou que 93% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos de todo o país estão conectadas à internet, sendo a região Sul a que tem maior acesso à rede cerca de 98% e a região norte a de menor acesso com 85% dos adolescentes.

Esse contexto contemporâneo de super conexão contribui na intensidade de pressões pessoais e emocionais, especialmente em adolescentes do gênero feminino, Vygotsky (1999) ressalta que é nesse período da vida que acontece a construção da autoimagem e da identidade pessoal e social, etapa que se desenvolve através das interações sociais e culturais. A adolescência é um período de transformações intensas físicas, emocionais e sociais que influenciam o comportamento. Utilizaremos aqui o conceito do Ministério da Saúde (Brasil, 2025), na qual a adolescência é definida como um período entre 10 e 19 anos, 11 meses e 29 dias, enquanto a juventude se define entre os 15 aos 24 anos. Ao analisar o contexto de desenvolvimento, Luria (2017) enfatiza que o adolescente passa a criar uma estrutura de seus comportamentos com base nas normas sociais, utilizando a capacidade de abstração e generalização em suas interações e pensamentos. Nesse contexto, esse grupo apresenta-se particularmente sensível à exposição de fatores de risco para o desenvolvimento de questões relacionadas à fragilidade na saúde mental, entre eles os vinculados a comportamentos alimentares.

Por isso, é fundamental conhecer e analisar as causas dos transtornos alimentares entre adolescentes, uma vez que esse problema ao ser negligenciado, pode acarretar graves consequências para a saúde física e mental. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar os fatores de risco que levam os adolescentes ao desenvolvimento de transtornos alimentares, com foco na influência das mídias sociais, na pressão estética e na construção da autoimagem.

DESENVOLVIMENTO

Ao analisarmos o contexto contemporâneo da adolescência feminina é possível ter uma visão das cobranças, comparações e julgamentos enfrentados por essas jovens. Zanello (2018) destaca que a mídia através de propagandas usam frequentemente mulheres jovens atraentes reforçando padrões estéticos e

comportamentais que objetificam o corpo feminino. Essas representações contribuem para a construção de um ideal de beleza que pressiona as mulheres a se encaixar a esse padrão para serem desejadas. Isso influencia como homens e mulheres se percebem e se comportam na sociedade.

De acordo com Souza e Mattos (2015) a distorção da imagem corporal é um importante fator de risco para o desenvolvimento de transtornos alimentares, com maior prevalência entre o público feminino. As adolescentes, influenciadas pelos padrões estéticos vigentes, tendem a adotar atitudes que aumentam sua vulnerabilidade a esses distúrbios.

Os três principais transtornos alimentares, catalogadas pela The Merck Manual (2024), são: Anorexia Nervosa (AN), caracterizada pela restrição severa de alimentos com busca incessante pela magreza e medo intenso de ganhar peso; Bulimia Nervosa é caracterizada por compulsão alimentar seguida de métodos compensatórios para evitar o ganho de peso; Transtorno de Compulsão Alimentar (TCA) que é caracterizado pela ingestão de grandes quantidades de alimentos em curto tempo que é acompanhado de sensação de perda de controle sobre o que se come e o quanto se come e geralmente está associada à obesidade e é acompanhada de sentimentos de culpa, vergonha e perda de controle. O DSM define os transtornos alimentares como:

Os transtornos alimentares são caracterizados por uma perturbação persistente na alimentação ou no comportamento relacionado à alimentação que resulta no consumo ou na absorção alterada de alimentos e que compromete significativamente a saúde física ou o funcionamento psicossocial (DSM-5, 2014, p. 329).

Os transtornos alimentares em adolescentes podem ocorrer por fatores sociais, emocionais e hábitos alimentares inadequados, a falta de suporte emocional e a pressão sociocultural, principalmente pela exposição excessiva das mídias sociais, pois podem ser fatores desencadeantes desses transtornos e as consequências são prejudiciais para a saúde física e mental. E com intervenções psicológicas, educativas e estratégicas esses causadores podem ser amenizados.

Além de conhecer o impacto dos transtornos em adolescentes do gênero feminino, o estudo indicou que, embora existam iniciativas voltadas à prevenção e promoção da saúde mental, estas ainda são limitadas diante da relevância do tema na atualidade. De acordo com a Lei nº 15.100 o sofrimento psíquico e o cuidado com a

saúde mental em experiências que envolvam o ambiente digital devem ser alvo de estratégias de prevenção e proteção. Existe um Guia sobre Usos de Dispositivos Digitais, Brasil (SECOM, 2025) que visa orientar um comprometimento com a construção de um ambiente digital mais saudável oferecendo ferramentas para lidar com a infância e adolescência em relação ao mundo digital.

Um estudo realizado por Pivetta e Gonçalves-Silva (2010) sugeriu que fatores biológicos, comportamentais e sociais contribuem para o desenvolvimento de transtornos alimentares em adolescentes, além disso, o estudo ressalta que a internalização de ideais de magreza promovidos pelas mídias digitais contribui para a distorção da autoimagem e para a adoção de comportamentos alimentares prejudiciais entre o gênero feminino.

De forma semelhante, o estudo de Copetti e Quiroga (2018) reafirma que a magreza é vista pelos adolescentes como um reforçador de ascensão social, e essa preocupação com a imagem corporal desperta angústia e preocupações, causando sofrimento psíquico. Fortes et al (2015) analisou os efeitos de diversos fatores sobre o comportamento alimentar de adolescentes. Entre as meninas, a insatisfação corporal foi o fator que melhor explicou a variância dos sintomas de bulimia, seguida do índice de massa corporal (IMC), percentual de gordura. Esse estudo indica que a percepção negativa da imagem corporal está fortemente ligada ao desenvolvimento de comportamentos alimentares desordenados.

CONCLUSÃO

Este estudo permitiu compreender a complexidade dos fatores que envolvem os transtornos alimentares em adolescentes do gênero feminino. Através da análise de diversas fontes bibliográficas e estudos científicos, ficou evidente que a adolescência é um período crítico, marcado por mudanças físicas, emocionais e sociais e que as mídias sociais têm desempenhado um papel central, funcionando como fonte de comparação constante e reforçando padrões inalcançáveis. Um ambiente familiar estruturado e acolhedor pode ser um fator de proteção decisivo.

A busca por aceitação social leva adolescentes a adotarem comportamentos alimentares disfuncionais, como restrição alimentar, compulsão e práticas compensatórias prejudiciais à saúde. É fundamental o investimento em políticas

públicas de prevenção, educação alimentar e promoção da saúde mental. Também se faz necessária a regulamentação de publicidades e conteúdos midiáticos que propagam padrões estéticos inalcançáveis. Além disso, é importante o desenvolvimento de estratégias de intervenção precoce, com acompanhamento psicológico e nutricional, ações educativas nas escolas e campanhas de conscientização nas mídias sociais, promovendo a aceitação corporal e o fortalecimento da autoestima.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Três em cada dez crianças e adolescentes foram ofendidos na internet. **Agência Brasil**, 22 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-10/tres-em-cada-dez-criancas-e-adolescentes-foram-ofendidos-na-internet>. Acesso em: 10 ago. 2025.

American Psychiatric Association. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: **DSM-5**. 5. ed. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2013/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do Adolescente**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-adolescente>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Guia sobre Usos de Dispositivos Digitais**. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/spdigi_resumoexecutivo_guiadetela_versaoweb.pdf. Acesso em 19 ago. 2025.

COPETTI, Aline Vieira Sá; QUIROGA, Carolina Villanova. A influência da mídia nos transtornos alimentares e na autoimagem em adolescentes. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 161-177, dez. 2018. ISSN 2175-5027. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/2664/2003>. Acesso em: 6 jun. 2025.

FORTES, Leonardo de Sousa; AMARAL, Ana Carolina Soares; ALMEIDA, Sebastião de Sousa; FERREIRA, Maria Elisa Caputo. Efeitos de diversos fatores sobre o comportamento de adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3361-3368, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001100020>. Acesso em: 14 jun. 2025.

LURIA, Alexander Romanovich. **Desenvolvimento Cognitivo**: seus fundamentos culturais e sociais. 8ª ed. São Paulo: Ícone, 2017. ISBN 978-85-274-0988-9.

PIVETTA, Loreni Augusta; GONÇALVES-SILVA, Regina M. V. Compulsão alimentar e fatores associados em adolescentes de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Cadernos de**

Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 337-346, fev. 2010. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000200012>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SOUZA, Amanda Ferreira; MATTOS, Rafael Teixeira de. Relação da utilização de dietas de emagrecimento e do padrão de beleza imposto pela mídia no aparecimento de transtornos alimentares em adolescentes do sexo feminino. **In Parlatorium: revista eletrônica de comunicação da FAMINAS-BH**. Belo Horizonte: Faculdade de Minas – FAMINAS-BH, v. 9, n. 2, p. 145-162, jul./dez. 2015. Disponível em:https://faminasbh.edu.br/upload/Parlatorium%2092016_2.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

THE MERCK MANUAL. Bulimia Nervosa. **MSD Manual Versão para Leigos, 2024** . Disponível em:
<https://www.msdmanuals.com/pt/casa/distúrbios-de-saúde-mental/transtornos-alimentares/bulimia-nervosa>. Acesso em: 14 jun.2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018. 301 p. ISBN 978-85-473-1028-8.

SARTRE, Jean-Paul. **L'Existencialisme est un Humanisme**. Trad. Rita Correia Guedes. Les Éditions Nagel, Paris, 1970.

A IMPORTÂNCIA DA NEUROPSICOLOGIA NO DIAGNÓSTICO DO ALZHEIMER

Stefani Naiara Lima*

Maria Ana V. Verri**

Vinicius Marquesim***

Renata Ortiz da Silva****²¹

RESUMO

O diagnóstico precoce da Doença de Alzheimer é fundamental para uma intervenção eficaz, uma vez que quanto mais rápido for identificado, maior a chance de reabilitar algumas perdas, sejam elas cognitivas ou motoras. O objetivo deste estudo é analisar a contribuição da avaliação neuropsicológica na identificação precoce da Doença de Alzheimer, destacando sua relevância na prática clínica. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental. Por meio de avaliações neuropsicológicas é possível distinguir o declínio cognitivo, monitorar a progressão da doença e intervir para o não desenvolvimento de outros problemas psicológicos. Quando associadas a exames de imagem, as avaliações permitem um diagnóstico mais preciso e humanizado (Hamdan, 2008; Nobre & Alves, 2019).

Palavras-chave: Neuropsicologia. Avaliação cognitiva. Diagnóstico precoce.

INTRODUÇÃO

A Doença de Alzheimer (DA) é uma condição neurodegenerativa progressiva que compromete funções cognitivas essenciais como memória, linguagem e atenção (Hamdan, 2008). Embora acometa majoritariamente idosos, também pode se manifestar antes dos 65 anos, caracterizando o Alzheimer precoce. Estima-se que mais de 50 milhões de pessoas em todo o mundo sejam afetadas por algum tipo de demência, sendo a DA responsável por aproximadamente 70% dos casos (OMS, 2023). O Alzheimer precoce apresenta grande dificuldade de diagnóstico, pois pode ser confundido com outras condições neurológicas ou psiquiátricas, retardando o tratamento e impactando a qualidade de vida do paciente e seus familiares.

A avaliação neuropsicológica tem papel fundamental no diagnóstico precoce, pois permite identificar padrões específicos de déficits cognitivos desde as fases iniciais, diferentemente dos exames de neuroimagem que analisam apenas alterações

²¹ *Estudante de psicologia, UniALFA, Umuarama/PR, stefaninaiaara@icloud.com.

** Estudante de psicologia, UniALFA, Umuarama/PR, mariaanavitoria923@gmail.com.

*** Estudante de psicologia, UniALFA, Umuarama/PR, viniciusmarquesim@gmail.com.

****Professora Orientadora, Faculdade Alfa Umuarama – UniALFA, Umuarama/PR, Brasil. E-mail: renataortiz.psico@hotmail.com

estruturais. Testes como o Miniexame do Estado Mental (MEEM), Montreal Cognitive Assessment (MoCA) e instrumentos de avaliação da memória e funções executivas são amplamente utilizados na prática clínica (Nobre & Alves, 2019; Ramos & Hamdan, 2014).

DESENVOLVIMENTO

O Alzheimer é caracterizado por atrofia cerebral, perda neural e declínio cognitivo progressivo, afetando principalmente regiões corticais e o hipocampo. Seus sintomas iniciais incluem perdas de memória episódica, desorientação temporal, dificuldades na fala e, em alguns casos, alterações comportamentais. Com a progressão, o paciente torna-se dependente para atividades básicas (Hamdan, 2008).

A etiologia da DA é multifatorial, envolvendo predisposição genética, fatores ambientais, idade avançada, comorbidades vasculares e baixo nível de escolaridade. Destacam-se histologicamente as placas senis (beta-amiloide) e os emaranhados neurofibrilares (proteína tau hiperfosforilada), que levam à perda funcional das sinapses neurais.

A avaliação neuropsicológica é essencial para identificar comprometimento cognitivo leve, considerado estágio de transição entre envelhecimento saudável e demência (Ramos & Hamdan, 2014). Os principais domínios avaliados são: memória, funções executivas, linguagem, atenção e habilidades visuoespaciais. O uso de testes como MEEM, MoCA e Escala de Demência de Alzheimer permite traçar perfis cognitivos detalhados (Nobre & Alves, 2019).

Além do diagnóstico, a neuropsicologia também atua na reabilitação, estimulando funções cognitivas preservadas e promovendo adaptação no cotidiano. Estratégias incluem: treinamento de memória (uso de associações visuais e verbais), estímulos musicais e auditivos, além de terapias cognitivas e comportamentais para reduzir ansiedade e depressão associadas (Henriques & Melo, 2023; Silva & Souza, 2014).

CONCLUSÃO

A Doença de Alzheimer apresenta sintomas iniciais inespecíficos, dificultando o diagnóstico precoce. A avaliação neuropsicológica se mostra indispensável para detectar a doença em estágios iniciais, diferenciá-la de outras condições e quantificar o comprometimento. Isso orienta intervenções terapêuticas que retardam a progressão da doença e melhoram a qualidade de vida dos pacientes e familiares. O objetivo deste estudo foi analisar a contribuição da neuropsicologia nesse processo, confirmando sua relevância clínica e científica. A metodologia utilizada no artigo, pesquisa bibliográfica e documental, baseando-se em obras e artigos científicos sobre a doença de Alzheimer nos possibilitou analisar e estudar diferentes perspectivas teóricas, permitindo uma compreensão crítica sobre a importância da avaliação psicológica na detecção precoce do Alzheimer.

Entretanto, destaca-se a necessidade de maior cuidado na escolha dos instrumentos de avaliação, pois o uso inadequado pode comprometer a precisão diagnóstica (Ramos & Hamdan, 2014). Assim, a neuropsicologia se consolida como aliada fundamental no enfrentamento da DA, contribuindo para práticas clínicas mais eficazes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Roberta Machado; NOBRE, Maria Jeovaneide Ferreira. Contribuições da neuropsicologia para o rastreio do Alzheimer. In: **Envelhecimento Humano: Desafios Contemporâneos** – Vol. 1. Natal: Editora da UnP, 2019.

HAMDAN, Amer Cavalheiro. Avaliação neuropsicológica na Doença de Alzheimer e no Comprometimento Cognitivo Leve. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 26, n. 54, p. 183-192, 2008.

HENRIQUES, Júlia Jenevain; MELO, Denise Mendonça de. A reabilitação neuropsicológica e o diagnóstico da Doença de Alzheimer: uma revisão narrativa da literatura. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 5, n. 9, p. 159-177, jan./jun. 2023.

RAMOS, Ari Alex; HAMDAN, Amer Cavalheiro. Avaliação neuropsicológica na Doença de Alzheimer e Demência Frontotemporal: critérios nosológicos. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 18, n. 3, p. 391-397, 2014.

SILVA, Claudemir Bispo da; SOUZA, Edna Maria de. A demência de Alzheimer e suas terapêuticas não farmacológicas: um estudo sobre as estratégias e intervenções em reabilitação neuropsicológica. **C@dermo Discente**, Recife, 2014.

INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA PRÁTICA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL: DESAFIOS E LIMITAÇÕES

Heloísa Nunes Berta*

Sara da Silva Mota**

Juliana Marques Meirinho***²²

RESUMO

O presente resumo expandido tem como propósito refletir a incorporação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) na Avaliação Psicológica (AP) no Brasil, especialmente seu crescimento exponencial após a pandemia da COVID-19. Serão tratados os fundamentos da Avaliação Psicológica (AP) como metodologia técnica-científica, suas aplicações e regulamentação vigente, que assegura a utilização de métodos e instrumentos validados cientificamente. Após, descreveremos a consolidação das TDICs na prática psicológica, considerando a normativa do CFP nº09/2024 e a ampliação do acesso/flexibilidades proporcionado por essas tecnologias. No entanto, discutiremos os desafios e limitações enfrentadas, como falhas técnicas, necessidade de formação adequada e questões relacionadas à privacidade. Por fim, ressaltamos a importância da conduta ética do profissional e do compromisso com a qualidade quando a Avaliação Psicológica é mediada pelas TDICs.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica. TDICs. Desafios e limitações na prática profissional.

INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se uma grande evolução na área tecnológica, especialmente quando pensamos nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), sendo estas cada vez mais inseridas nas áreas da psicologia. Neste sentido, quando refletimos o uso dessas ferramentas durante a Avaliação Psicológica, compreende-se sua utilidade e relevância para a promoção do acesso de diversas pessoas. No entanto, a inserção dessas tecnologias pode apresentar diversas limitações e desafios.

Esse movimento de incorporação das TDICs a prática psicológica ganhou visibilidade após a pandemia da COVID-19, que emergiu em março de 2020. Diante desse momento emergencial, os serviços foram desafiados a trabalhar no formato

²² *Estudante de Psicologia, UniALFA, heloisa.nunes.bertha@gmail.com.

*Estudante de Psicologia, UniALFA, sara10mota1@gmail.com.

***Graduada em Psicologia pela Unipar. Mestre em Prevenção e Tratamento de Usuários de Álcool e Outras Drogas pelo HCPA/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Saúde Mental pela Univale. julianameirinhopsi@gmail.com.

online. Na Psicologia, isto não foi diferente, 15 dias após a pandemia ser declarada, foi criada a Resolução do CFP n.º 04/2020. Esta normativa foi responsável por regulamentar os serviços à distância prestados por profissionais psicólogos. (MUNIZ *et al.*, 2021). No entanto, tal normatização foi atualizada dando lugar a Resolução do CFP n.º 09/2024 (que está em vigor atualmente). Esta afirma que é responsabilidade do profissional considerar a viabilidade e adequação do uso dessas TDICs em seu contexto (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2024).

DESENVOLVIMENTO

Para Silva (2008), a Psicologia no Brasil tem evidenciado um crescimento significativo, fortalecendo-se gradualmente como uma ciência e produzindo pesquisas relevantes para o campo. Nesse sentido, a Avaliação Psicológica se sobressai como um método técnico-científico estruturado, com o enfoque de investigar os fenômenos psicológicos, a fim de apoiar uma tomada de decisão em contextos diversos — sejam grupais, individuais e/ou institucionais (CFP, 2022). Além disso, a Resolução vigente confere ao psicólogo o direito de manusear métodos, técnicas e instrumentos que sejam comprovados cientificamente em sua prática profissional.

Nesse cenário, o trabalho do psicólogo mediado pelas Tecnologias Digitais de Informações e Comunicação (TDICs) vem se consolidando como recurso essencial na prática profissional atual. A pandemia da COVID-19 impulsionou a transição do atendimento presencial para o remoto (Hanley, 2021). Em resposta a essa demanda emergencial, o Conselho Federal de Psicologia publicou a Resolução n.º 9/2024, que regulamenta a atuação profissional mediada pelas TDICs. Essa normativa dá a prerrogativa para o profissional utilizar as ferramentas digitais, desde que se observe criteriosamente a viabilidade e adequação dos recursos técnicos, seus impactos e o cumprimento das obrigações associadas à produção, guarda de registros e documentos decorrentes das atividades realizadas.

Dentro desse cenário, a utilização das TDICs na Avaliação Psicológica surge como uma ferramenta promissora, principalmente no que diz respeito ao acesso e flexibilidade dos atendimentos. O trabalho do psicólogo mediado por tais tecnologias envolve toda a interação profissional que utilize essas tecnologias na prestação de suas atividades. Isso inclui a comunicação síncrona ou assíncrona com o paciente dos

serviços psicológicos, o registro e guarda de informações, o uso de métodos e técnicas psicológicas por meios remotos e o zelo pelos aspectos éticos relacionados à proteção de dados do paciente (CFP, 2024).

Contudo, a utilização das TDICs também enfrenta várias limitações e desafios quando relacionado ao atendimento psicológico, principalmente na avaliação. Entre eles, destacam-se possíveis falhas de comunicação (cortes e falhas de conexão), a garantia de privacidade e confidencialidade dos pacientes (Basso, 2024, p. 5). Outro desafio para Muniz *et al.* (2021) pode ser identificado na própria formação do profissional psicólogo que, até recentemente, não tinha atividades que desenvolvessem competências específicas para a prestação de serviço online.

Assim, a incorporação das TDICs à Avaliação Psicológica exige que o profissional esteja atento para as necessidades de avaliar características relacionadas à acessibilidade, à inclusão e à ética. Cabe ao psicólogo em contexto da avaliação psicológica, seguir os princípios éticos de conduta, conforme estabelece o Código de Ética do Psicólogo (2005), que garantem o respeito, a promoção da liberdade, da dignidade e integridade de cada ser humano.

Considerando a importância da discussão sobre a temática apresentada, propomos esta revisão bibliográfica de natureza exploratória e descritiva com vistas a investigar e discutir sobre as contribuições das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na Avaliação Psicológica, considerando seus desafios e limitações. As buscas foram realizadas em 4 bases de dados bibliográficos - Scielo, Google Acadêmico, Periódicos relacionados a área de Psicologia e Conselho Federal de Psicologia. Foram incluídos nessa pesquisa apenas artigos e normativas com relevância para o tema e publicados (nos últimos 20 anos).

O processo de adaptação e transição em contexto da Avaliação Psicológica ocasiona importantes reflexões metodológicas e instrumentais. Hanley (2021), discute, em seu artigo, a mudança de visão dos profissionais sobre o trabalho online, que passou de uma percepção negativa para um reconhecimento desse potencial prestação de serviço.

A Resolução CFP n.º 09/2024 vem para aprimorar a prática profissional, permitindo a aplicação de testes em contexto *online*. Os principais avanços incluem: maior clareza no processo de aplicação e maior flexibilidade de atuação, desde que as plataformas atendam aos requisitos regulamentares. Portanto, é dever do profissional

utilizar ferramentas validadas, manter-se atualizado e seguir as normativas sobre transparência e consentimento, observando sempre a proteção dos dados coletados do sujeito. Tal prática, quando empregada com ética, permite uma maior qualidade no atendimento, incluindo os de contexto de Avaliação Psicológica.

CONCLUSÃO

Portanto, a Avaliação Psicológica vem se fortalecendo no Brasil como um instrumento técnico-científico fundamental, seja para a compreensão de aspectos psicológicos e comportamentais, quanto para ajudar na tomada de decisões em diferentes ambientes. Dessa forma, a incorporação das Tecnologias Digitais e de Informação e Comunicação (TDICs) tem se desenvolvido de forma expressiva no campo de atuação da psicologia, principalmente quando pensamos na área da avaliação. Entretanto, esta realidade também evidencia desafios e limitações significativas, como a garantia da privacidade dos usuários, dificuldades técnicas e a necessidade de uma formação específica. A partir da revisão bibliográfica, observou-se que mesmo diante dessas adversidades, a Avaliação Psicológica mediada pelas TDICs representa uma adequação às novas demandas da sociedade. Dessa forma, cabe ao profissional conduzir com responsabilidade ética e técnica essa prática, mantendo seu compromisso com a qualidade, a proteção da privacidade e promoção do bem-estar dos envolvidos.

REFERÊNCIAS

BASSO, H. P. Limitações e potencialidades da psicoterapia on-line na abordagem centrada na pessoa. **Revista Menta** Barbacena - MG, v. 16, n. 29, p. 1–16, 2024. Disponível em: [1679-4427-mental-16-29-0010.pdf]. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Cartilha de Avaliação Psicológica: princípios e orientações**. Brasília: CFP, 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 04/2020**: regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meio de tecnologias digitais durante a pandemia

da COVID-19. Brasília: CFP, 2020. Disponível em:
<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19>. Acesso em: 22 de maio 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 09/2024**: regula o uso de tecnologias digitais na Psicologia e revoga a necessidade de cadastro no e-Psi. Campo Grande: Conselho Regional de Psicologia – 14ª Região, 2024. Disponível em:
<https://www.crps.org.br/resolucao-cfp-no-09-2024-regula-o-uso-de-tecnologias-digitais-na-psicologia-e-revoga-a-necessidade-de-cadastro-no-e-psi/>. Acesso em: 22 maio 2025.

HANLEY, T. Researching online counselling and psychotherapy: The past, the present and the future. **Counselling and Psychotherapy Research**, v. 21, n. 3, p. 493–497, 2021. DOI: 10.1002/capr.12385.

MUNIZ, M.; CARDOSO, L. M.; RUEDA, F. J. M.; NORONHA, A. P. P. Desafios da avaliação psicológica para a prática diante da atuação profissional mediada pela tecnologia de informação. **Psico-USF**, Itatiba, v. 26, n. 3, p. 555–565, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/vfWmYNWpc4PgHcJcd5z59cm/>. Acesso em: 22 maio 2025.

SILVA, J. P.; OLIVEIRA, M. F. Avaliação Psicológica: contribuições brasileiras / Psychological Evaluation: Brazilian Contributions. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 197–210, 2008.

A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA NA INTERVENÇÃO COM INDIVÍDUOS NEURODIVERGENTES

Rafaella Correia Floriano*

Renata Ortiz**²³

RESUMO

A avaliação neuropsicológica constitui-se como elemento central na compreensão das singularidades cognitivas, comportamentais e emocionais de indivíduos neurodivergentes, incluindo aqueles diagnosticados com transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e transtornos específicos de aprendizagem. Por meio de entrevistas clínicas, anamnese detalhada, observações ecossistêmicas e aplicação de instrumentos padronizados, é possível identificar padrões de funcionamento, habilidades preservadas e áreas de vulnerabilidade. Esse mapeamento informacional serve como base para a elaboração de intervenções individualizadas, orientadas por objetivos funcionais e com ênfase nas capacidades do sujeito. No contexto escolar e clínico, a avaliação neuropsicológica favorece a adaptação de estratégias pedagógicas, o planejamento de treinamentos cognitivos e a articulação multiprofissional necessária para a promoção da autonomia e inclusão social. Além de subsidiar decisões terapêuticas, os laudos neuropsicológicos contribuem para o acesso a recursos educacionais e legais, quando articulados com as diretrizes de inclusão. Diante disso, a avaliação neuropsicológica revela-se ferramenta indispensável para práticas de intervenção éticas, eficientes e centradas na pessoa. O objetivo deste trabalho é discutir a relevância da avaliação neuropsicológica como instrumento para compreender o funcionamento cognitivo e orientar intervenções com indivíduos neurodivergentes.

Palavras-chave: Avaliação Neuropsicológica. Neurodiversidade. Intervenção.

INTRODUÇÃO

A noção de neurodiversidade inaugura uma perspectiva que valoriza as variações do funcionamento neurológico como parte da pluralidade humana, deslocando o foco exclusivamente deficitário para uma leitura que reconhece capacidades e necessidades singulares. A avaliação neuropsicológica, nesse enquadramento, adquire papel epistemológico e pragmático: epistemológico, por fornecer categorias de compreensão sobre a organização das funções cognitivas; pragmático, por orientar intervenções que respeitem o modo de funcionamento de cada pessoa. Estudos clássicos e contemporâneos (Lezak *et al.*, 2012; Ardila & Ostrosky-Solís, 2016) ressaltam a importância de uma avaliação abrangente, que

²³ *Graduanda em Psicologia, UniALFA, Umuarama/PR, rafaellacorreiafloriano@gmail.com.

**Professora Orientadora, UniALFA, Umuarama/PR, renataortiz.psico@hotmail.com.

considere tanto as medidas padronizadas quanto os dados qualitativos obtidos em contexto natural. Em especial, para indivíduos neurodivergentes, cujas manifestações podem variar amplamente, a avaliação deve contemplar componente observacional e informantes múltiplos (família, escola, profissionais), bem como avaliações ecológicas que permitam apreender desempenho em atividades cotidianas. Assim, a avaliação neuropsicológica funciona como um elo entre diagnóstico, compreensão funcional e planejamento interventivo.

DESENVOLVIMENTO

REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO

A neuropsicologia do desenvolvimento produz instrumentos e modelos interpretativos que auxiliam na compreensão das capacidades cognitivas em diferentes idades e contextos. Alexander Luria já apontava para a necessidade de relacionar lesões e disfunções a manifestações comportamentais específicas, fundamentando a ideia de que intervenções devem ser orientadas pela organização funcional do sistema nervoso. Lezak (2012) amplia essa perspectiva ao sistematizar procedimentos de avaliação que investigam atenção, memória, linguagem, funções executivas, percepção e praxias. Ardila e Ostrosky-Solís (2016) reforçam a importância de considerar fatores socioculturais e a história do sujeito na interpretação dos resultados. Para além da identificação de déficits, a abordagem neuropsicológica atual privilegia o mapeamento de recursos cognitivos úteis para a intervenção (abordagem strengths-based), suprimindo a visão restrita ao déficit.

Os procedimentos típicos de avaliação neuropsicológica incluem: entrevista semiestruturada com os responsáveis, coleta de dados de desenvolvimento, revisão de documentos (histórico escolar e laudos), observação estruturada em contexto natural e aplicação de instrumentos padronizados. Importante salientar que a escolha da bateria deve ser individualizada, considerando idade, língua, nível de compreensão e características sensoriais do avaliado. Testes de desempenho (escalas padronizadas), medidas de atenção e funções executivas, instrumentos de memória e avaliações do processamento social e da linguagem compõem o conjunto mínimo em muitos casos.

Além disso, instrumentos complementares - como inventários de comportamento e escalas de adaptação - são úteis para situar o funcionamento em múltiplos domínios.

INTERVENÇÕES E PRÁTICAS MULTIPROFISSIONAIS

A interpretação integrada dos resultados permite a formulação de um plano de intervenção com objetivos claros, mensuráveis e funcionais. Em termos práticos, a avaliação pode indicar necessidades de adaptação curricular (por exemplo, simplificação de enunciados, uso de materiais visuais), estratégias de ensino (instrução estruturada, apoio incremental) e intervenções diretas sobre processos cognitivos (treino de memória de trabalho, programas de autorregulação, treino de funções executivas). Para indivíduos com TDAH, por exemplo, abordagens que combinam intervenções comportamentais, psicoeducação e, quando indicado, tratamento farmacológico, tendem a obter melhores resultados (Barkley, 2014). A avaliação também favorece a identificação de objetivos realistas para intervenções terapêuticas e reabilitativas.

A efetividade das intervenções aumenta quando a avaliação neuropsicológica é partilhada em equipes multiprofissionais. A comunicação clara, o estabelecimento conjunto de metas e o monitoramento sistemático do progresso favorecem a coerência das ações. Em termos éticos, o profissional deve garantir que os resultados sejam apresentados de modo compreensível para familiares e professores, preservando a dignidade e evitando rótulos reducionistas. Ademais, os laudos servem de instrumento para assegurar direitos educacionais e solicitações de recursos - sendo relevante a articulação com a legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015).

EXEMPLO PRÁTICO E PERSPECTIVAS FUTURAS

Para fins ilustrativos, apresenta-se a seguir um caso hipotético, construído a partir de observações clínicas típicas em avaliações de crianças com dificuldades atencionais e de linguagem. Lucas, 5 anos, foi encaminhado pela escola por apresentar dificuldade em manter a atenção, seguir instruções simples e organizar a fala em situações do dia a dia. A avaliação iniciou-se com anamnese junto à família, coleta de

informações da professora e aplicação de escalas de observação para compreender seu funcionamento em diferentes contextos. Nas sessões individuais, utilizaram-se atividades lúdicas e adaptadas à idade para investigar atenção, controle inibitório, memória de trabalho e linguagem. Entre as tarefas aplicadas estavam jogos de regras simples, atividades que exigiam esperar a vez, repetição de sequências, compreensão de comandos e elaboração de narrativas a partir de figuras.

Os resultados mostraram desempenho abaixo do esperado na atenção sustentada e no controle inibitório, além de limitações na linguagem expressiva, com vocabulário restrito e dificuldade para estruturar frases e manter coerência ao narrar. A devolutiva à família apontou a necessidade de intervenção direcionada ao treino das funções executivas e ampliação do vocabulário, associada ao acompanhamento fonoaudiológico. Também foram orientadas estratégias para a escola e a família, como uso de instruções curtas, apoio visual e rotinas estruturadas, visando favorecer a comunicação e o engajamento de Lucas nas atividades.

Apesar de sua utilidade, a avaliação neuropsicológica possui limitações: os testes podem ser influenciados por fatores culturais, socioeconômicos e linguísticos; há risco de interpretação parcial se não considerados dados qualitativos; e nem sempre existe padronização adequada para todas as faixas etárias ou populações especiais. Perspectivas futuras apontam para avaliações mais ecológicas, uso de tecnologias digitais para coleta de dados em situações reais e maior integração entre pesquisa e prática clínica para validar protocolos de intervenção para populações neurodivergentes.

CONCLUSÃO

A avaliação neuropsicológica representa um pilar para intervenções eficazes com indivíduos neurodivergentes, pois traduz observações e dados padronizados em um perfil compreensível e acionável. Ao priorizar a compreensão funcional e as potencialidades do sujeito, a avaliação permite a construção de intervenções personalizadas e éticas, reforçando o compromisso com a inclusão e com a promoção da autonomia. A articulação entre profissionais e a comunicação com a família e a escola ampliam a efetividade das ações. Finalmente, é urgente investir em formação

profissional e pesquisa translacional que otimize protocolos avaliativos e interventivos, reduzindo desigualdades de acesso e ampliando a qualidade do atendimento.

REFERÊNCIAS

APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR. Porto Alegre: Artmed, 2022.

ARDILA, Alfredo; OSTROSKY-SOLÍS, Feggy. **Diagnóstico neuropsicológico**. São Paulo: Artes Médicas, 2016.

BARKLEY, Russell A. Attention-Deficit Hyperactivity Disorder: A Handbook for Diagnosis and Treatment. 4. ed. New York: Guilford Press, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 8 ago. 2025.

LEZAK, Muriel D.; HOWIESON, Deborah B.; LORING, David W. Neuropsychological Assessment. 5. ed. New York: Oxford University Press, 2012.

LURIA, Alexander R. **Fundamentos de neuropsicologia**. São Paulo: Edusp, 1981.

CUIDADOS DE SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO ACADÊMICO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTAS

Francieli Pereira Monteiro*
Flávia Minhoni**
Jackeline da Rocha Pereira***
Rodrigo de Oliveira Sandri****
Débora Mendes Baggio*****²⁴

RESUMO

O presente relato de experiência detalha ações desenvolvidas num projeto de extensão não obrigatória do curso de psicologia, voltadas a promover, na Instituição de Ensino Superior, intervenções em saúde mental. Tais atividades se deram ao longo do ano de 2024 e primeiro semestre de 2025. Tais atividades se justificam em razão das exigências e mudanças que impactam a vida dos estudantes, muitos equilibram trabalho, vida social, vida acadêmica, entre outras demandas, o que pode gerar desafios individuais e sociais e afetar o emocional desses indivíduos. Em virtude disso, várias instituições têm ampliado espaços para diálogo e prevenção de sofrimento psíquico. Serão relatadas neste documento, intervenções como: rodas de conversa, oficinas de escrita e pintura e produção de material informativo sobre saúde mental. Discutiu-se nestes espaços temas como ansiedade, medo, expectativas e demandas dos acadêmicos. Na execução das ações foi possível a compreensão que os estudantes de forma geral estão propícios a vivenciar situações ou problemas que levam ao sofrimento e faz-se necessário a atenção com a saúde mental em diferentes fases da trajetória acadêmica.

Palavras-chave: Saúde mental. Psicologia. Ensino superior.

INTRODUÇÃO

O processo educacional formal tem início no momento em que o indivíduo é inserido pela primeira vez em um ambiente escolar, independente de sua idade. De acordo com a Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a idade mínima obrigatória para a criança ser inserida no ensino fundamental é de 4 anos de idade. Durante todo este percurso formativo educacional, do ensino básico até o superior, o indivíduo passa por décadas dentro do ambiente escolar e por diversos processos que moldam a sua identidade e constroem sua história.

²⁴ *Estudante de Psicologia, UniALFA, Umuarama.

**Estudante de Psicologia, UniALFA, Umuarama.

***Estudante de Psicologia, UniALFA, Umuarama.

****Estudante de Psicologia, UniALFA, Umuarama.

*****Docente e Coordenadora do curso de Psicologia, UniALFA, Umuarama/PR.

A partir das apropriações do conhecimento científico, pequenas revoluções acontecem no mundo interno e abre-se espaço para novas aquisições de funções cognitivas que dão condição para o desenvolvimento e aprendizagem (Coelho, s.d). Na transição para a vida adulta, a atividade de estudo se entrelaça com a atividade profissional, que se torna a nova guia do desenvolvimento, e a atividade de estudo começa a ser utilizada como orientação e preparação para a atividade profissional. Grande parte dos alunos de universidade se encontram nessa fase, onde estão se encontrando profissionalmente através do estudo, mas também identificando seu lugar na sociedade, com isso o indivíduo acaba tendo que equilibrar o profissional, estudo, vida social e até mesmo a expectativa da sociedade sobre esse sujeito.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024), somente no ano de 2023 foram realizadas quase dez milhões de matrículas em instituições de ensino superior. Esse contingente ao aumentar, traz consigo diversas demandas, entre estas um necessário olhar para a saúde mental de todas as pessoas envolvidas no processo de ensino/aprendizagem, tornam-se cada vez mais necessárias ações como esta no ambiente acadêmico.

Durante toda a trajetória universitária o aluno está sujeito a se deparar com acontecimentos e situações que testam seus limites. De maneira geral, Boldan e Badargi (2008) argumentam que entre os estressores que podem levar o estudante ao adoecimento físico e/ou mental no ambiente acadêmico incluem: falta de tempo para se dedicar à graduação, falta de motivação para o estudo e para frequência às aulas, falta de interação com os colegas, experiências ruins em trabalhos e estágios. Sob essa perspectiva Tavares e Oliveira (2024) afirmam que a promoção ao cuidado, acolhimento e o suporte aos estudantes contribuem não apenas na permanência, mas na formação integral de cada um, fortalecendo ainda o sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica e favorecendo assim o papel da faculdade como em espaço de proteção, inclusão e promoção da saúde mental.

DESENVOLVIMENTO

Frente a este contexto, Instituições de Ensino Superior - IES, têm desenvolvido ações voltadas à atenção psicossocial de estudantes, visando a prevenção do agravamento de situações críticas advindas das demandas do ensino superior. Uma

destas ações, foco deste trabalho, é o Núcleo de Apoio Psicológico, Pedagógico e Social (NAPPS), ofertado pela Faculdade Alfa de Umuarama - UniALFA. O Núcleo fundamenta-se na oferta de acolhida aos estudantes nas questões psicológicas, acadêmicas e emocionais.

No cumprimento destes objetivos, ao longo de 2024 e primeiro semestre de 2025, os trabalhos do NAPPS foram desenvolvidos com o apoio de um grupo de estudantes, participantes de um projeto de extensão não obrigatória. A extensão se constitui em um processo interdisciplinar que visa promover a interação entre as instituições de ensino e outros setores da sociedade, a prática relatada neste relato, tinha como intuito proporcionar espaços de cuidado em saúde mental, que contemplasse toda a comunidade acadêmica. Neste sentido foram planejadas e executadas atividades de: rodas de conversa, oficinas terapêuticas, debates, triagens, escutas terapêuticas e palestras. Com compromisso ético estes espaços foram pensados para a expressão, escuta e acolhimento dos processos causadores de sofrimento psicossocial, intervindo no auxílio de superar as dificuldades vivenciadas no meio acadêmico.

Nas atividades desenvolvidas, duas rodas de conversa e duas oficinas sobre saúde mental (escrita e arte terapia) utilizou-se a metodologia de roda de conversa, para Afonso e Abade (2008) esta tem o objetivo de construção de um espaço onde seus participantes reflitam sobre sua relação com o mundo em um ambiente onde as pessoas se sentissem acolhidos e seguros para a partilha. Todas as ações buscou-se promover um espaço de diálogo e trocas de expressões de sentimentos sobre esse temas, que circularam dentro daqueles que são as principais queixas pelas quais os estudantes buscam atendimento psicológico.

Outra ação desenvolvida, apresentada e disponibilizada no modelo digital para a comunidade acadêmica no segundo semestre de 2024, no mês de setembro, em alusão ao Setembro Amarelo mês da Campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, foi o Guia De Cuidados Em Saúde Mental (2024). Este documento, pensando como um recurso para informar e prevenir, apresenta em sua estrutura os seguintes eixos temáticos: o conceito de saúde mental; o significado de possuir saúde mental; orientações sobre formas de cuidados, vivências emocionais consideradas comuns; e por fim as situações em que se torna necessário promover mudanças na rotina ou buscar acompanhamento profissional especializado.

Promovendo assim uma ferramenta que possibilitou abordar o tema de maneira segura, séria e respeitosa e que levasse suporte e proteção à saúde mental no meio acadêmico e na comunidade em geral.

Ao longo da oferta das ações, compreendemos que muitos estudantes não puderam estar nas atividades oferecidas fora do horário de aulas, assim revisamos nosso horário e passamos a oferecer ações no horário de aulas, com a entrega de justificativa para compensação da falta. Essa iniciativa foi amplamente bem recebida, refletindo o engajamento e participação significativa dos corpo acadêmico. Tal mudança refletiu num ganho significativo para o grupo, reforçando a importância da atenção com a saúde mental.

CONCLUSÃO

É possível afirmar que as intervenções realizadas, constituem-se elementos fundamentais para fortalecer o acesso e a permanência no ensino superior. As práticas de cuidado em articulação com as ações realizadas no ambiente acadêmico para prevenção e promoção em saúde mental não podem ser ignoradas ou deixadas em plano secundário, mas vista como intervenções necessárias e indispensáveis durante todo o processo de formação.

Foi possível observar que o acolhimento, identificação e reconhecimento de situações de risco e proteção à saúde mental são essenciais. Nas interações, de forma prática, em ações e atividades que buscaram ouvir dos próprios estudantes, fica esclarecido quais são as maiores dificuldades nesse momento de tanta transformação e busca de conhecimentos e a importância desse espaço dentro da faculdade. Foi possível a compreensão que os estudantes de forma geral estão propícios a vivenciar situações ou problemas que levam ao sofrimento, e a atenção com a saúde mental em diferentes fases da trajetória acadêmica é crucial.

Cada estudante vive o seu próprio processo de transição com desafios singulares, independente de idade ou experiência, pois o processo de adaptação às novas demandas emocionais, sociais e cognitivas tende a ser um período desafiador. Nesse contexto, torna-se fundamental que as instituições implementem ações que transmitam empatia, compreensão e cuidado com a saúde mental. Reconhecendo que

é uma demanda coletiva mas compreendendo a singularidade de cada indivíduo criando condições que favoreçam o desenvolvimento pessoal acadêmico.

REFERÊNCIAS

BONDAN, Alzira Pimentel; BARDAGI, Marucia Patta. **Comprometimento profissional e estressores percebidos por graduandos regulares e tecnológicos**. Ribeirão Preto, SP, v. 18, n. 41, p. 39-46, 2008. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300013>. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 49–50, 19 dez. 2018. Homologada pelo Parecer CNE/CES nº 608/2018 e Portaria MEC nº 1.350, de 14 de dezembro de 2018. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rces007-18&Itemid=30192. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 ago. 2025.

COELHO, S. M. **A Alfabetização na Perspectiva Histórico-Cultural**. Presidente Prudente: UNESP, [s.d.]. Disponível em:

<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40139/1/01d16t04.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BAGGIO, Débora Mendes; MINHONI, Flávia Eduarda de Azevedo; MONTEIRO, Francieli Pereira *et al.* **Guia de cuidados em saúde mental**. Umuarama, PR: Faculdade UniALFA, 2024.

REIS, Alice Casanova dos. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 142–157, mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100011>. Acesso em: 17 ago. 2025.

ROSA, Ana Paula Marques da; GOI, Mara Elisângela Jappe. Teoria socioconstrutivista de Lev Vygotsky: aprendizagem por meio das relações e interações sociais. **Revista**

Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, 26 mar. 2024. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/10/teoria-socioconstrutivista-de-lev-vygotsky-aprendizagem-por-meio-das-relacoes-e-interacoes-sociais>. Acesso em: 12 ago. 2025.

TAVARES, Jeane Saskia Campos; OLIVEIRA, Marlete Andrize de. Práticas de cuidado em saúde mental na universidade. Práticas e Cuidado. **Revista de Saúde Coletiva**, Salvador, v. 5, n. e22706, p. 1–6, 2024. Disponível em:
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/22706>. Acesso em: 18 ago. 2025.

O IMPACTO DO USO DAS TIDCS NA PRÁTICA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NOS DIAS ATUAIS

Derenice Fontoura*

Tania Fonseca Ramos**

Juliana Marques Meirinho***²⁵

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o impacto do uso das Tecnologias de Informações Desenvolvimento e Comunicação (TIDCs), na prática da avaliação psicológica, em especial após a pandemia COVID-19, o que aumentou significativamente o uso das práticas digitais na área da saúde mental. Destaca ainda as vantagens e desvantagens no uso das tecnologias na otimização dos processos avaliativos e na agilidade dos atendimentos online. No entanto, é fundamental manter a essência pautada na escuta qualificada, na ética e na construção de vínculos.

Palavras-chave: Tecnologias de Informações Desenvolvimento e Comunicação (TIDCs). Avaliação Psicológica. Psicologia.

INTRODUÇÃO

A ciência e a tecnologia se cruzam desde a década de 1950 com o uso dos computadores para pesquisa, beneficiando as análises da avaliação psicológica e aprimorando os testes psicométricos, Mendes et al., (2024). Com o uso da tecnologia dos computadores surgiram grandes cientistas e pesquisadores que desempenharam papéis fundamentais no desenvolvimento da ciência da computação. Alan Turing teve destaque para a quebra do código Enigma durante o ano de 1950, sendo considerado o “Fundador da ciência da computação” e suas ideias sobre a capacidade do raciocínio das máquinas foram inovadoras, incluindo o teste de Turing, trazendo a ideia de que um avaliador humano interage por meio de mensagens escritas com duas entidades, uma máquina e um humano, sem saber qual é qual. Se o avaliador não conseguir diferenciar a máquina do humano de forma consistente, a máquina é considerada capaz de pensar inteligente, Menezes (2023). Sabendo da potencialidade da tecnologia e sua capacidade em transformar a economia e melhorar a qualidade de vida global, ela também apresenta desafios e preocupações relacionadas à ética e segurança.

²⁵ * Pedagoga, Especialização em Psicopedagogia e Educação Especial e acadêmica de Psicologia, UniALFA, Umuarama-PR.

**Acadêmica de Psicologia, UniALFA, Umuarama-PR

***Psicóloga, Mestre em Prevenção e Tratamento de Usuários de Álcool e Outras Drogas e Especialista em Saúde Mental.

A avaliação psicológica é uma prática essencial ao trabalho do psicólogo, pois permite compreender aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais. Porém existem situações que não permitem a espera diante de algumas demandas consideradas mais emergenciais. Contudo, as Tecnologias da Informação, Desenvolvimento e Comunicação (TIDCs), impactaram a sociedade consideravelmente de forma que os psicólogos precisaram se adaptar de maneira que essa tecnologia seja benéfica ao seu trabalho. Mas para que haja assertividade no trabalho e no uso das TIDCs, é necessário seguir as normativas do Conselho Federal de Psicologia. Até então, a Resolução CFP nº 02/1995, proibia o atendimento psicológico por meio do telefone. Nos anos 2000 surge a Resolução nº 03/2000 que regulamenta o uso de computadores com o objetivo de pesquisa. Na Resolução nº 12/2005 era necessário ter uma certificação chamada de SELO pelo CFP para atendimento. Com a Resolução nº 11/2018 demanda que o psicólogo explique a pessoa atendida sobre seus direitos e especifique quais recursos tecnológicos serão utilizados. Até que no ano de 2020, com a pandemia Sars-Cov-2, covid-19, houve um aumento significativo de demandas de atendimentos online já que toda a população precisou ficar em isolamento. Perante o acontecimento mundial, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), possibilitou utilizar as TIDCs a favor da atuação do Psicólogo, abrindo possibilidades para atendimentos e avaliações psicológicas online mediante resolução nº 11/2018 que regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meio das tecnologias da informação e da comunicação.

Contudo, o conselho federal de psicologia através da Resolução nº 31/2022, reforça que os instrumentos técnicos utilizados devem ser consultados e validados no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), assegurando que sejam apropriados para o formato digital. Dessa forma, o atendimento pode ocorrer online e os instrumentos podem ser informatizados desde que estejam aprovados. É importante ressaltar que segundo CFP o uso das tecnologias de informações devem garantir o sigilo absoluto dos pacientes. E a Resolução nº 09/2024, regulamenta o exercício profissional da psicologia mediado por TIDCs. Esta atualização busca modernizar e fortalecer a prática da psicologia frente aos avanços tecnológicos, garantindo segurança, ética e qualidade nos serviços prestados.

Ainda sobre as normativas, destaca-se a Resolução nº 04/2020, publicada quinze dias após a declaração da pandemia pela Organização Mundial de Saúde

(OMS). Essa medida foi adotada para flexibilizar a prestação de serviços online, garantindo a continuidade da assistência à população em um momento de crise sanitária.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza a pesquisa bibliográfica do tipo exploratória. Utilizou-se para isso como base de estudos artigos acadêmicos disponíveis nas bases de dados da SciELO e Normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP), entre os principais autores estão, Mendes *et al.* (2024), Muniz *et al.* (2021), Comassetto *et al.* (2025), Menezes (2023). Buscamos compreender o cenário atual e suas implicações, com fundamentos em referências teóricas atualizadas e relevantes para o campo.

DESENVOLVIMENTO

As tecnologias têm se consolidado como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento da nossa sociedade. Neste texto, destacamos como o uso das Tecnologias da Informação Desenvolvimento e Comunicação (TIDCs), tem promovido avanços significativos na área da Psicologia, tanto na qualificação dos atendimentos profissionais quanto na aplicação e nos resultados das avaliações psicológicas.

Segundo os autores Mendes *et al.*, (2024), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) regulamenta o uso dos meios de TIDCs na avaliação psicológica através da atuação do psicólogo a partir da resolução CFP nº 09/2024. A regulamentação inclui a possibilidade de realizar a avaliação psicológica online, desde que sejam utilizados testes psicológicos devidamente padronizados e normatizados para essa modalidade, e que haja supervisão entre profissionais com registro ativo no respectivo Conselho Regional de Psicologia (CRP). Porém existem algumas restrições quanto aos atendimentos online a indivíduos ou grupos de pessoas que possam apresentar casos de riscos ou situações de vulnerabilidades e emergências.

BENEFÍCIOS E DESAFIOS COM USO DAS TIDCS NOS ATENDIMENTOS E AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS ONLINE.

Os atendimentos de terapias online têm contribuído muito para o trabalho dos profissionais quanto dos pacientes, pois eles podem realizar as terapias estando no conforto de suas casas, ou em qualquer outro lugar, cidade, estado ou país. Essa modalidade oferece serviços qualificados para pessoas em regiões com acesso limitado ou inexistentes. Também facilita a vida de quem tem uma rotina intensa e dificuldades para conciliar horários, além de indivíduos com limitações emocionais, dificuldades de mobilidade, ou mesmo pais e mães com filhos pequenos ou sem uma rede de apoio, também encontram nessa alternativa uma forma viável de realizar os atendimentos com mais autonomia e conforto.

De acordo com Mendes *et al.*, (2024), o uso das TIDCs traz benefícios importantes como a ampliação do acesso a regiões remotas, praticidade, privacidade, redução dos custos com deslocamentos favorecendo a inclusão nos serviços de saúde mental, porém exige que regulamentações sejam adotadas para que não haja riscos à privacidade dos dados e a efetividade dos métodos aplicados.

Ainda segundo Mendes *et al.*, (2024) o CFP através da atualização da Resolução CFP nº 31/2022, a uma grande preocupação quanto ao uso responsável das tecnologias na administração de testes psicológicos por meios eletrônicos como, computadores e uso dos dispositivos móveis, assegurando que eles devem seguir os princípios éticos e profissionais, priorizando e mantendo sempre a segurança dos dados durante as sessões online.

Os autores ressaltam também a importância dos profissionais estarem capacitados e qualificados para a aplicação dos testes psicológicos e interpretação dos resultados, verificando se os mesmos estão validados e tenham comprovação científica, Mendes *et al.*, (2024). Além disso, segundo Wechsler *et al.* (2019) *apud* Mendes *et al.* (2024) a aplicação dos testes psicológicos é uma atividade privativa e de exclusividade dos profissionais da psicologia, conforme foi regulamentada pela Lei Federal nº4119 de 1962.

Podemos ressaltar também que a avaliação psicológica tem enfrentado muitos desafios na utilização das TIDCs, devido ao despreparo dos profissionais e a segurança das informações, diante disso torna-se essencial que os psicólogos adaptem suas práticas utilizando as TIDCs de forma responsável, garantindo a segurança dos dados e o alinhamento aos princípios éticos, morais e de direitos humanos, Muniz *et al.* (2022) *apud* Mendes *et al.* (2024). A sociedade está em

constante evolução sobre as TIDCs, e por mais que possam oferecer grandes vantagens, existe a preocupação sobre a substituição do papel humano no contexto da saúde e avaliação psicológica. Por mais que ela seja capaz de processar grandes dados e identificar padrões numéricos, ela jamais poderá substituir a mente humana.

Outro ponto importante a ser destacado é a exclusão digital e as desigualdades que tende privilegiar pessoas com acesso à tecnologia e perpetuar exclusões sociais, portanto, é necessário cuidar para que o formato *online* não se torne o único, contribuindo assim, para a precarização do trabalho na área da psicologia, Muniz *et al.* (2022) *apud* Mendes *et al.* (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da avaliação psicológica tem-se observado um investimento das editoras a regulamentar possibilidades informatizadas de aplicação e correção de testes. Segundo Zanin *et al.*, (2022), o principal desafio reside na capacitação dos psicólogos, permitindo que utilizem essas ferramentas como recursos complementares à sua prática profissional, garantindo a eficácia e a ética. As tecnologias prometem aumentar a precisão, eficiência e acessibilidade das avaliações psicológicas, porém segundo Reips *et al.*, (2016), avaliações presenciais e avaliações online apresentam efeitos de desinibição e mudanças na motivação diferentes nos contextos aplicados. O fato é que, é necessário aproveitar o potencial das tecnologias, sem perder a importância do contato humano, da compreensão empática, dos aspectos éticos e muitos outros elementos que são intrinsecamente humanos e difíceis de replicar por uma tecnologia e que essa ferramenta não substitui o trabalho do psicólogo.

Conclui-se que as tecnologias estão gerando novos produtos e transformando os atendimentos e avaliações psicológicas, porém é fundamental considerar a ética profissional e acima de tudo, o bom senso para o bem da sociedade, por mais que ela apresente habilidades e níveis impressionantes de eficiência ela ainda é apenas uma ferramenta complementar que pode aumentar nossa capacidade tornando o processo mais ágil, ainda assim, não substitui o profissional humano.

REFERÊNCIAS

COMASSETTO, Maria Eduarda; CAMPOS, Camila Bolzan de; FEIJÓ, Luan Paris, L. (2025). Tecnologias Avançadas no Contexto da Avaliação Psicológica: A inteligência artificial. **Psicologia E Saúde Em Debate**, 11(1), 1019–1033.

MENEZES, Marcos Antonio de. A inteligência artificial versus a Inteligência Humana. Saber Humano: **Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v. 13, n. 22, pp. 220-239, jan/jun. 2023.

MENDES, Aline Rodrigues; SANTOS, Beatriz Aline Leite dos; BORGES, Ludmila França; MORAIS, Melissa Lima Mota de. Inteligência artificial na psicologia: contribuições para a avaliação psicológica. Goiânia: Universidade Paulista – UNIP, Instituto de Ciências Humanas, 2024. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Psicologia).

MUNIZ, Monalisa; CARDOSO, Lucila Moraes; RUEDA, Fabián J. M.; NORONHA, Ana Paula Porto. Desafios da Avaliação Psicológica para a Prática diante da Atuação Profissional Mediada pela Tecnologia de Informação. **Psico-USF**, Bragança Paulista, n/e 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 002**, de 20 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre a prestação de serviços psicológicos por telefone. Brasília, DF: CFP, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 012**, de 18 de agosto de 2005. Regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador e revoga a Resolução CFP nº 003/2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 11**, de 11 de maio de 2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 011/2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 maio de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 04**, de 26 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação dos serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) durante a pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 2020

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 31**, de 15 de dezembro de 2022. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) e revoga a Resolução CFP nº 09/2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 09**, de 18 de julho de 2024. Regulamenta o exercício profissional da Psicologia mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) em território nacional e revoga as Resoluções CFP nº 11/2018 e nº 04/2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jul. 2024.

O REFLEXO DO USO DA TECNOLOGIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS ATUAIS: A TECNOLOGIA TEM IMPULSIONADO O ISOLAMENTO EMOCIONAL NAS RELAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS?

Daniel Neves da Silva*
Belyhuska Nazareth Pérez Pérez**
Eduardo Augusto Pavani***²⁶

RESUMO

O presente artigo busca analisar como o uso da tecnologia tem modificado as relações sociais contemporâneas, com foco nos impactos emocionais e psicológicos causados pelo uso excessivo de telas e redes sociais. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, baseia-se na análise crítica de artigos sobre o tema. Conclui-se que, apesar de favorecer a comunicação rápida e à distância, o uso demasiado de tecnologia fragiliza as relações presenciais e contribui para o isolamento emocional. O estudo propõe uma reflexão sobre a necessidade de moderação no uso tecnológico para a preservação da saúde mental e dos vínculos sociais autênticos.

Palavras-chave: Tecnologia. Relações Sociais. Isolamento Emocional. Redes Sociais.

INTRODUÇÃO

O consumo da tecnologia tornou-se ubíquo no cotidiano, moldando significativamente as formas de relacionamento. Este artigo propõe uma reflexão sobre o crescimento do uso de tecnologias digitais no século XXI e sua relação com os prejuízos à saúde psicológica dos indivíduos. O objetivo específico é elucidar se questões de isolamento social e adoecimento mental possuem relação causal com o uso excessivo de telas e redes sociais, a partir de revisão bibliográfica e análise crítica de estudos recentes.

Um paradoxo central guia essa investigação: a mesma tecnologia que facilita e aproxima conexões globais pode simultaneamente diminuir o contato físico e promover o afastamento social. Byung-Chul Han (2022) contribui para esta discussão ao evidenciar como o excesso de informação e a lógica algorítmica afetam a liberdade, a atenção e a qualidade das relações humanas. Para Han, vivemos sob um "regime de informação", que substitui o antigo "regime disciplinar", promovendo uma constante

²⁶ *Estudante de Psicologia, UniALFA, nevesdaniel2000@gmail.com.

**Estudante de Psicologia, UniALFA, belyhuskap@gmail.com.

***Docente do curso de Psicologia da Faculdade UniALFA. Email: eduardo.o.pavani@gmail.com.

exposição pessoal e a necessidade de desempenho, intensificando a "sociedade do cansaço".

Dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) ilustram a urgência do tema: em duas décadas, a proporção de lares urbanos brasileiros com internet passou de 13% (2005) para 85% (2024). Este trabalho dedica-se a analisar os reflexos psicológicos deste novo panorama.

DESENVOLVIMENTO

As transformações tecnológicas, influenciadas por fatores históricos, sociais e econômicos, impactam profundamente como os sujeitos constroem vínculos e constituem sua subjetividade. A internet, outrora recurso de nicho, tornou-se massiva. Conforme o Cetic.br (2024), 90% da população brasileira com 10 anos ou mais é usuária da internet, considerando-se o conceito ampliado de acesso. O Brasil é o segundo país no mundo em tempo gasto diariamente em redes sociais (cerca de 9 horas), conforme relatório da We Are Social e Meltwater (2024).

Manuel Castells (1999) identifica o surgimento de uma "sociedade em rede", onde fluxos de informação, poder e identidade se difundem por sistemas digitais. Plataformas como Facebook e Instagram, que cresceram de milhões para bilhões de usuários em poucos anos, materializam a lógica do excesso descrita por Han (2017): a tecnologia que promete conexão gera saturação psíquica. A sociedade contemporânea, marcada pelo excesso de positividade e desempenho, culmina na "sociedade do cansaço", onde os indivíduos se autoexploram na tentativa de se manterem produtivos e conectados, frequentemente à custa de sua saúde mental.

Pesquisas nacionais corroboram a associação entre uso intensivo de tecnologias digitais e adoecimento psíquico. Andrade et al. (2023) atestam que estudantes universitários com uso desregrado do celular apresentam níveis elevados de estresse, depressão e ansiedade. A cultura digital promove comparação social constante, desempenho e validação externa, enfraquecendo vínculos afetivos reais e potencializando sentimentos de solidão e inadequação.

O contexto da pandemia de COVID-19 agravou sensivelmente estes processos. O isolamento social incentivou o uso intensivo de tecnologias como substituto das interações presenciais, catalisando uma dependência emocional dos ambientes

virtuais. Um relatório da Fiocruz (2024) aponta o aumento de sintomas associados à nomofobia (medo de estar desconectado), reflexo de como as redes se tornaram extensão da subjetividade contemporânea.

A análise sob a perspectiva de Han (2022) revela que a infocracia e a sociedade do cansaço manifestam-se no comportamento digital através da busca por desempenho e validação, fragilizando os laços sociais presenciais e aprofundando a exaustão emocional. É crucial destacar que as redes sociais também trazem benefícios, como o fortalecimento de comunidades virtuais e a disseminação de informação. Contudo, tais benefícios estão condicionados a um uso consciente e equilibrado, que nem sempre é observado.

Portanto, evidencia-se o paradoxo: a tecnologia que possibilita conexões ampliadas contribui simultaneamente para o isolamento social subjetivo e o comprometimento da saúde mental. O desafio contemporâneo reside em estabelecer um uso mais crítico e saudável das redes, resgatando o espaço das relações presenciais.

CONCLUSÃO

Diante da investigação realizada, este trabalho confirma seu objetivo central: as tecnologias digitais, embora expandam conexões globais, intensificam fragilidades nas relações humanas presenciais, gerando um paradoxo estrutural entre hiperconectividade e isolamento subjetivo. O uso excessivo de redes sociais, intensificado pela lógica performática das plataformas, reduz relações autênticas em trocas de validação superficial, potencializando adoecimentos psíquicos como ansiedade, depressão e esgotamento emocional.

Conclui-se que o desafio do século XXI exige uma reestruturação da nossa coexistência com o digital. O valor positivo da tecnologia depende de sua capacidade de potencializar relações significativas, e não conexões vazias. Para isso, são necessárias pesquisas sobre políticas públicas de regulação digital e intervenções pedagógicas que promovam a desconexão e reafirmem um princípio irrecusável: nenhuma inovação técnica justifica a perda de humanidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. L. M. et al. Uso excessivo de internet e smartphone e problemas emocionais em estudantes de psicologia e psicólogos. **Estudos de Psicologia** (Campinas), Campinas, v. 40, e210010, 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
FIOCRUZ. Relatório sobre saúde mental e uso de tecnologias no contexto da pandemia de COVID-19. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, 2024.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL E SEUS PAPÉIS DE IMPORTÂNCIA PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE

Sofia Laura Souza Prado*

Geovana Almeida**

Juliana Marques Meirinho***²⁷

RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar as políticas públicas de saúde mental disponíveis atualmente, tendo em vista sua importância para a população que não tem conhecimento sobre e reforçando o papel da promoção de saúde neste contexto. Foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos e materiais publicados sobre o tema para realizar um levantamento de quais as políticas disponíveis e como acessar seus serviços, para informar cidadãos que não as conhecem. Ao final, foi proposta uma breve análise de como essas políticas são extremamente importantes no exercício de promover saúde.

Palavras-chave: Políticas públicas. Saúde pública. Saúde mental.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu ao longo da graduação de psicologia da faculdade Unialfa (Umuarama PR) na disciplina de metodologia da pesquisa que visa a produção de um resumo expandido com a escolha de temáticas a critério dos alunos, de acordo com aquilo que os fazem questionar e causar incômodo. Nesse contexto, a temática escolhida para esse resumo se trata do Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS) e especificamente quais as políticas públicas de saúde mental existentes nesse sistema.

Após a pandemia da COVID-19 - que causou o agravamento da saúde mental das pessoas durante o período de quarentena por aumento de ansiedade, estresse e outros diversos fatores (National Geographic Brasil, 13 out. 2022) - ficou evidente para os brasileiros que essa “coisa” de cuidar da mente é uma parte essencial da saúde, quebrando um pouco o estigma de que ajuda de um profissional de saúde mental é para loucos. Diante desse cenário, atualmente se tem mais flexibilidade ao falar do assunto, mas poucos conhecem o que há disponível no SUS para cuidados em saúde mental, logo, a necessidade do tema surgiu ao constatar que, boa parte da população

²⁷ * Graduada em Psicologia, UniALFA, Umuarama – PR, sofily06@gmail.com.

** Graduada em Psicologia, UniALFA, Umuarama – PR, geovanafalmeida15@gmail.com.

***Graduada em Psicologia pela Unipar. Mestra em Prevenção e Tratamento de Usuários de Álcool e Outras Drogas pelo HCPA/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Saúde Mental pela Univale. Professora na Faculdade UniALFA de Umuarama-PR, Julianameirinhopsi@gmail.com.

parece não conhecer maneiras de acessar uma atenção específica desta área da saúde, mesmo sendo de extrema importância sua existência (GARCÍA; CARRASCO; GIL, 2016).

Seguindo esse pensamento, a pesquisa se trata de um levantamento de informações através de uma revisão bibliográfica, utilizando artigos e publicações oficiais e referências técnicas, no intuito de explicar o que são essas políticas públicas e maneiras de acessar de maneira objetiva e simples.

DESENVOLVIMENTO

No SUS (Sistema Único de Saúde) há o que chamamos de níveis de atenção que se dividem em primário, secundário e terciário. O primário é o nível que chamamos de atenção básica, que é onde tem as chamadas UBS's (Unidades Básicas de Saúde) que tem foco em práticas de promoção e prevenção. Estas unidades promovem saúde através de exames e consultas de rotina, até práticas com a comunidade que tem o intuito de promover a saúde de maneira integral. De acordo com o Ministério da Saúde (2025, online), é neste nível que os profissionais encaminham para a atenção especializada se necessário.

Referente a isso, a atenção especializada (que seria a secundária e terciária), é onde ocorrem os atendimentos que vão além do básico, são casos de média e alta complexidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção Primária e Atenção Especializada, 2022).

A saúde mental não se limita apenas do aspecto psicológico e emocional, mas também de condições fundamentais, como saúde física, apoio social, condições de vida. Além dos aspectos individuais, a saúde mental é também determinada pelos aspectos sociais, ambientais e econômicos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2025).

Entender a saúde mental como uma condição resultante de um conjunto de fatores e condicionantes de vida - considerando o que diz Carmo; Santos; Paquiela, (2023, p. 9) é difícil estar num estado de bem-estar mental enquanto vivenciam algum tipo de vulnerabilidade social - contribui para a compreensão da importância de serviços de saúde mental e seu acesso à população como um todo.

Seguindo para o levantamento que o estudo buscou trazer, serão apresentadas as políticas públicas de saúde mental. Começando pela principal rede que organiza os

outros serviços de saúde mental disponíveis no SUS, sendo ela a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). De acordo com o ministério da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE);

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é constituída por um conjunto integrado e articulado de diferentes pontos de atenção para atender pessoas em sofrimento psíquico e com necessidades decorrentes uso prejudicial de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado.

É mencionando também os pontos de atenção da RAPS que são os seguintes (MINISTÉRIO DE SAÚDE):

Unidade Básica de Saúde/Estratégia de Saúde da Família (UBS/ESF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades de Acolhimento (UA), Serviços Residências Terapêuticos (SRT), e Programa de Volta para Casa (PVC).

Para entender cada um deles de maneira objetiva, segue as breves definições, para auxiliar no entendimento das políticas públicas. Iniciando pelas Unidades Básicas de Saúde/Estratégia de Saúde da Família (UBS's e ESF's), que seriam as portas de entrada para qualquer um que precise do SUS, que cuida de serviços de baixa complexidade (Ministério da Saúde, BRASIL, 2025).

Seguindo para o CAPS (centro de atenção psicossocial), são centros que oferecem atenção de saúde para toda uma comunidade, contando com uma equipe diversificada com o intuito de olhar para demandas mais específicas da saúde mental, como pessoas em estado de dependência química ou em um estado de vulnerabilidade. Esses centros têm suas próprias modalidades de organização, no intuito de ter o melhor atendimento possível, sendo essas modalidades divididas em CAPS I, CAPS II, CAPS i, CAPS ad Álcool e drogas, CAPS III, CAPS ad III Álcool e Drogas (Ministério da Saúde, Brasil, 2025).

E dentro do CAPS, há um tipo de serviço nomeado Unidades de Acolhimento (UAs), que se trata de residências para pessoas com necessidades iguais às citadas anteriormente, visando o acolhimento e proteção. Tem funcionamento de 24 horas para funcionar como um abrigo, enquanto o paciente continua recebendo seu tratamento

pelo CAPS. Possui divisões, sendo UAs “(...) para adultos (maiores de 18 anos) e para crianças e adolescentes (de 10 a 18 anos incompletos)” (Ministério da Saúde, 2025).

Continuando com os Serviços Residências Terapêuticos, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2025):

São moradias inseridas na comunidade, destinadas a acolher e cuidar das pessoas em sofrimento psíquico graves e persistentes, egressas de internações psiquiátricas de longa permanência em hospitais psiquiátricos e hospitais de custódia, que não possuam suporte social e laços familiares.

Ou seja, tem objetivo de amparar pessoas em situação psicossocial de alta complexidade.

Dando continuidade, mais uma política pública que visa dar o suporte necessário a pessoas que saíram de um período de internação em hospitais psiquiátricos, porém para quem ainda tem relações com a família, é o Programa de Volta para Casa (PVC). O objetivo principal além de desenvolver autonomia e melhorar suas relações sociais, é humanizar e incentivar a desinstitucionalização, mostrando como essas políticas públicas são essenciais na transformação de uma sociedade para que se torna mais humanitária (Ministério da Saúde, 2025).

Além de conhecer e entender qual a função de cada um desses mecanismos, é necessário saber maneiras de acesso, para que aqueles que necessitam saibam como ter acesso a algo que é seu por direito. Segundo Manzini (2022), a primeira forma para conseguir atendimento psicológico, é indo até a UBS e na consulta com o clínico geral, o paciente pode dizer o que sente e solicitar consultas com um profissional de psicologia para que possa então, ser encaminhado para o atendimento. Importante evidenciar que o tempo de espera pode ser longo pois há pouca disponibilidade de profissionais no nível de atenção básico para demandas altas. Entretanto, para casos mais graves é feito o encaminhamento para o CAPS.

CONCLUSÃO

Contudo, é evidente que as políticas públicas de saúde mental possuem uma alta capilaridade e capacidade de resolutividade em todos os níveis de atenção, com diretrizes e objetivos que humanizam o atendimento de pessoas que estão em

vulnerabilidade social. De acordo com a revisão bibliográfica, as políticas estão disponíveis para qualquer cidadão que necessite acessar algum dos serviços. Isso é de extrema importância na transformação social, pois com os papéis de incentivo ao cuidado humanizado que considera o indivíduo e suas necessidades específicas, e trate em liberdade as questões de cada um, promovendo assim a autonomia das pessoas, e a saúde para além do bem-estar físico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Primária e Atenção Especializada**: conheça os níveis de assistência do maior sistema público de saúde do mundo. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/atencao-primaria-e-atencao-especializada-conheca-os-niveis-de-assistencia-do-maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo>. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**. [S.l.]: [s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/raps>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental**. [S.l.]: [s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CARMO, Gabrielle Moussallem do; SANTOS, Laiz Bezerra Pinheiro; PAQUIELA, Larissa Cristina Kremer dos Santos. A influência da vulnerabilidade social na saúde mental de adultos: uma revisão integrativa. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 11, p. 158-168, 2023. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV4N11-158>.

GARCÍA, José Luis; CARRASCO, María Jesús; GIL, María Jesús. Conocimiento de los profesionales de la atención primaria por parte de los usuarios del sistema de salud. **Revista Aladefe, Enfermería** 21, [S.l.], n. 8, 2016. Disponível em: <https://www.enfermeria21.com/revistas/aladefe/articulo/148/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

VARELLA, Drauzio; MANZINI, Isabelle. **Como conseguir atendimento psicológico gratuito**. Portal Drauzio Varella, UOL, 21 set. 2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/psiquiatria/como-conseguir-atendimento-psicologico-gratuito/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Como a pandemia de covid-19 afetou a saúde mental dos brasileiros**. National Geographic Brasil, 13 out. 2022. Disponível em:

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2022/10/como-a-pandemia-de-covid-19-afetou-a-saude-mental-dos-brasileiros>. Acesso em: 27 maio 2025.

SOUZA, A. DE J. F. et al. A saúde mental no Programa de Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 4, p. 391–395, jul. 2007.

Sus e a Saúde Mental. [S.l.]: [s.n.]. Disponível em:
<<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental/sus-e-a-saude-mental>>. Acesso em: 23 maio. 2025.

PSICOLOGIA ESCOLAR E VULNERABILIDADE SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM

Danielle Jardim Barreto*

Thalita Cristina Conchon de Siqueira**

Eloise Carolina da Costa Scheer***²⁸

RESUMO

A vulnerabilidade social é um fenômeno complexo que envolve dificuldades de acesso a direitos básicos como assistência em saúde, educação, moradia, renda e participação social. No contexto escolar, essas condições impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para altos índices de evasão, reprovação e dificuldades de desenvolvimento. A Psicologia Escolar, especialmente em uma perspectiva crítica e sócio-histórica tem se mostrado uma importante aliada na construção de estratégias que enfrentam as desigualdades e promovem o acesso equitativo ao conhecimento. Este trabalho busca refletir sobre os desafios e possibilidades da atuação do psicólogo escolar em contextos marcados pela vulnerabilidade social, visando a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Psicologia escolar. Vulnerabilidades. Aprendizagem

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social pode ser compreendida como uma condição em que o sujeito está exposto a situações de risco e desproteção, especialmente em contextos de desigualdade estrutural. Segundo Yasbeck (2000), “a vulnerabilidade social refere-se à exposição de indivíduos ou grupos a situações de risco social e à dificuldade ou impossibilidade de acesso a recursos que assegurem seus direitos básicos” (p. 15). Essa concepção evidencia que a vulnerabilidade não se restringe à pobreza econômica, mas envolve também distanciamentos de oportunidades e direitos fundamentais. Dessa forma, podemos compreender a vulnerabilidade social como um fenômeno complexo que envolve a exclusão de indivíduos e grupos dos direitos básicos à saúde, educação, moradia, renda e participação social.

A relação entre vulnerabilidade social e educação é um dos principais desafios enfrentados pela escola pública brasileira. Crianças em situação de pobreza e exclusão

²⁸ *Doutora em Psicologia e Sociedade. Docente do Curso de Psicologia, UniALFA, Umuarama/PR, danyposgeps@gmail.com.

**Graduada em Educação Física, pós-graduada em Psicopedagogia, graduanda em Psicologia, UNIALFA, thalitacconchon@gmail.com.

***Graduada em Medicina Veterinária, graduanda em Psicologia, UNIALFA, eloise.scheer@hotmail.com

social chegam à escola com um histórico marcado por privações, o que modifica a relação entre ela e o ambiente escolar, podendo esta afetar o que se espera de seu desenvolvimento e desempenho. Nesse sentido, Bock (1999) destaca que “a criança pobre traz para a escola uma história de vida marcada pela exclusão social. [...] A escola, muitas vezes, ignora essas marcas e espera dela um rendimento igual ao das outras crianças, como se todas partissem do mesmo ponto” (p. 102). Essa crítica é compartilhada por Patto (1990), que afirma que o fracasso escolar muitas vezes é explicado de forma simplista, como se estivesse exclusivamente ligado às características individuais dos alunos, desconsiderando os fatores sociais e institucionais que os cercam. Para a autora, é preciso compreender o fracasso escolar como um fenômeno socialmente construído, marcado pela desigualdade e pela negação do direito à educação de qualidade para todos.

Complementando essa perspectiva, Saviani (2008) defende uma educação comprometida com a superação das desigualdades sociais, argumentando que o papel da escola deve ser o de garantir o acesso efetivo ao conhecimento, sobretudo para os mais pobres, como forma de promover justiça social. Assim, é fundamental que o sistema educacional desenvolva práticas pedagógicas mais inclusivas, que levem em conta os diversos contextos de vida dos estudantes e busquem compensar as desigualdades sociais de forma crítica e transformadora.

PSICOLOGIA ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM

A história do fracasso escolar no Brasil teve ao longo da sua história a participação da Psicologia, como descrita por Patto (1990), em um primeiro momento, com a influência estadunidense o fracasso era justificado pela visão individualizante, que colocava a culpa da dificuldade no estudante, ligada ao seu desempenho intelectual e personalidade; posteriormente a teoria da carência cultural, foi a justificativa utilizada. De forma acrítica, as explicações criadas serviram como justificativas para a naturalização da exclusão e do fracasso escolar.

A Psicologia é uma ciência que também estuda o comportamento e os fenômenos psicológicos, tais como atenção, emoção, motivação, entre outros. A Psicologia tem como princípio análise e de atuação, todos os espaços onde há produção de subjetividade. Historicamente a Psicologia busca responder a demandas

de adequação social, porém frente às críticas dessa prática opressora, estamos em produção de uma Psicologia em favor do sujeito autônomo, crítico e com inquietações e posicionamento em defesa da singularidade (Silva; Sapateiro; Leonardi, 2023).

A Psicologia Escolar também surgiu a partir dessas demandas iniciais de adequação, tendo sua atuação ampliada no decorrer do tempo. De início sua atuação era essencialmente clínica e adaptativa. Este modelo, entretanto, vem sendo criticado devido sua inadequação frente à grande demanda das escolas e espaços educacionais (Francischini, 2016).

A Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica (BRASIL, 2019), foi um importante passo para a atuação de profissionais da área da Psicologia e do Serviço Social. Criada com o objetivo de, através de equipes multidisciplinares, melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem, trazendo o protagonismo dos atores desse processo, com a participação da comunidade escolar, na mediação das relações sociais e institucionais. Segundo o Conselho Federal de Psicologia - CFP (2019), as práticas coletivas de produção de subjetividade, se apresentam como uma estratégia de atuação no processo educativo, mobilizando os sujeitos para a transformação da realidade e de si próprios.

A atuação do psicólogo escolar em contextos de vulnerabilidade exige uma escuta qualificada, sensibilidade social e articulação constante com os diferentes atores da comunidade escolar. Entre os principais desafios estão a naturalização das dificuldades de aprendizagem, a medicalização dos alunos encarados como “aluno-problema” e a precarização do trabalho pedagógico (Patto, 1990). Muitas vezes, a escola atribui à criança a responsabilidade pelo seu “fracasso”, sem considerar os múltiplos fatores sociais e históricos que a determinam.

A violência presente no ambiente escolar, também é um desafio para a atuação do profissional psicólogo nesse contexto. O reducionismo da atuação da psicologia, do sofrimento humano e dos problemas que permeiam a sociedade também se manifestam no ambiente escolar, por isso da importância da atuação nesse ambiente, de forma integrada com outros dispositivos, para promover direitos e a proteção integral de crianças e jovens (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

Há inúmeras possibilidades de atuação transformadora. A Psicologia Escolar pode contribuir para práticas mais democráticas e inclusivas, promovendo espaços de

diálogo, valorização da diversidade, construção de vínculos e fortalecimento da crítica e participação na construção de políticas para e com os estudantes (Dias; Patias; Abaid, 2014). A articulação com equipes multidisciplinares, a formação continuada de professores e o trabalho coletivo com a comunidade são estratégias essenciais para enfrentar as desigualdades e construir uma escola mais inclusiva e para todas as pessoas.

Para garantir o papel transformador da educação, como destaca Saviani (2009), é necessária a formação consistente dos profissionais que atuam na educação e condições adequadas de trabalho. Para além do discurso de uma educação transformadora é necessário o investimento, são necessárias decisões políticas efetivas na gestão de recursos e na inserção do psicólogo no ambiente escolar.

Segundo o CFP (2023), a escola deve constituir um espaço propício à emancipação de quem a frequenta, de modo a desenvolver crianças e jovens para a vida em sociedade. Para que isso seja possível, a atuação no contexto escolar é fundamental para a construção da justiça e igualdade sociais, em que prevaleça uma “cultura de paz”, de forma a lutar contra formas de opressão, exploração, preconceitos e violências.

CONCLUSÃO

A partir dessas reflexões, torna-se evidente que a Psicologia Escolar não pode limitar-se ao diagnóstico e intervenções de dificuldades individuais, mas deve atuar de forma ampliada, considerando os múltiplos fatores que interferem na aprendizagem. É necessário desenvolver práticas que envolvam escuta qualificada, acolhimento, articulação com a comunidade e promoção de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência dos alunos na escola, criando espaços de problematização das violências agenciadas na escola, como racismo, machismos, etarismos, capacitismos, LGBTQIAPN+fobias, entre outras. Como destaca Bock (1999, p. 146), “a função social da escola deve estar voltada à formação de sujeitos críticos, capazes de atuar sobre a realidade para transformá-la”. Isso implica repensar o papel da Psicologia na escola, e do profissional desta, como agente de transformação, e não apenas como técnico reproduzidor de normas e avaliações padronizadas.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B. A infância e a adolescência no Brasil: da menoridade à prioridade legal. In: BOCK, A. M. B. et al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 95-146

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A Psicologia na prevenção e enfrentamento à violência nas escolas**. Brasília: CFP, 2023.

DIAS, Ana Cristina Garcia; PATIAS, Naiana Dapieve; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 1, 2014.

FRANCISCHINI, Rosângela; VIANA, Meire Nunes. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Brasília: Conselho Federal de Psicologia. 2016.

GUZZO, R. S. L. ; MEZZALIRA, A. S. C. Ano da Educação para os Psicólogos: encaminhamentos e próximos passos. In: R. S. L. GUZZO; C. M. MARINHO-ARAUJO (Orgs.). **Psicologia Escolar** : identificando e superando barreiras. Campinas: Alínea, 2011. pp. 11-31.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Rafael Biachi; SAPATEIRO, Mariana Rodrigues; LEONARDI, Jacqueline Montilla. **Psicologia Social e Práticas não Opressivas**: reflexões a partir de Paulo Freire. *Contradição: revista interdisciplinar de Ciências Humanas e Sociais*, v.4, n.2, 2023.

YASBECK, M. C. L. Proteção social e cidadania: inclusões e exclusões no acesso aos direitos sociais. In: CARVALHO, M. C. B.; YASBECK, M. C. L. (Org.). **Assistência social e cidadania: entre o amparo e a proteção social**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 13-38.

RELATO DE EXPERIÊNCIA – MONITORIA EM “ÉTICA, MÍDIAS E ATUAÇÃO PSICOLÓGICA”

Natália Brischiliari*
Danielle Jardim Barreto**29

RESUMO

Este relato apresenta a experiência de monitoria acadêmica desenvolvida junto à disciplina “Extensão II – Ética, Mídias e Atuação Psicológica”, voltada para estudantes do 2º período do curso de Psicologia. A atuação teve como objetivo auxiliar no uso ético das mídias sociais, alinhado ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, promovendo a criação de conteúdos adequados para o perfil institucional no Instagram e apoiando projetos como podcasts e transmissões ao vivo (Lives). A análise fundamenta-se em referenciais teóricos que problematizam a produção de subjetividades e a produção de discursos, dialogando com Foucault (1987) sobre dispositivos disciplinares, com Patto (1990) acerca das dinâmicas de inclusão e exclusão na produção do conhecimento, e com Deleuze e Guattari (1995) sobre agenciamentos e linhas de fuga no campo da produção de conteúdos para mídias digitais. A experiência evidenciou avanços na compreensão prática dos limites éticos, desenvolvimento de narrativas e ampliação do senso crítico dos estudantes frente às práticas de divulgação científica.

Palavras-chave: Monitoria. Psicologia. Mídias Sociais. Ética Profissional.

INTRODUÇÃO

A disciplina “Extensão II – Ética, Mídias e Atuação Psicológica” integra o currículo do curso de Psicologia com o propósito de articular saberes acadêmicos à prática extensionista, tendo as redes sociais como campo de atuação e reflexão ética. A monitoria acadêmica, nesse contexto, assume papel estratégico de mediação entre docente e discentes, não apenas na transmissão de orientações técnicas, mas também na produção de sentidos e na manutenção de padrões éticos na produção de conteúdos em Psicologias para mídias sociais.

Do ponto de vista histórico e crítico, tal função se insere em um campo marcado por relações de poder e normatização discursiva. Como argumenta Foucault (1987), práticas institucionais como a docência e a supervisão operam enquanto dispositivos disciplinares, regulando modos de agir e falar. Patto (1990) acrescenta que a escola –

29 * Estudante de Psicologia, UniALFA, Umuarama/PR, nataliabrischiliari8916@gmail.com.

**Doutora em Psicologia e Sociedade. Professora do Curso de Psicologia, Faculdade ALFA Umuarama – UniALFA, Umuarama – PR. E-mail: danyposgeps@gmail.com.

e, por extensão, a universidade – também produz processos de exclusão e hierarquização de saberes, fenômeno que se atualiza nas interações mediadas por tecnologias.

A escolha por trabalhar a ética nas mídias sociais reflete ainda, segundo Deleuze e Guattari (1995), a possibilidade de criar agenciamentos coletivos que atravessam fluxos institucionais, gerando linhas de fuga e outros modos de expressão para a produção e disseminação de conhecimentos psicológicos.

DESENVOLVIMENTO

Contexto da experiência

A monitoria foi realizada de abril de 2024 a julho de 2025, com carga horária semanal de cinco horas, destinada ao acompanhamento de duas equipes de estudantes do 2º período, responsáveis pela produção de conteúdos para o Instagram institucional do curso, além do suporte a iniciativas como podcasts e transmissões ao vivo.

Procedimentos adotados

O trabalho envolveu atendimentos individuais e coletivos, presenciais e via aplicativos de mensagem, orientação para adequação de conteúdos ao Código de Ética do Psicólogo, revisão textual e de formato, e suporte técnico durante atividades de gravação e transmissão. Os temas abordados incluíram desde a divulgação científica até a comunicação institucional, sempre considerando os limites éticos e legais da prática profissional.

Análise crítica à luz da teoria

A atuação como monitora implicou operar em um campo de tensões entre controle e criação. Inspirando-se em Foucault (1987), pode-se compreender o papel da monitoria como parte de uma rede de vigilância e normatização discursiva, garantindo que as postagens não transgredirem normas éticas. Contudo, conforme Deleuze e Guattari (2000), essa função também abre espaço para processos criativos que rompem com padrões fixos, instaurando novas possibilidades de enunciação e

circulação do saber. Nesse sentido, a experiência evidenciou que o uso ético das mídias sociais na Psicologia não é apenas um exercício de obediência normativa, mas também uma oportunidade de produção crítica e inventiva de subjetividade, capaz de resistir a processos de exclusão, como apontados por Patto (1990) no campo educacional.

No entanto, estar nesse lugar não se deu sem conflitos. Precisei lidar com o fato de que assumir uma posição de autoridade sobre colegas nem sempre era tão bem recebido. Houve momentos em que, ao negar uma postagem ou solicitar mudanças, fui vista como “chata” ou “mandona”... tive que ler comentários que eu estava me sentindo superior a eles, quando, na realidade, estava apenas cumprindo a função que havia sido atribuída. Essa experiência evidenciou a complexidade de ocupar, ainda como estudante, o lugar de quem autoriza, orienta e avalia. Como lembra Foucault (1987, p. 164), “a vigilância é permanente nos seus efeitos, mesmo se é descontínua na sua ação”, e assim também acontecia na monitoria, mesmo quando não havia intervenção direta, a minha presença já produzia efeitos de controle, desconforto e julgamento mútuo.

Por outro lado, como apontam Deleuze e Guattari (1995, p. 13), “uma linha de fuga é algo que se inventa”, e a monitoria não se reduziu a função de vigilância, abriu espaços de criação, de deslocamento e de invenção no modo de partilhar saber. A experiência possibilitou compreender que o uso ético das mídias sociais na Psicologia não se reduz ao cumprimento de normas, mas se constitui também como produção crítica e criação de subjetividades, atravessada por disputas e resistências. Assim, a experiência deixou claro como o poder não é algo fixo, mas circula entre os sujeitos, criando tanto resistências quanto possibilidades de invenção. A monitoria pôde ser entendida, portanto, não apenas como exercício de fiscalização, mas como espaço atravessado de possibilidades, no qual o rigor necessário a função convivia com a abertura para a criação, a experimentação e o aprendizado proporcionado pelo confronto com diferentes percepções pelas partes.

CONCLUSÃO

A monitoria em “Ética, Mídias e Atuação Psicológica” demonstrou que a mediação entre ética profissional e prática de produção de conteúdos científicos, exige

tanto domínio técnico quanto sensibilidade para compreender o impacto social das produções midiáticas.

As diretrizes curriculares para a formação de Psicologia (RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023 Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia), prevê em seu artigo 8º, parágrafo 3º - Inciso I, que os alunos tenham desenvolvido competências previstas nas alíneas a seguir: “e) utilizar adequadamente instrumentos, tecnologias e fontes de informação científicas; f) empregar os conhecimentos científicos para predizer os efeitos das ações e avaliar sua validade científica; g) aplicar o conhecimento adquirido em novos contextos e situações, tendo em conta suas características e limites.” (BRASIL, 2023)

A experiência contribuiu para o fortalecimento das competências esperadas e específicas da formação, além do desenvolvimento do senso ético, estético e político da produção e disseminação do conhecimento, além de reforçar a importância do diálogo entre teoria e prática na formação em Psicologia.

Ao articular referências teóricas críticas, o relato aponta que o espaço da monitoria pode ser compreendido como um campo de forças, onde operam dispositivos disciplinares, mas também potências criativas capazes de produzir novos agenciamentos discursivos no âmbito acadêmico e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução nº. 1, de 11 de Outubro de 2023.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Psicologia. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** – Volume 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhe. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** 6. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

CINEMA COMO PONTE ENTRE ACADEMIA E COMUNIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICA EXTENSIONISTA

Francieli Pereira Monteiro*
Débora Pereira Lopes **
Erick De Souza Do Amaral***
Gabriel Galliciano De Lima****
Kaike Da Silva Castro*****
Raissa Kailane Dos Santos*****
Rodrigo De Oliveira Sandri*****
Eduardo Augusto Pavani*****³⁰

RESUMO

Este texto visa relatar a experiência de acadêmicos do curso de Psicologia de realização de uma prática de extensão da disciplina de Psicologia e Cinema I, desenvolvida com adolescentes do 7º e 8º ano do ensino fundamental de um Colégio Estadual do interior do Paraná. Argumenta-se que é possível utilizar a arte como instrumento de intervenção educativa e de conscientização sobre diversos temas no trabalho com indivíduos e comunidades. A atividade de extensão realizada consistiu em exibir a animação de longa-metragem *WALL-E* (STANTON, 2008), visando promover um debate reflexivo com os estudantes a respeito de temas abordados no filme, como o uso da tecnologia, a degradação do meio ambiente com consumo excessivo e as relações interpessoais. Os adolescentes demonstraram envolvimento durante a dinâmica e houve boa participação nas trocas e nas falas. A metodologia foi aplicada conforme o planejamento, apesar de limitações no tempo e no cronograma. Avalia-se que o objetivo da atividade foi alcançado; o uso de uma obra audiovisual se demonstrou eficaz como ferramenta na extensão, facilitando a conexão com os estudantes e suas realidades, demonstrando de forma lúdica a relevância dos temas trabalhados.

Palavras-chave: Arte. Cinema. Psicologia.

INTRODUÇÃO

Este resumo surgiu a partir de uma experiência prática de atividades de extensão na Disciplina Psicologia e cinema I, composta por um grupo de 8 acadêmicos de ambos os sexos, cursando o 3º período no curso de Psicologia. A prática foi desenvolvida e realizada com adolescentes de 7º e 8º anos de um Colégio Estadual de

³⁰ *Estudante de Psicologia, UniALFA, franzinha9876@gmail.com.

** Estudante de Psicologia, UniALFA, Membro do NUDIMD, deborapereiralopes2511@gmail.com.

*** Estudante de Psicologia, UniALFA, ericksousa626@gmail.com.

**** Estudante de Psicologia, UniALFA, ggalliciano@gmail.com.

***** Estudante de Psicologia, UniALFA, kaikecastro21@gmail.com.

***** Estudante de Psicologia, UniALFA, Membro do NUDIMD, kailaneraissa54@gmail.com.

***** Estudante de Psicologia, UniALFA, rodrigoliveira.sandri@gmail.com.

***** Docente do Curso de Psicologia/ UniALFA: eduardo.o.pavani@gmail.com.

um município no Noroeste do Paraná. Segundo o Ministério da Saúde (2025), a adolescência é uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento social, emocional, físico e cognitivo, no qual cada indivíduo vivencia a busca por identidade, autonomia e integração social.

Segundo Vygotsky (2021), a interação social e cultural do indivíduo é essencial para seu desenvolvimento, intervindo socialmente por meio do uso de instrumentos simbólicos e materiais historicamente consolidados, o sujeito transforma a si próprio e o meio em que vive.

À luz dessa perspectiva, a atividade promoveu a exibição do filme *WALL-E* (Stanton, 2008), com o objetivo de aprofundar a reflexão sobre temas como o uso excessivo da tecnologia, a degradação ambiental e as relações interpessoais, utilizando a arte como instrumento de reconhecimento, reflexão e criação em termos da subjetividade, que se faz em cada indivíduo através da cultura.

DESENVOLVIMENTO

A Disciplina *Psicologia e Cinema I* oferece formas de se analisar e refletir a respeito dos aspectos subjetivos e sociais atrelados à produção e à fruição artística a partir do estudo sobre o cinema como arte, linguagem e mercadoria, sendo, por isso, valiosa na formação de futuros psicólogos em face das questões contemporâneas.

Por ser uma disciplina de extensão, cada grupo de graduandos teve de realizar um conjunto de atividades voltadas para a comunidade extra-acadêmica. Em conformidade com essa proposta, planejou-se e executou-se uma atividade a partir da exibição de um filme que estabelecesse conexão com os fundamentos teóricos estudados até então na graduação de Psicologia, além de dialogar com a realidade dos adolescentes no contexto atual.

Na etapa de planejamento da atividade extensionista, o grupo ponderou sobre o fato de que os jovens brasileiros vivem diferentes realidades sociais e um processo contínuo de formação, no qual vários elementos influenciam diretamente na sua identidade, na sua autoimagem e na forma como percebem o mundo. Atualmente, a maioria dos adolescentes está conectada à internet. Segundo a Agência Brasil (2024), 93% das crianças e adolescentes brasileiros, entre 9 e 17 anos, utilizam a rede, dado

que desperta preocupação com o estado psicológico desse grande número de adolescentes conectados, atravessados por toda a influência que a internet exerce sobre a sociedade. Outro tema apresentado no filme é a degradação ambiental, uma questão pertinente ao mundo contemporâneo.

Santos (2013) argumenta que, embora o Estado tenha a responsabilidade de proteger o meio ambiente, há uma tendência em priorizar a reparação de danos em vez de prevenir que ele ocorra, negligenciando-se princípios ambientais de prevenção e precaução. Entende-se que a conscientização quanto ao cuidado com o meio ambiente é um dever coletivo, contínuo e mais eficiente do que reparar danos, sendo o debate sobre esse tema, portanto, essencial na adolescência, pois eles são o futuro da sociedade e terão de lidar com as questões ambientais que se tornam latentes em escala planetária. .

A escolha de *WALL-E* (Stanton, 2008) consolidou-se por dialogar com as vivências dos adolescentes e abordar temas pertinentes. O começo do filme narra o resultado da produção, do consumo e do descarte desenfreados de produtos. Esse consumismo e o descuido ambiental imprimidos nos primeiros minutos do filme, possibilitou-nos chamar atenção para este ponto: qual o resultado do descompromisso com o meio ambiente e consumo em excesso? Bauman (2008) afirma que:

A instabilidade dos desejos e a insaciabilidade das necessidades, assim como a resultante tendência ao consumo instantâneo e à remoção, também instantânea, de seus objetos, harmonizam-se bem com a nova liquidez do ambiente em que as atividades existenciais foram inscritas e tendem a ser conduzidas no futuro previsível. (Bauman, 2008, p. 45)

Essa lógica impacta diretamente o meio ambiente e as formas de vida, e dentre elas, o próprio humano.

Wall-e, o robô “catador de lixo”, continua seu trabalho mesmo que pareça impossível dar conta de todo acúmulo deixado pelos humanos. Na sua trajetória encontra a robô Eve, que desperta seu interesse. Ele a segue até chegar a nave onde Eve mora com o que sobrou dos humanos, que tem à disposição robôs até mesmo para as tarefas mais simples, o que viabiliza o debate sobre dependência tecnológica, uso em excesso, perda da subjetivação, automatização de atividades básicas como se alimentar.

A desconexão entre os personagens humanos pode representar as dificuldades nos vínculos interpessoais, comuns entre muitos jovens, enquanto a jornada do protagonista expressa o desejo de pertencimento e transformação. De acordo com Vygotsky (1999), a arte possui um papel social essencial, pois é capaz de mobilizar emoções e provocar reflexões que ultrapassam a experiência individual, criando um espaço de encontro entre sujeitos e realidades distintas.

Participaram da atividade 52 alunos, entre os sexos masculinos e femininos, acompanhados de duas professoras. A ação foi desenvolvida no auditório da instituição acadêmica e dividida em dois momentos. O primeiro consistiu na exibição do filme precedida de uma breve apresentação do grupo de acadêmicos e contextualização dos objetivos da atividade. Devido ao tempo reduzido, não foi possível exibir o filme na íntegra; optou-se por apresentar as principais cenas que contemplassem os elementos mais relevantes para a discussão. No segundo momento, os participantes foram divididos em pequenos grupos para uma dinâmica interativa com balões, nos quais escreveram palavras de reflexão sobre a discussão proposta. Os balões foram trocados posteriormente entre os grupos, estimulando o diálogo, o compartilhamento de ideias, o estabelecimento de vínculos e o respeito à singularidade de cada participante, valorizando diferentes pensamentos, expressões e afetos causados pela obra de arte.

Ao final, como ato simbólico de compromisso com a preservação ambiental, o grupo de acadêmicos entregou mudas de árvores frutíferas aos participantes. Na busca de associar a reflexão promovida pela atividade a um gesto concreto de promoção da sustentabilidade, reforçando a articulação entre práticas educativas e responsabilidade socioambiental.

CONCLUSÃO

O grupo de acadêmicos reconhece que essa interação social dos acadêmicos com a comunidade fora do ambiente habitual de estudo, no contexto da prática extensionista, constitui uma oportunidade valiosa para a aquisição de conhecimento. Além disso, promove uma integração efetiva entre o meio acadêmico e a comunidade, ampliando horizontes do vínculo entre academia e comunidade e viabilizando, assim, formas de ação social e exercício de cidadania.

Santos Júnior (2013) defende que o saber não se limita à posse de informações, mas envolve a criação de oportunidades para aplicar os conhecimentos adquiridos, de modo que estes se transformem em experiência. Nesse sentido, o grupo de estudantes de Psicologia, ao participar dessa atividade de extensão, atuou simultaneamente como agente de transformação social e como sujeito em processo de transformação. Essa vivência evidencia a natureza dialética e recíproca da interação entre teoria, prática e formação, dos acadêmicos com a comunidade transmite e, ao mesmo tempo, absorve conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Três em cada dez crianças e adolescentes foram ofendidos na internet.** Agência Brasil, 22 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-10/tres-em-cada-dez-criancas-e-adolescentes-foram-ofendidos-na-internet>. Acesso em: 10 ago. 2025

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/bauman_z_vida_para_consumo.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Saúde do adolescente.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-adolescente>. Acesso em: 10 ago, 2025.

SANTOS, Isabelle Dias Carneiro. A avaliação de impacto ambiental e a responsabilidade do Brasil diante da degradação ao meio ambiente. **Interfaces Científicas - Direito**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 67–74, 2013. DOI: 10.17564/2316-381X.2013v1n2p67-74. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/446>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. A extensão universitária e os entre-laios dos saberes. 2013. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17554/1/A%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20E%20OS%20ENTRE-LA%20S%20DOS%20SABERES.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente.** 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2021

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Psicologia da arte.** Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WALL-E. Direção: Andrew Stanton. Produção: Pixar Animation Studios. Burbank: Walt Disney Pictures, 2008. 1 longa-metragem (98 min), son., color.

A INVISIBILIDADE DOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS NO CONTEXTO FAMILIAR

Raíssa Kailane dos Santos*

Debora Pereira Lopes**

Karina Soares Ambrozio***³¹

RESUMO

Os abusos que ocorrem no ambiente familiar muitas vezes passam despercebidos ou são ignorados, tornando-se parte de uma cultura de silêncio e aceitação. Essa naturalização perpetua ciclos de violência que podem atravessar gerações, comprometendo o desenvolvimento emocional, a socialização e o bem-estar dos indivíduos. Diante disso, é essencial aprofundar o estudo desse problema, promovendo a conscientização e a prevenção, para romper esses padrões nocivos, favorecendo a construção de relações familiares mais saudáveis e equilibradas. O objetivo deste estudo é analisar as implicações da invisibilidade dos relacionamentos abusivos no ambiente familiar. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica com base na análise de artigos e obras referentes ao tema, focando em pesquisas que abordam os relacionamentos abusivos no contexto familiar. Os resultados mostram que a naturalização da autoridade parental contribui para a invisibilidade dos abusos, dificultando sua identificação e enfrentamento. As consequências emocionais são profundas e duradouras, exigindo maior conscientização.

Palavras-chave: Relações Familiares. Violência intrafamiliar. Invisibilidade.

INTRODUÇÃO

Desde o desenvolvimento da sociedade, a família tem se apresentado como a primeira instituição de socialização, o primeiro contato do indivíduo com a sociedade. É por meio dela que o sujeito começa a absorver o conhecimento social que permeia seu ambiente e contexto. Nesse espaço, o indivíduo se desenvolve e reconhece como ser social, suas primeiras interações acontecem e onde sua subjetividade é formada, aprendendo valores, regras, modos, como se relacionar, comunicar e atuar em sociedade. Assim, através da família, é possível o desenvolvimento saudável desse sujeito, mas também a presença de violências de diversas ordens.

Muitas vezes, os abusos e violências que ocorrem no ambiente doméstico podem ser negligenciados e naturalizados pela sociedade, o que pode contribuir para a perpetuação de ciclos que afetam o desenvolvimento e o bem-estar do indivíduo, e seu

³¹ *Estudante de Psicologia, UniALFA, Umuarama/PR.

**Estudante de Psicologia, UniALFA, Umuarama/PR.

***Docente do curso de Psicologia, UniALFA, Umuarama/PR.

convívio em sociedade. A ausência de discussões sobre o tema pode dificultar ainda mais o reconhecimento das ações abusivas, tornando essencial a realização de estudos que promovam conscientização e prevenção, para romper padrões prejudiciais e contribuir para a construção de relações familiares mais saudáveis e equilibradas.

Nesta perspectiva, esse estudo tem como objetivo analisar as implicações da falta de visibilidade dos relacionamentos abusivos no contexto familiar, buscando compreender e enfrentar melhor esse problema, por meio de pesquisa bibliográfica, com base em artigos acadêmicos, obras especializadas e materiais institucionais que abordam o abuso no âmbito familiar.

DESENVOLVIMENTO

Durkheim (1999) destaca que a família é fundamental para a formação do sujeito, influenciando a socialização e a manutenção da ordem social por meio da solidariedade, divisão de funções e transmissão de valores. Contudo, apesar de ser vista como um espaço protetor, muitas vezes a família não favorece o desenvolvimento saudável, revelando negligência dos pais e da sociedade.

Segundo o Governo do Estado do Paraná (2023), embora a violência física contra crianças e adolescentes seja mais facilmente identificada por deixar marcas visíveis, a violência psicológica, que afeta profundamente o desenvolvimento emocional, permanece frequentemente invisível e naturalizada por sua difícil detecção.

Para Vieira *et al.* (2019) a violência no contexto familiar está intimamente ligada à ideia de posse e autoridade dos pais ou responsáveis, ao estabelecerem uma relação de propriedade ou de dependência sobre outro indivíduo, deixando a criança/adolescente em uma posição de vulnerabilidade dentro do relacionamento familiar. Diante do exposto, considera-se necessário debater a invisibilidade do abuso familiar e suas consequências.

Diante deste cenário, considera-se necessário debater a invisibilidade do abuso familiar e suas consequências, compreendendo que falar sobre abuso familiar é, também, refletir sobre como a sociedade enxerga as relações de poder dentro do ambiente familiar.

Ainda hoje, persiste no imaginário coletivo a noção de que os pais detêm uma autoridade absoluta, muitas vezes confundida com o direito de impor obediência por

meio da força. Esse entendimento, profundamente enraizado em tradições culturais e padrões históricos, contribui para a legitimação de práticas violentas no ambiente familiar.

Quando se fala em violência doméstica, necessariamente remete-se à maneira como a sociedade compreende a questão do poder no ambiente familiar. O uso da autoridade dos pais, como poder de força, está engendrado no imaginário social. Por isso, a violência doméstica contra crianças e adolescentes acaba sendo naturalizada, tomada como prática absolutamente normal (Gregório, 2005).

Nesse sentido, percebe-se que a violência contra crianças e adolescentes frequentemente é minimizada ou justificada como disciplina. Essa banalização dificulta o reconhecimento do sofrimento infantil e perpetua o ciclo de violência entre gerações. Contudo, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), prevenir essas violações é dever coletivo, sendo uma responsabilidade compartilhada pela família, a sociedade e o poder público.

No entanto, muitos adultos não reconhecem que praticam violência, pois reproduzem comportamentos aprendidos em seu próprio desenvolvimento, enquanto a sociedade tende a aceitar a autoridade parental sem questionar seus limites, ignorando os impactos profundos dos maus-tratos emocionais e psicológicos. Miller (2005) ressalta que os abusos psíquicos, neste contexto, são frequentemente invisíveis, com sequelas que só se manifestam anos depois e raramente são associadas à infância, sendo negligenciados por profissionais e pela sociedade. Desta forma, o relacionamento abusivo familiar é muitas vezes entendido como uma forma legítima de educação e autoridade, o que naturaliza a violência, dificulta seu reconhecimento e impede a denúncia, prevenção e o enfrentamento eficaz.

As consequências do abuso familiar, especialmente quando direcionado a crianças e adolescentes, são profundas e duradouras. Tais abusos comprometem a formação da autoestima, a construção da identidade, a capacidade de estabelecer vínculos saudáveis e o desempenho social, escolar e emocional da vítima. Sob esta perspectiva, Sani (2006) afirma que:

As crianças expostas à violência parental têm mais problemas comportamentais, exibem afecto significativamente mais negativo, respondem menos apropriadamente às situações, mostram-se mais agressivas com os pares e têm relacionamentos mais

ambivalentes com as pessoas que delas cuidam do que as crianças de famílias não violentas (Sani, 2006, p. 850)

Segundo Miller (2005), as experiências de abuso na infância, especialmente quando vivenciadas de forma silenciosa e crônica, podem resultar em traumas complexos que perduram por toda a vida. Para a autora, crianças e adolescentes submetidos a humilhações constantes, negligência afetiva, desvalorização e intimidação sistemática tendem a desenvolver sentimentos de inferioridade, medo e culpa. Muitas vezes, internalizam a ideia de que são os responsáveis pelo comportamento abusivo dos pais ou responsáveis, o que agrava ainda mais o sofrimento emocional.

A exposição contínua à violência provoca um estado constante de estresse e baixa autoestima e, conforme aponta Cruz *et al.* (2024), filhos de pais abusivos podem tanto perpetuar os ciclos de violência quanto desenvolver bloqueios emocionais e percepções distorcidas sobre relacionamentos saudáveis, comprometendo suas futuras interações. Dessa forma, a identificação e o enfrentamento precoce dessas situações são fundamentais para interromper esse ciclo e garantir um desenvolvimento emocional saudável e digno.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, foi possível compreender que a família, apesar de ser tradicionalmente reconhecida como um espaço de proteção e afeto, pode também ser o ambiente no qual se perpetuam práticas abusivas, especialmente as violências psicológicas. E a ausência de visibilidade sobre este tema não apenas dificulta o reconhecimento da violência como também impede a criação de estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

A naturalização das práticas abusivas, aliada à falta de informação e ao medo de denunciar, mantém as vítimas em situação de risco. Romper com esse ciclo exige não apenas o reconhecimento da violência, mas também mudanças estruturais na forma como a sociedade enxerga as relações de poder no ambiente familiar. Assim, conclui-se que dar visibilidade ao abuso familiar é um passo essencial para romper com a cultura da negligência e construir relações familiares mais saudáveis, respeitadas e protetivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 70. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90#art-70>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CRUZ, Fernanda Valente da; MENDES, Maria Gabriele da Silva; MENEZES, Patrícia Gonçalves; QUEIROZ, Raquel Pereira; OLIVEIRA, Adriano dos Santos; SILVA, Jorge Luís Santos. Violência psicológica na relação entre pais e filhos menores de idade no ambiente familiar. **Ciências da Saúde**, v. 29, nov. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/violencia-psicologica-na-relacao-entre-pais-e-filhos-menores-de-idade-no-ambiente-familiar/>. Acesso em: 13 maio 2025

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** Tradução de Lourenço Filho. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1999.

GREGORIO, Francieli Jaqueline. Poder e abuso de autoridade: aspectos constitutivos da violência contra crianças e adolescentes. **Revista Serviço Social**, v. 10, n. 2, 2008. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n2_francieli.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

MILLER, Alice. **Por seu próprio bem:** raízes da violência na educação da criança. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. São Paulo: Ágora, 2005.

PARANÁ (Estado). **Tipos de violência contra crianças e adolescentes.** Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.infanciasegura.pr.gov.br/Pagina/Tipos-de-Violencia-Contra-Crianças-e-Adolescentes>. Acesso em: 28 maio 2025.

SANI, Ana Isabel. Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. **Análise Social, Lisboa**, v. 41, n. 180, p. 849–864, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262589615_Vitimacao_indirecta_de_crianças_em_contexto_familiar. Acesso em: 2 jun. 2025.

VIEIRA, Kaliane Gilioli; SCHLÖSSER, Adriano; DEMARCO, Taisa Trombetta; D'AGOSTINI, Fabiana Piccoli. Relações abusivas no contexto familiar. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, v. 4, e20651, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeuv/article/view/20651>. Acesso em: 13 maio 2025.

O SETTING NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA ONLINE: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES DA EXPERIÊNCIA DIGITAL EM CONTEXTOS REMOTOS

Estela Marins Bittencourt*
Larissa Dias Felix**
Juliana Marque Meirinho***³²

RESUMO

Este artigo de revisão bibliográfica tem como objetivo refletir sobre os desafios e as implicações do *setting* na avaliação psicológica em contextos remotos. Com base nas resoluções do Conselho Federal de Psicologia e de literatura científica recentes, discute-se como o *setting* visto enquanto estrutura da prática psicológica, foi redefinido diante das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Os resultados apontam que é necessário uma atuação ética, que garanta questões como privacidade e sigilo de modo a compor um *setting* considerado adequado, além de uma constante atualização perante os avanços digitais para a efetividade da avaliação psicológica *online*.

Palavras-chave: Avaliação psicológica. Setting. Contextos remotos.

INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica é um processo tradicionalmente concebido em contextos presenciais, nos quais o *setting* configura-se como um dos elementos essenciais para a estruturação da relação entre o profissional psicólogo e o sujeito avaliado. Segundo Zimmerman (1999), o *setting* refere-se “a soma de todos os procedimentos que possibilitam o processo”, abrangendo não somente o ambiente físico, mas também os acordos e normas que se estabelecem gradativamente no vínculo profissional (p.301). Considerando a relevância do *setting*, torna-se indispensável compreender o conceito de avaliação psicológica. Conforme o Conselho Federal de Psicologia (2022), a avaliação psicológica é um processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos, o qual, de acordo com cada área de atuação e com as demandas exigidas, requer metodologias específicas.

³² *Estudante de Psicologia, UniALFA, estelamb.ipi@gmail.com.

**Estudante de Psicologia, UniALFA, larissa.felix@edu.umuarama.pr.gov.br

***Graduada em Psicologia pela Unipar; Mestra em Prevenção e Tratamento de Usuários de Álcool e Outras Drogas pelo HCPA/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Especialista em Saúde Mental pela Univale. julianameirinhopsi@gmail.com.

Com a pandemia da Covid 19, em 2020, foi necessário transpor o *setting* físico para o ambiente online. Essa transição impôs desafios significativos às práticas avaliativas e provocou importantes questionamentos sobre a validade, a fidedignidade e a ética das investigações e intervenções psicológicas realizadas remotamente.

Nesse novo cenário mundial, o *setting* passou a ser construído entre psicólogo e avaliado no espaço *online*, exigindo reconfigurações nas práticas clínicas e avaliativas. Assim, repensar o *setting* contribui para o fortalecimento de uma prática psicológica comprometida com a escuta qualificada, a singularidade do sujeito e a complexidade das relações humanas, mesmo em eras digitais.

DESENVOLVIMENTO

Conforme o Conselho Federal de Psicologia (CFP), até o ano de 2000, o atendimento psicoterapêutico era predominantemente presencial. Em 2005, ocorreu a primeira regulamentação que permitiu o uso da internet para fins de orientação psicológica. Contudo, os avanços mais expressivos ocorreram somente em 2012, com a Resolução CFP n.º 011/2012, que introduziu maior flexibilidade e inovações nos atendimentos mediados por tecnologia. A ampliação mais significativa, entretanto, deu-se com a Resolução n.º 011/2018, a qual formalizou a atuação psicológica *online* de maneira abrangente.

Diante dos avanços das normativas, é fundamental compreender os objetivos e a finalidade que norteiam a avaliação psicológica. Segundo o CFP (2020), a avaliação psicológica trata-se de um processo técnico científico, tem como finalidade contribuir para a atuação do psicólogo em diferentes contextos, como clínica, saúde, educação, organizações, avaliações compulsórias. Exige planejamento prévio e criterioso, seleção de procedimentos adequados e alinhamento com os objetivos e as demandas específicas do processo de avaliação.

Desde a Resolução n.º 11/2018, até os ajustes emergenciais ocasionados pela pandemia do COVID 19, a avaliação psicológica tem ganhado espaço significativo em contextos remotos. Com a expansão das práticas *online*, surgiram diferentes modalidades remotas de aplicação, impulsionando o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Em todas essas modalidades, deve-se observar

rigorosamente os princípios éticos, de justiça e direitos humanos, estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP).

O conceito de *setting* ocupa lugar central nas práticas clínicas e avaliativas em psicologia. Segundo Trabucco (2021), o *setting* constitui “um instrumento sistematizado que, nascido como, um 'dispositivo externo' para proporcionar um contexto estável que diminui a interferência sensorial, tem sido gradualmente enriquecido em significados (...)” (p. 117), fundamental para a construção do vínculo entre o profissional psicólogo e o sujeito. Para o autor, o *setting* corresponde a uma estrutura que transcende sua função prática ou organizacional, com um papel paradoxal: ao mesmo tempo, material e simbólico, concreto e psíquico.

Na contemporaneidade, especialmente nos contextos dos atendimentos psicológicos *online*, o *setting* passou por ressignificações. De acordo com Rocha e Farinha (2024), o *setting* também se refere ao ambiente, às condições em que ocorre este atendimento mediado por tecnologia, contrato e clareza das regras do encontro. As autoras compreendem o *setting*, como uma construção compartilhada, que exige constante negociação e adaptação, especialmente nas plataformas digitais, onde o controle do ambiente nem sempre está sob o controle do psicólogo. Outro ponto destacado como desafio da modalidade virtual é a preservação da privacidade, as interferências do ambiente doméstico e o sigilo.

Nesse sentido, Calato et al. (2021) ressalta que o psicólogo precisa “saber se posicionar em cena, operar as máquinas e recriar o *setting* (horário, sigilo, frequência, contrato, etc.), adaptando as técnicas da abordagem de atendimento” (p. 95). Para os autores, depois de 2020, o *setting* passou a caber nas “palmas das mãos”, fazendo uma referência à portabilidade e acessibilidade proporcionada pelos dispositivos móveis (p.101).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio da revisão bibliográfica. Foram selecionadas publicações entre 2015 e 2024, incluindo artigos científicos, livros e documentos normativos emitidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que abordassem a avaliação psicológica e as práticas mediadas por tecnologias digitais.

O cenário imposto pela pandemia da Covid 19 exigiu uma revisão urgente das resoluções e normativas aplicáveis à psicologia, especialmente à avaliação psicológica. Essa adaptação demandou dos profissionais psicólogos não somente o conhecimento

e domínio técnico dos instrumentos psicológicos, mas também a competência no uso das plataformas digitais, além de sensibilidade clínica e adaptação a um novo *setting*.

O que inicialmente surgiu como uma medida emergencial passou a configurar-se como uma prática sustentada na autonomia ética do psicólogo e no reconhecimento do ambiente digital como um *setting* de cuidado, vínculo e produção de subjetividade.

De acordo com Marasca et al.(2020), a avaliação psicológica, em *setting* presencial, tende a ter maior controle das variáveis envolvidas, sendo fundamental que o avaliado, durante o processo, esteja em um ambiente confortável, privado, sem distrações e interrupções.

No entanto, no *setting* remoto, esses elementos tornam-se mais vulneráveis. Os autores enfatizam que: “antes de iniciar a avaliação online, é fundamental conhecer a demanda e a pertinência para um processo em modalidade remota” (2020, p.4).

Isso implica considerar variáveis como idade, condições físicas e cognitivas, fatores culturais, familiaridade com o uso de tecnologia, disponibilidade, bem como o acesso a dispositivos e a qualidade da conexão. Tais fatores são determinantes para a garantia do sigilo, da validade dos procedimentos técnicos e da fidelidade das informações obtidas por meio da avaliação psicológica.

Santos et al. (2021) observam um crescimento nas práticas psicológicas mediadas por tecnologias digitais, impulsionada pelo interesse dos profissionais pela “possibilidade do fazer psicológico” em novos contextos. Os autores concluem que, “as práticas online são éticas e tecnicamente possíveis”, uma vez que o vínculo e o *setting* não estão atrelados ao “corpo a corpo”, mas sim na construção de “um espaço comum”, onde o avaliado “se sente realmente acompanhado, independente de ser concreto ou online” (p.17).

Nesse contexto, torna-se imprescindível também refletir sobre a inclusão digital, visto que uma parcela significativa da população brasileira se encontra em situação de exclusão digital. Segundo Muniz (2021), é urgente a atualização do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) para incorporar as práticas psicológicas mediadas com Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Cunha, Januário e Botelho (2021) listam diversos desafios a serem enfrentados durante o processo de avaliação psicológica *online*. Diante desse cenário reafirma-se a necessidade e a importância de uma atuação psicológica ética, crítica e tecnicamente fundamentada na condução da avaliação psicológica em ambientes digitais, bem como o compromisso

da atualização contínua e os aprimoramentos dos instrumentos utilizados nesse contexto remoto.

CONCLUSÃO

As pesquisas bibliográficas sobre a avaliação psicológica mediada pelas tecnologias digitais em contextos remotos destacam a necessidade de refletir sobre os efeitos dessa mediação no *setting*. A inserção das TDICs tem provocado reconfigurações estruturais, simbólicas e relacionais do *setting*, desafiando parâmetros tradicionais que sustentavam a sua prática como privacidade, confidencialidade, tempo, presença e vínculo, demandando ao profissional psicólogo a adaptação da prática. Embora o atendimento *online* tenha se mostrado uma alternativa viável, sua consolidação como modalidade de intervenção requer uma formação, crítica e ética. A ausência do preparo técnico adequado, somada à desigualdade de acesso aos recursos digitais, pode comprometer a eficácia das intervenções. Por fim, cabe à psicologia e ao profissional psicólogo avaliar criteriosamente a formação do *setting* digital, com responsabilidade e ética para que o serviço psicológico seja viável, considerando sua capacidade, os recursos disponíveis, as normativas e diretrizes vigentes, e sobretudo, o compromisso com o cuidado integral da pessoa atendida.

REFERÊNCIAS

CALADO, Suelem Aparecida; CIOSAKI, Lincoln Morikoshi; SILVÉRIO JÚNIOR, Renato Cezar. A psicoterapia online no Brasil: dimensões e reflexões acerca de novas interações em psicologia. **Eixo – Revista de Ciências Humanas, Sociais, Exatas e da Terra do IFB**, Brasília-DF, v. 10, n. 2, p. 94-105, maio-ago. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha: avaliação psicológica**. 3. ed. Brasília, ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: Autor, 2005. Disponível em:
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica nº 07/2019**. Orienta psicólogas(os) sobre a utilização de testes psicológicos em serviços realizados por meio de tecnologias de informação e da comunicação. Brasília: Autor, 2019a. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/10/nota-técnica-cfp-07.2019.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ofício-Circular nº 63/2020/GTec/CG-CFP**. Recomendações do CFP sobre a elaboração de documentos psicológicos para o Poder Judiciário no contexto da pandemia do novo coronavírus. Brasília: Autor, 2020b.

Disponível em:

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/05/sei_cfp-0221879-of%C3%ADcio-circular.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 004/2020**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>. Acesso em: 30 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 011/2012**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>. Acesso em: 30 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 011/2018**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>. Acesso em: 30 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 010/2005**, de 22 de fevereiro de 2005. Regulamenta a atuação do psicólogo no âmbito da saúde pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 fev. 2005. Seção 1, p. 10.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 04**, de 26 de março de 2020. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19.

Brasília: Autor, 2020a. Disponível em:

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-26-de-marco-de-2020-250189333>. Acesso em: 30 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 06**, de 29 de março de 2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional [...]. Brasília: Autor, 2019b. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/kujrw0tzc2mb/content/id/69440957/do1-2019-04-01-resolucao-n-6-de-29-de-marco-de-2019-69440920. Acesso em: 30 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 09**, de 25 de abril de 2018. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo [...]. Brasília: Autor, 2018b. Disponível em: <http://satepsi.cfp.org.br/docs/resolu%C3%A7%C3%A3o-cfp-n%C2%BA-09-2018-com-a-nexo.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 11**, de 11 de maio de 2018. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação [...]. Brasília: Autor, 2018a. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/resolu%C3%87%C3%83on%C2%BA-11-de-11-de-maio-de-2018.pdf>. Acesso em: 30 maio 2025.

CUNHA, Mariane Silva; JANUÁRIO, Yasmim Rayane; BOTELHO, Elizabeth Hertel Lenhardt. Desafios da avaliação psicológica de modo remoto/online. **Revista Científica de Psicologia – UNIVAG**, Várzea Grande, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-de-boas-praticas-para-avaliacao-psicologica-e-m-contextos-de-pandemia>. Acesso em: 30 maio 2025.

CÓSER, Samanta Soares do Santos; MIGUEL, Fabiano Koich. Avaliação psicológica e o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação: possibilidades a partir das regulamentações do Conselho Federal de Psicologia. In: SILVA, Rafael Bianchi; SEI, Máira Bonafé (orgs.). **Psicologia e contemporaneidade**: pesquisas, experiências e reflexões. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2022. p. 10-25.

MARASCA, A. R.; YATES, D. B.; SCHNEIDER, A. M. A.; FEIJÓ; BANDEIRA, D. R. Avaliação psicológica online: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto a distância. **Estudos de Psicologia**, v. 37, 2020.

MUNIZ, M. et al. Desafios da avaliação psicológica para a prática diante da atuação profissional mediada pela tecnologia de informação. *Psico-USF, Bragança Paulista*, n. esp., p. 9–19, 2021.

ROCHA, Sabrina Andrade; FARINHA, Marciana Gonçalves. Psicoterapia on-line: ampliações e limitações do setting terapêutico. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Dourados, v. 11, n. 27, p. 367–382, set./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.48074/aceno.v11i27.16835>. Acesso em: 30 maio 2025.

SANTOS, Emmanuel Itallo da Silva; ASFURA, Lorena Vila Nova; LUCENA, Luciana Maria Trindade; CUNHA, João Vitor Cabral da. Entre interdições e possibilidades: uma revisão bibliográfica das práticas online em psicologia nos últimos 21 anos no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, e454101422266, 2021.

TRABUCCO, Luca. Um pensamento em torno do setting. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 115–132, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2021000200009. Acesso em: 30 maio 2025.

ZIMMERMAN, David E. **Fundamentos Psicanalíticos** – uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO E SEUS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS

Maria Eloisa Benevides da Silva*
Thiago Silva Prado**³³

RESUMO

O trabalho análogo à escravidão permanece como um problema grave no Brasil. Muitos indivíduos são aliciados por falsas promessas e acabam submetidos a condições degradantes, jornadas exaustivas e dívidas abusivas. Além dos danos físicos, as vítimas sofrem intensos impactos psicológicos, como depressão, ansiedade e outros transtornos ligados ao trauma. A falta de oportunidades e de superação das condições a que são submetidos, faz com que muitos retornem a situações semelhantes após o resgate. Com isso, o enfrentamento desse crime exige mais do que ações de fiscalização e resgate das vítimas, é fundamental investir em políticas públicas abrangentes, que incluam apoio psicológico, qualificação profissional e proteção social.

Palavras-chave: Trabalho. Escravidão. Dignidade Humana.

INTRODUÇÃO

A escravidão, longe de ser um fenômeno restrito ao passado, persiste no Brasil adaptando-se às dinâmicas atuais. Apesar de ser criminalizada no país, sob a ilusão moderna torna-se ainda mais complexa: envolve uma teia de coerção econômica, isolamento social e violência psicológica que aprisiona indivíduos em ciclos de vulnerabilidade e distintas faces de injustiça social.

Casos recentes de fiscalização revelam a dimensão do problema, sendo que os indivíduos resgatados das condições análogas à escravidão são frequentemente condicionados a situações que ferem os direitos humanos e a dignidade subjetiva dos trabalhadores, como, por exemplo, ao serem alocados em alojamentos insalubres, jornadas abusivas, ausência de pagamento adequado e mecanismos de endividamento que os mantêm presos aos seus empregadores. Ademais, além desse sofrimento físico, a exploração gera danos psicológicos profundos, sendo que essas

³³ *Especialista em Gestão Contábil e Financeira, Centro Universitário Cidade Verde (UniCV), Umuarama/PR. Atua na empresa e/code digital - mariaeloisabenevides@gmail.com

**Doutor em Educação, Universidade Estadual de Maringá (UEM). Umuarama/PR, Atua na Faculdade UniALFA - prof.thiagoprado@gmail.com

consequências dificultam a reintegração social e profissional das vítimas, favorecendo a reincidência na exploração.

Metodologicamente, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, com base em legislações, dados oficiais, relatórios de organizações nacionais e internacionais, bem como artigos acadêmicos que abordam o trabalho análogo à escravidão e suas consequências psicossociais. A partir dessa revisão, buscou-se compreender as dimensões ocultas do trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo, com foco nos seus impactos psicológicos e na urgência de políticas públicas que ultrapassem apenas o resgate.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com o artigo n.º 149 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848), considera-se trabalho análogo à escravidão a submissão de qualquer indivíduo no âmbito laboral a trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes ou redução de sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (Brasil, 1940). Santos (2023) introduz a ideia de que esses elementos podem variar de acordo com o contexto, mas, de maneira geral, incluem a coerção e o controle, restrição de liberdade, exploração econômica, falta de consentimento e isolamento social.

O trabalho análogo à escravidão ou trabalho escravo contemporâneo, ocorre com maior frequência em regiões rurais do Brasil, onde os aliciadores de trabalho escravo, conhecidos como “gatos”, aproveitam da vulnerabilidade de trabalhadores com falsas promessas de boas condições de emprego e renda (Feitosa; Mariano, 2023). Ao seduzir os indivíduos, oferecem adiantamentos e uma promessa de transporte gratuito até o local de trabalho, que não existem na prática. Acrescido a isso, são notificados de que suas despesas foram anotadas em um caderno de dívidas a serem pagas por meio de desconto no salário e que os custos dos instrumentos de trabalho, roupas, alojamento improvisado e a escassa alimentação, (tudo superfaturado), também serão adicionados a dívida (Sakamoto, 2006).

Após serem enganados e contraírem dívidas impossíveis de serem quitadas, são submetidos a condições precárias de saúde, alimentação, higiene, moradia e segurança. Isolados de suas famílias e da sociedade, tornam-se ainda mais

vulneráveis, o que dificulta a possibilidade do rompimento desse ciclo de exploração (Feitosa; Mariano, 2023). Portanto, além do aprisionamento físico, há ainda o abuso mental silencioso, que enfraquece a capacidade dessas pessoas de se reconhecerem como seres pertencentes ao meio social (Canhedo; Ghizoni; Rosa, 2019).

Segundos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTe), no ano de 2024, foram resgatados no Brasil 2.004 trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão, sendo que cerca de 30% se encontravam em áreas urbanas (Brasil, 2025a). O setor com o maior número foi o da construção civil (293 pessoas), sendo impulsionado, principalmente, pelo resgate em dezembro de 163 operários chineses nas obras da fábrica de automóveis BYD, na cidade de Camaçari/BA. Esse, inclusive, foi o maior resgate registrado no ano de 2024 no país (Sakamoto, 2025).

No caso da fábrica de automóveis, a fiscalização constatou contratos com jornada diária de dez horas de trabalho, acrescida da possibilidade de extensão desse período, a serem realizadas seis dias por semana. Nos alojamentos, muitos trabalhadores dormiam sem colchão, sendo que, em um deles, cerca de 31 operários compartilhavam um único vaso sanitário. Temendo não receber pelo período já trabalhado e sem condições de arcar com os custos do retorno às suas cidades, esses indivíduos acabavam presos à situação, sem conseguir se desvincular de seus patrões (Sakamoto, 2025).

O Radar SIT, plataforma *online* da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), reúne e disponibiliza dados públicos sobre os resultados de operações de combate ao trabalho análogo à escravidão. No momento em que este breve estudo foi realizado, o sistema estava indisponível, o que impossibilitou o acesso aos dados oficiais referentes ao ano de 2025. Contudo, no dia 06/08/2025, o MTe resgatou 563 trabalhadores submetidos a condições sub-humanas de trabalho em uma usina de etanol no município de Porto Alegre do Norte/MT. Vindos em sua maioria das regiões Norte e Nordeste do país, foram resgatados, principalmente, porque colocaram fogo em alguns alojamentos como forma de protesto por melhores condições de trabalho (Brasil, 2025b). Somente essa operação resgatou cerca de 28% do total registrado em todo ano de 2024, sugerindo a possibilidade de um aumento nos números de 2025 em relação ao ano anterior.

Os indivíduos submetidos a condições análogas à escravidão não apenas perdem sua liberdade física, mas também têm sua mente aprisionada pela submissão,

medo, humilhação, repressão e pelo isolamento social (Canhedo; Ghizoni; Rosa, 2019). Isso faz com que, mesmo após o resgate, seja extremamente desafiador superar tais traumas, principalmente os psíquicos, e se reintegrar à vida em comunidade. Canhedo, Ghizoni e Rosa (2019, p. 108) complementam:

Recolhidos na servidão contemporânea e efetuado o pagamento das verbas trabalhistas e das indenizações devidas aos trabalhadores, resta saber se as violações ocorrem tão somente em seu corpo, em seus direitos ou se há efeitos para além dessas áreas em cada um daqueles que vivenciam experiências tão traumáticas como tais. Dessa forma, a proteção a esses trabalhadores não pode se dar apenas no campo jurídico, visto que as consequências das transgressões estão além de corpos físicos esgotados, mãos calejadas, direitos violados.

Chehab *et al.* (2015), citando pesquisas referentes ao tema, compilou um conjunto de transtornos psíquicos ligados à precarização do trabalho contemporâneo. Entre eles a Depressão, Síndrome do Esgotamento Profissional (*Burnout*), Transtorno de Estresse Pós-Traumático, vício em álcool e outras drogas, e até mesmo a Síndrome de Estocolmo. Esse último, cabe ressaltar, ocorre como um mecanismo de sobrevivência, em que a vítima desenvolve uma ligação emocional, mesmo que ilógica, com seu opressor – em um momento, ela o vê como protetor; em outro, como inimigo.

Trabalhadores explorados precisam de apoio para superar os traumas do trabalho desumano e recomeçar suas vidas profissionais de maneira saudável. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 60% das pessoas resgatadas retornam à exploração. Essa realidade evidencia a necessidade e a urgência de políticas públicas integradas, capazes não apenas de resgatar esses trabalhadores, mas também de oferecer acompanhamento especializado, garantindo oportunidades reais de reinserção no mercado de trabalho, combatendo a vulnerabilidade estrutural com medidas eficazes, reduzindo o risco de reexploração.

CONCLUSÃO

O trabalho análogo à escravidão no Brasil permanece sustentado por fatores estruturais como desigualdade social, pobreza extrema, vulnerabilidade e ausência de políticas de reinserção efetivas. Os dados e casos analisados deixam evidente que a exploração não se limita à restrição física, mas atinge a saúde mental das vítimas, comprometendo sua autonomia e capacidade de reconstruir a própria vida. A alta

reincidência de trabalhadores resgatados nesse tipo de exploração revela que o combate ao problema não pode se restringir apenas a uma esfera. É imprescindível contar com estratégias integradas que contemplem a prevenção, proteção e acompanhamento pós-resgate.

Somente com ações coordenadas entre órgãos públicos, sociedade civil e organismos internacionais será possível romper o ciclo de vulnerabilidade que aprisiona e mantém milhares de pessoas. A erradicação do trabalho escravo contemporâneo não depende apenas de libertar, mas assegurar que cada indivíduo tenha condições de viver com dignidade, segurança e oportunidades, transformando a liberdade em um direito efetivo e não apenas formal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1940. Disponível em: <https://shre.ink/tjOj>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil avança no combate ao trabalho escravo: resultados das ações de 2024 e os 30 anos da política de erradicação.** Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/tjOq>. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **MTE resgata 563 trabalhadores em situação análoga à escravidão em obra de usina no Mato Grosso.** Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/tjO8>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CANHEDO, Nathalia; GHIZONI, Liliam Deisy; ROSA, Carlos Mendes. A saúde emocional dos trabalhadores resgatados em condições análogas à de escravo: contribuição da Psicodinâmica do Trabalho no combate ao ciclo nocivo da escravidão contemporânea. **CAOS – Congresso Acadêmico dos Saberes da Psicologia**, Palmas, v. 4, p. 101–117, 2019.

CHEHAB, Ana Cláudia de Jesus Vasconcellos *et al.* **Mediação do sofrimento em trabalhadores resgatados do trabalho em condições análogas à de escravo.** Brasília, 2015. Disponível em: <https://shre.ink/tl6D>. Acesso em: 11 ago. 2025.

FEITOSA, Renata; MARIANO, Maria Luiza. Trabalho análogo à escravidão: A importância da atuação do psicólogo na saúde mental do trabalhador. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 19, n. 00, p. e023004, 2023. DOI: 10.26673/tes.v19i00.17871. Disponível em: <https://shre.ink/tl6m>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SAKAMOTO, Leonardo. **Trabalho escravo no Brasil do século XXI**. Organização Internacional do Trabalho. Brasil, v.1, 2006. Disponível em: <https://shre.ink/tlYh>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SAKAMOTO, Leonardo. **Brasil flagra 2 mil escravizados em 2024: resgate na BYD foi o maior do ano**. Repórter Brasil, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/tjOM>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SANTOS, Maria Izabel da Silva. **Trabalho análogo às condições de escravo no Brasil: reflexões sobre uma realidade contemporânea**. Paraíba, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/tlYg>. Acesso em: 11 ago. 2025.

VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E O MACHISMO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE

Stéfani Soares Almeida*

Ivanete Aparecida da Silva Santos**³⁴

RESUMO

A persistência da violência de gênero no Brasil revela a profundidade das estruturas patriarcais e racistas que moldam a sociedade, naturalizando o controle masculino e a exclusão de grupos vulnerabilizados, como mulheres negras, periféricas e pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Diante desse cenário, o texto busca analisar os fatores sociais, culturais e psicológicos que sustentam a violência de gênero, fundamentando-se em dados recentes e autores que discutem a relação entre machismo estrutural, racismo e violência letal. A partir dessa análise, o objetivo deste resumo, é compreender as dinâmicas patriarcais que agenciam essas violências e destacar a relevância de intervenções que vão além da punição legal, focando na transformação cultural e na desconstrução dos papéis tradicionais de gênero. Busca-se investigar de que forma esses fatores contribuem para a manutenção e reprodução das múltiplas formas de violência de gênero. Conclui-se que somente com uma mudança profunda na forma como a sociedade concebe o gênero e o poder, será possível reduzir efetivamente esses índices e promover relações mais justas e respeitadas.

Palavras-chave: Violência de gênero. Patriarcado. Machismo estrutural. Racismo estrutural. Papeis de gênero.

INTRODUÇÃO

As violências de gênero não são acidentes, refletem a estrutura das relações sociais e a cultura que molda nossas crenças e valores sobre gênero. Desde a infância, internalizamos normas e expectativas em família, escola e outros contextos, reproduzindo padrões que sustentam desigualdades (Beauvoir, 1980; Saffioti, 2001). Esse aprendizado muitas vezes ocorre de forma automática, dificultando a reflexão sobre o que incorporamos aos nossos valores e comportamentos. Perante o exposto, o problema central deste trabalho é compreender como o machismo estrutural contribui para a violência contra mulheres e de forma interseccional, também contra a comunidade LGBTQIAPN+.

Apesar de avanços legais e educativos, os casos de agressão continuam frequentes, mostrando que a violência de gênero persiste como um fenômeno

³⁴ *Estudante de psicologia, UniALFA, stefanisoaresalmeida@gmail.com.

**Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Docente na UniALFA. ivanete.santos@escola.pr.gov.br.

estrutural, atravessado pelo patriarcado e pelo racismo. A Psicologia, ao promover saúde, dignidade e análise crítica, contribui para desconstruir normas culturais que sustentam a desigualdade e a violência, tornando possível refletir e intervir na construção social de gênero.

Este trabalho tem como objetivo compreender as dinâmicas patriarcais que agenciam essas violências e destacar a relevância de intervenções que vão além da punição legal, focando na transformação cultural e na desconstrução dos papéis tradicionais de gênero. Busca-se investigar de que forma esses fatores contribuem para a manutenção e reprodução das múltiplas formas de violência de gênero.

Este resumo consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica. Foram utilizados livros que abordam as temáticas da violência doméstica, da construção social, da masculinidade e do patriarcado, com destaque para as contribuições das autoras Eva Alterman Blay, Heleieth Saffioti e Simone de Beauvoir. A abordagem adotada visa compreender as relações entre essas temáticas, relacionando os conceitos teóricos com dados e reflexões atuais para sustentar a argumentação crítica presente no texto.

DESENVOLVIMENTO

A violência de gênero deve ser compreendida a partir de conceitos como patriarcado, machismo estrutural e construção histórica dos papéis femininos. Esses atos não ocorrem isoladamente, mas dentro de um sistema social que legitima e naturaliza o domínio do homem em relação à mulher. A violência de gênero inclui qualquer ato baseado no pertencimento ao gênero que cause dano físico, sexual, psicológico ou moral, em espaços públicos ou privados (BRASIL, 2006).

Saffioti (2001) aponta que o patriarcado, aliado ao capitalismo, mantém o controle masculino sobre os corpos femininos, usando a violência como ferramenta de manutenção do *status quo*. Neste diapasão, Eva Blay (2003) complementa que essa violência também é simbólica e institucional, sustentada por normas e práticas sociais que silenciam e invisibilizam as vítimas. O machismo estrutural naturaliza a ideia de que homens são superiores, legitimando seu controle sobre escolhas, corpos e liberdade das mulheres. Isso se expressa tanto em atitudes cotidianas quanto na omissão de instituições em proteger as vítimas.

Simone de Beauvoir foi uma das primeiras pensadoras a afirmar que a mulher é historicamente construída como o “Outro” do homem, alguém que não é sujeito pleno, mas objeto de definição e controle masculino. Em sua obra, *O Segundo Sexo*, ela argumenta que “não se nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1949, p. 9), mostrando que o feminino é uma construção social, moldada por séculos de submissão e exclusão do espaço público.

O patriarcado e o machismo estrutural se infiltram nas instituições, família, escola, política e mercado de trabalho, induzindo uma visão androcêntrica, em que o homem é o centro e detentor do poder, enquanto mulheres são relegadas a papéis de submissão (Saffioti, 2001). No cotidiano, isso se manifesta em microagressões sutis, indiretas ou não intencionais, que desvalorizam mulheres em espaços privados e públicos, dificultando o reconhecimento da discriminação.

Conforme Saffioti (2004), o patriarcado está estruturado em leis, instituições e práticas sociais, garantindo aos homens controle sobre corpos, a sexualidade e o trabalho das mulheres. Exemplo disso são interrupções de falas femininas, desvalorização de opiniões de mulheres em grupos mistos ou assédio velado em ambientes profissionais.

As normas de gênero, como aponta Bourdieu (1999), atuam como violência simbólica, naturalizando expectativas distintas para homens e mulheres, desde a infância. Meninas são ensinadas a ser dóceis e cuidadosas; meninos, a ser fortes, assertivos e líderes. Na escola, materiais didáticos e práticas pedagógicas reforçam papéis de gênero como naturais, consolidando estereótipos. A cultura e os meios de comunicação intensificam esses aprendizados, moldando comportamentos e valores que passam a ser incorporados como “naturais”.

Essas violências e mortes não são casos isolados, mas parte de uma lógica que define quem pode ou não existir. No Brasil, pessoas trans vivem em média até os 35 anos, e mais da metade das travestis assassinadas eram negras. Ou seja, não é apenas transfobia, mas também racismo, sexismo e misoginia. Esse cenário é sustentado por discursos religiosos, políticos, ideológicos, piadas naturalizadas e silêncio.

Encerrar o debate sobre violência de gênero sem considerar os homens seria ignorar parte essencial do problema. Como aponta Blay (2003), não é possível

enfrentar a violência sem analisar como a masculinidade é construída na sociedade, ou seja, entender como o machismo está enraizado nos homens.

Enquanto os homens permanecerem presos a modelos que valorizam controle, dominação e frieza emocional, a desigualdade será alimentada.

CONCLUSÃO

As desigualdades e violências de gênero não são acidentais, mas estruturadas social e culturalmente, sendo transmitidas e naturalizadas em diferentes contextos. Essa lógica atravessa a vida de mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos historicamente marginalizados, que sofrem múltiplas formas de exclusão e violência. Reconhecer tais estruturas é o primeiro passo para desestabilizá-las e construir novas possibilidades culturais em direção a uma sociedade inclusiva.

Nesse sentido, o combate à violência de gênero exige mais do que a criação de leis de proteção: requer mudanças profundas nos modos de pensar e agir, tanto individual quanto coletivamente. É fundamental que homens repensem seus papéis e se abram a novas formas de se relacionar e expressar emoções, mas também que a sociedade como um todo reconheça e enfrente as violências que atingem mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ de maneira interseccional.

A Psicologia tem papel relevante nesse processo, seja por meio de programas de psicoeducação com homens autores de violência, seja na escuta e acolhimento das vítimas, ou ainda na promoção de reflexões críticas sobre masculinidade, patriarcado e machismo estrutural. Ao articular fatores psicológicos, sociais e culturais, a área contribui para desconstruir normas e práticas que sustentam desigualdades.

Assim, enfrentar a violência de gênero não é apenas punir atos já cometidos, mas transformar as bases simbólicas, culturais e institucionais que a reproduzem. Isso implica desconstruir papéis de gênero rígidos, ampliar espaços de acolhimento, questionar discursos que naturalizam a desigualdade e promover transformações sociais mais amplas que integrem justiça, equidade e dignidade para todos os sujeitos.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BLAY, Eva Alterman (org.). **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm Acesso em: 13 ago. 2025

BRITO, F. **Machismo estrutural e suas manifestações cotidianas**: um estudo sobre microagressões em espaços públicos e institucionais. Philpapers.org, 2024. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/AMAMEE>. Acesso em: 13 ago. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório 2024 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil**. Salvador, 2024. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGBT_release-20-jan.-2024.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência 2025**. Brasília: Ipea; FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/05/atlas-violencia-2025.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MONITOR DE FEMINICÍDIOS NO BRASIL – LESFEM/UEL. **Boletim Anual 2024**. Coord. Profa. Dra. Silvana Mariano. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-de-feminicidios-do-brasil-revela-aumento-alarcante-e-estatisticas-preocupantes/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, jul. 2015.

UNODC. Global Study on Homicide 2023. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>. Acesso em: 13 ago. 2025.